

Universidade de Brasília
Faculdade UnB Planaltina
Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública
Mestrado Profissional em Gestão Pública

**PROCESSO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO E EXPANSÃO DO INSTITUTO
FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO - *CAMPUS* PATOS DE MINAS**

JANE PAULA SILVEIRA

Brasília – DF

2016

JANE PAULA SILVEIRA

**PROCESSO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO E EXPANSÃO DO INSTITUTO
FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO - *CAMPUS* PATOS DE MINAS**

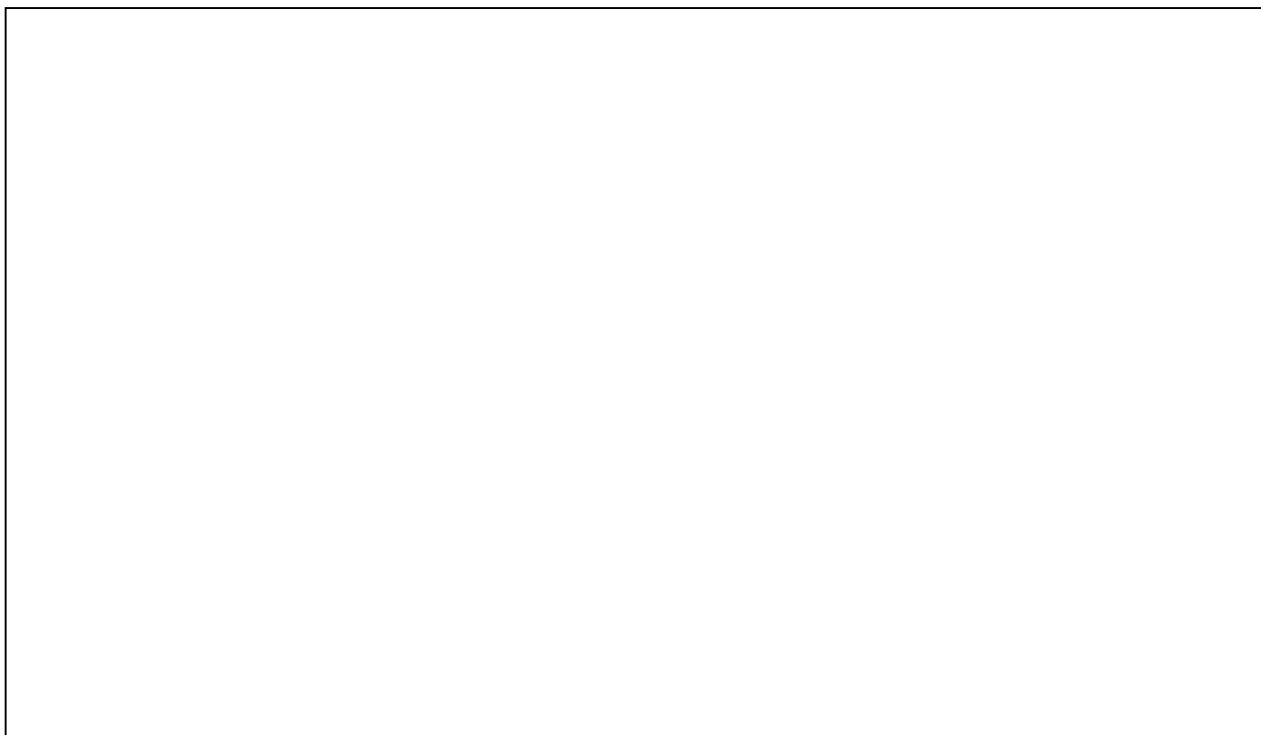
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública - PPGP da Faculdade UnB Planaltina (FUP) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Professor Orientador: Dr. Mário Lúcio de Ávila

Brasília – DF

2016

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília.
Acervo _____.



JANE PAULA SILVEIRA

**PROCESSO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO E EXPANSÃO DO INSTITUTO
FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO - *CAMPUS* PATOS DE MINAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública - PPGP da Faculdade UnB Planaltina (FUP) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Aprovada em: 15/04/2016

Composição da Banca Examinadora

Professor Doutor Mário Lúcio de Ávila – Orientador/presidente
Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública – Faculdade UnB Planaltina

Professora Doutora Lucijane Monteiro de Abreu – membro interno
Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública – Faculdade UnB Planaltina

Professor Doutor Marco Antônio de Carvalho – membro externo
Instituto Federal Goiano – IF Goiano

AGRADECIMENTOS

A Deus e à Nossa Senhora, por sempre iluminar meu caminho, por me conceder esta oportunidade de mestrado, pela inteligência e resiliência durante toda a caminhada. Sem Eles nada teria conquistado.

Ao meu esposo, Bruno, pelo imenso companheirismo, compreensão, fé e amor dedicado a nós.

Aos meus pais, Jair e Maria Inês, os quais sempre estiveram prontos a me ouvir, aconselhar e muitas orações fizeram por mim. Meu querido irmão, Jean, pelo carinho e pela força expressados em todo momento. Meus sogros Osvaldino e Amélia, minha cunhada Viviane e minha afilhada Débora obrigada pela torcida. A toda minha família, pelo apoio incondicional, nela encontrei além de apoio, consolo, ânimo e vontade de vencer.

Ao Frei Dom Cláudio, pelas orações e palavras de alento para a mente e para a alma.

Ao meu professor orientador Dr. Mário Lúcio, que acreditou no meu trabalho, uma vez que incentivou a sua realização, contribuindo com sua grande experiência pessoal e profissional para uma boa execução. Meu imenso agradecimento e admiração.

À coordenadora Dra. Andréa, quem admiro pela sua inteligência e integridade.

Aos professores do PPGP que proporcionaram grandes conhecimentos técnicos e específicos e, principalmente, grandes lições que guardarei para todo sempre.

Aos servidores do IFTM e membros da reitoria, em especial: Weverson, Carlos, Fábio, Roberto Gil e Eurípedes Ronaldo, admiro muito o trabalho de vocês. Obrigada por todo apoio!

Aos colegas de curso e grandes amigos, que proporcionaram momentos únicos de alegria, de companheirismo e de interação de diversos conhecimentos.

À Universidade de Brasília, por proporcionar esta oportunidade

À banca examinadora, pela competência e presteza.

*Só Deus conhece o caminho, só ele sabe onde está a sabedoria.
(Jó 28, 23)*

RESUMO

Os debates acerca da educação técnica, profissional e tecnológica no Brasil não são recentes, entretanto nas últimas décadas é possível observar um aumento de discussões e formulações de políticas públicas neste sentido. Em 2008, implementou-se a Lei nº 11.892/2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e criou-se os Institutos Federais. Esta pesquisa teve como objetivo geral resgatar o processo da “criação” e expansão do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) e, especificamente, a implantação do *Campus Patos de Minas*. Tratou-se de pesquisa com abordagem qualitativa, exploratória, descritiva por meio documental e estudo de caso, utilizando também entrevista semiestruturada como ferramenta para atingir os resultados, e para análise dos dados adotou-se a triangulação de dados e metodológica (intramétodo). Desse modo, identificou-se todo processo de criação do IFTM e seus avanços, que hoje coloca o IFTM em destaque no cenário nacional, em segundo lugar entre os Institutos Federais do país, de acordo com o Índice Geral dos Cursos (IGC), medido em 2014 pelo INEP/MEC (IFTM, 2015). Dentre os resultados encontrados do IFTM, notou-se de forma expressiva o aumento de 1.068,35% de ampliação em programas e projetos de extensão na instituição, de 2010 para 2013. Tratou também de sua expansão que hoje conta com nove *Campi*, e especialmente o caso Patos de Minas, implantado desde 2013 e já conta com três cursos na forma concomitante (Logística, Eletrotécnica, Mineração) e dois cursos na forma integrada (Logística e Eletrotécnica).

Palavras-chave: Criação e Implementação dos Institutos Federais. Expansão. Política Pública

ABSTRACT

Debates about the technical, professional and technological education in Brazil are not new, but in recent decades it is possible to observe an increase in discussions and formulation of public policies in this regard. In 2008, it was implemented Law No. 11,892 / 2008, which established the Federal Network of Scientific Technological Education and created the Federal Institutes. This research aimed to rescue the process of "creation" and expansion of the Federal Institute of Triangulo Mineiro (IFTM) and, specifically, the implementation of Campus Patos de Minas. This was qualitative research, exploratory, descriptive in documentary form and case study, also using semi-structured interviews as a tool to achieve results, and data analysis adopted the triangulation of data and methodological (intramétodo). Thus, it identified all the IFTM creation process and its progress, which now puts the emphasis on IFTM on the national scene, second among the Federal Institutes of the country, according to the Course General Index (PMI), measured in 2014 by INEP / MEC (IFTM, 2015). Among the results of IFTM noted is significantly increased 1068.35% magnification programs and extension projects in the institution from 2010 to 2013. He tried also to its expansion which now has nine campuses, and especially Landmine Ducks case, in place since 2013 and now has three courses in concomitantly (Logistics, Electrical, Mining) and two courses in an integrated manner (Logistics and Electrical Engineering)

Keywords : Creation and Implementation of the Federal Institutes . Expansion. Public policy

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Cenário da Rede Federal.....	32
Figura 2 Delimitação da base territorial do IFET Triângulo nas mesorregiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e parte do Noroeste de Minas.....	38
Figura 3- Localização da Reitoria e delimitação territorial das áreas de atuação dos <i>campi</i> do IFET-Triângulo.....	39
Figura 4- Total de matrículas nos cursos Técnicos de nível médio e superiores 2009-2013.....	69
Figura 5- Total de cursos ofertados – Técnicos de nível médio e superiores 2011 a 2013.....	70
Figura 6- Evolução das matrículas nos cursos presenciais e a distância de 2011 a 2013.....	70
Figura 7- Nº de bolsas para estudantes dos cursos de licenciatura – PIBID.....	71
Figura 8- Evolução do número de projetos de pesquisa e inovação no IFTM 2010 a 2014.....	72
Figura 09- Programas e projetos de extensão de 2010 a 2013.....	73
Figura 10- Gráfico de escolaridade dos servidores do IFTM.....	73
Figura 11- Pesquisa realizada pela Acipatos no período de maio a junho de 2013.....	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Linha do Tempo da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.....	30
Quadro 2 – Expansão da Educação Superior, Profissional e Tecnológica nos Institutos Federais.....	33
Quadro 3 – Resumo Metodológico.....	54
Quadro 4 – Classificação das Melhores Universidades-IFET's de acordo com IGC.....	74
Quadro 5 – Etapas da implantação do <i>Campus</i> Patos de Minas.....	87
Quadro 6 – Principais desafios/ problemas/ dificuldades identificados no processo de implantação do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – <i>Campus</i> Patos de Minas.....	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE – Associação Brasileira de Educação

APL – Arranjo Produtivo Local

CEFET – Centro de Educação Federal e Tecnológica

CONEAF – Conselho das Escolas Agrotécnicas Federais

COPESE - Comissão Permanente de Processo Seletivo

EAF – Escola Agrotécnica Federal

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IF – Instituto Federal

IFET – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

IFTM – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro

MEC – Ministério da Educação

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PIB – Produto Interno Bruto

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

UNED – Unidade de Ensino Descentralizado

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	Contextualização	13
1.2	Objetivo Geral.....	16
1.3	Objetivos Específicos.....	16
1.4	Justificativa.....	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
2.1	A relação estado-sociedade e suas influências nas políticas públicas de educação	20
2.2	Política pública de educação	27
2.3	Expansão da Rede Federal: criação dos Institutos Federais	30
2.4	Implantação do Instituto Federal do Triângulo Mineiro	36
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	42
3.1	Tipo e descrição geral da pesquisa.....	42
3.2	Caracterização da Organização Pesquisada.....	45
3.3	Participantes do estudo	47
3.4	Procedimentos de coleta de dados/ Instrumentos de pesquisa	48
3.4.1	Entrevistas semiestruturadas.....	49
3.4.2	Pesquisa documental	50
3.5	Análise de dados.....	51
3.6	Resumo Metodológico	53
	54
4	RESULTADOS	55
4.1	A criação, implantação e expansão do IFTM na perspectiva dos gestores/tomadores de decisão.....	55
4.2	Instituto Federal do Triângulo Mineiro em números	69
4.3	Histórico da criação do <i>Campus</i> Patos de Minas	75
4.3.1	A Região de Patos de Minas e a criação do novo <i>Campus</i> do IFTM.....	75
5	CONCLUSÕES	104
	REFERÊNCIAS	111

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

As discussões acerca da educação técnica, profissional e tecnológica no Brasil não são recentes, porém, nas últimas décadas, é possível observar um aumento de debates e formulações, por meio da disseminação de novas concepções e do redirecionamento de políticas públicas de qualificação.

A Reforma do Ensino Técnico, empreendida em 1997, através do Decreto 2.208/97, deu um passo decisivo, em sintonia com as orientações dos organismos multilaterais no sentido da constituição de um sistema de formação profissional diferenciado do ensino propedêutico, adequando-se às novas demandas de uma economia competitiva (MORAES, 1999). A mudança na estrutura do ensino técnico, ocasionou o avanço no processo de reforma curricular com a introdução da noção de competência como referência primordial (RAMOS, 2002).

Essa reforma teve fortes repercussões sobre a configuração da Educação Profissional no país, em particular sobre as estratégias pedagógicas e desenho institucional das Escolas Técnicas Federais. E a partir de 2004, cada sistema (federal, estadual ou privado) pode optar por oferecer o ensino técnico integrado ao ensino médio ou continuar oferecendo apenas ensino técnico modular.

Em 2008, em face da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e cria-se os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sendo um novo modelo de instituição de educação, estruturado a partir do potencial instalado nos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), Escolas

Técnicas Federais, Agrotécnicas e Vinculadas às Universidades Federais. Assim, de acordo com o Art. 6º da referida lei, os Institutos Federais têm por finalidades e características:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; (BRASIL, 2008a)

Assim, os Institutos Federais têm como foco a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias. Busca responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Vale ressaltar que os Institutos Federais atuam em todos os níveis e modalidades da educação profissional, com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador, e articulam em experiência institucional inovadora, todos os princípios formuladores do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Este novo arranjo educacional abre novas perspectivas para o ensino médio, por meio de uma combinação do ensino de ciências naturais, humanidades, educação profissional e tecnológica de forma que a sociedade brasileira possa entender e participar da construção do sólido caminho que está sendo traçado, em busca de uma política de educação mais justa.

Assim, tratando mais especificamente, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), surge da integração do Centro Federal de Educação (CEFET-Uberaba), Escola Agrotécnica Federal (EAF – Uberlândia), e das UNED's (Unidades de Ensino Descentralizadas) de Ituiutaba e Paracatu; em adesão à chamada pública do MEC

002/2007, formando esta nova institucionalidade, criado em 29 de dezembro de 2008 pela lei 11.892/2008.

O IFTM foi organizado em estrutura *multicampi*, composto por *Campus* Uberlândia, *Campus* Uberaba, *Campus* Ituiutaba e *Campus* Paracatu, criados de forma automática no processo de reestruturação em 2008, e a Reitoria localizada em Uberaba. Posteriormente surgiram outros *campi*, por meio do processo de interiorização, sendo *Campus* Avançado Campina Verde, *Campus* Patos de Minas, *Campus* Patrocínio, *Campus* Avançado Parque Tecnológico, e *Campus* Uberlândia Centro. Essa estrutura busca a integração e o padrão nas ações de planejar e executar e, ao mesmo tempo, possibilita a descentralização, flexibilizando e tornando possível a autonomia na operacionalização de suas ações, buscando atuar sempre de acordo com os arranjos produtivos locais.

Para elucidar o exposto, Pacheco em “Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica” considera que os Institutos Federais devem:

Atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania constitui uma das finalidades dos Institutos Federais. Para tanto, é necessário um diálogo vivo e próximo dessas instituições com a realidade local e regional, buscando a compreensão de seus aspectos essenciais, ou seja, do que existe de universal nessa realidade. Deve-se considerar que local e universal não existem como antítese, não expressam necessariamente oposição de ideias, um não existe em detrimento do outro, mas por vezes se justapõem, permeiam-se, complementam-se e separam-se. (2011, p.19)

Direcionando a discussão para o IFTM - Campus Patos de Minas, em 23 de abril de 2013, foi expedida pelo MEC (Ministério da Educação), a Portaria nº 330 que dispõe sobre a autorização de funcionamento do IFTM-*Campus* Patos de Minas. Conforme a Portaria nº 331 de 23 de abril de 2013, foi criado mais um Campus do Instituto Federal do Triângulo Mineiro, presente na região do Alto Paranaíba.

Assim, pretende-se responder os seguintes problemas de pesquisa: Como ocorreu a criação e expansão do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM)? Como se deu o processo de implantação do *Campus* Patos de Minas?

O desenvolvimento deste trabalho buscou oferecer uma análise sobre a política pública de expansão da educação profissional, assumindo uma abordagem de acordo com a perspectiva metodológica adotada ao longo da pesquisa. Realizou-se uma abordagem histórica sobre a relação entre Estado e Sociedade e suas influências nas políticas públicas de educação, apresentando a expansão da educação profissional e tecnológica e a criação dos Institutos Federais, o contexto do Instituto Federal do Triângulo Mineiro e o caso da criação e implantação do *Campus* Patos de Minas, sendo uma pesquisa relevante para a sociedade, para os centros educacionais, para os institutos, comunidade acadêmica do IFTM e o governo.

1.2 Objetivo Geral

Resgatar o processo de “criação” e expansão do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) e, especificamente, a implantação do *Campus* Patos de Minas.

1.3 Objetivos Específicos

- Reaver o contexto da política de criação e expansão dos Institutos Federais no Brasil.
- Investigar o processo da “criação” e expansão do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), a partir da ótica dos gestores/tomadores de decisão.
- Apresentar a evolução do IFTM em números, por meio de dados de relatórios apresentados pela reitoria.

- Analisar o histórico da implantação do *Campus* Patos de Minas, identificando as escolhas, as dificuldades enfrentadas e os avanços.
- Avaliar a percepção dos gestores sobre a importância da criação dos Institutos Federais, em especial o IFTM e o *Campus* Patos de Minas.

1.4 Justificativa

Em decorrência da implementação da política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, surge uma nova institucionalidade: os Institutos Federais.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia surgiram com o propósito de fomentar o desenvolvimento local e regional, além da transferência de tecnologia e inovação para a sociedade, como constatado na lei de criação das referidas instituições, a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Assim, o estreitamento com o território e, conseqüentemente, a contribuição para o desenvolvimento local e regional, é um dos objetivos elencados pelo Ministério da Educação (MEC) para justificar a importância da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Os objetivos são os seguintes: promover a formação de profissionais qualificados, fomentando o desenvolvimento regional, estimulando a permanência de profissionais qualificados no interior do Brasil; expandir, ampliar e interiorizar a rede de Institutos Federais, democratizando e ampliando o acesso de vagas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT); potencializar a função social e o engajamento dos Institutos Federais como expressão das políticas do Governo Federal na superação da miséria e na redução das iniquidades sociais e territoriais.

A “criação” dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é uma iniciativa que dá um novo ajuste ao ensino profissional no país, devido a uma proposta de compromisso

com o social, com a melhoria da qualidade de vida local, regional e nacional, constituindo questão primordial. (BRASIL, MEC/SETEC, 2004).

É necessário considerar que as aspas colocadas na palavra criação sinalizam para o processo de concepção do novo modelo de instituição, ou seja, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, propriamente não há uma “criação”, mas uma reestruturação de instituições já existentes, como as escolas técnicas e centros federais de educação, para compor esses Institutos Federais e a intenção de se consolidar em uma organização destinada à oferta de educação profissional e tecnológica no país.

Logo a realização desta pesquisa se justifica pela necessidade de análise de como ocorreu o processo de reestruturação do CEFET e da Escola Agrotécnica Federal, unindo-se em uma nova institucionalidade, criando o Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM). Também pela relevância política e social do tema abordado, uma vez que buscou a identificação da expansão do IFTM, processo de interiorização que criou novos *Campi* como o caso do *Campus Patos de Minas*, levando para o interior do país educação gratuita e qualidade.

Cabe mencionar que conforme Lotta (2010), dependendo da ação, discricionariedade e interação ocorrida no processo, há possibilidade de formas de implementação diferentes. Nessa visão a implementação é vista como um processo dinâmico, que vai além das decisões tomadas pelos formuladores, ou por atores individuais nas políticas. Evidenciando a necessidade de averiguar o caso da criação do Instituto Federal do Triângulo Mineiro e do Campus IFTM Patos de Minas, por meio do papel dos burocratas da linha de frente, ou seja, os servidores envolvidos em todo processo de implantação. Desse modo, pesquisa semiestruturada junto aos gestores da reitoria e do *Campus Patos*, apresentam uma contribuição significativa ao campo de pesquisa.

Em contrapartida, a realização do projeto se justifica também pelo fato deste produzir um profundo aprendizado ao mestrando, enriquecendo seus conhecimentos, ampliando seus horizontes acadêmicos, profissionais e pessoais. Para Davenport (2001 *apud* PEREIRA,

LOBATO, GRADINETTI, 2009), “informação e conhecimento são, essencialmente, criações humanas, e nunca seremos capazes de administrá-los, se não levarmos em consideração que as pessoas desempenham, nesse cenário, um papel fundamental.”

Uma vez que nota-se uma incipiência de pesquisas relacionadas ao tema, este estudo representa uma grande oportunidade para o pesquisador buscar esses conhecimentos e contribuir com informações deste resgate histórico para a comunidade acadêmica, resultando em um produto de grande valor para a Instituição estudada, IFTM, e sendo também uma pesquisa relevante para a sociedade em geral e para o próprio governo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O objetivo desta seção foi primeiramente a construção de um panorama da relação estado-sociedade e suas influências nas políticas públicas de educação, pois uma política pública propõe uma ação pela qual o Estado administra os conflitos entre diferentes grupos sociais buscando um equilíbrio formal entre suas demandas, procurando manter e reproduzir o modelo hegemônico de sociedade.

Posteriormente, abordou-se sobre política pública de educação conceitos e considerações, na sequência tratou-se da expansão da educação profissional e principalmente sobre a criação dos Institutos Federais, apresentando um resgate histórico da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Na sequência tratou-se de forma mais específica do caso em estudo, sobre a implantação do Instituto Federal do Triângulo Mineiro, por meio de documentos, informações em sites institucionais, mas apenas tratando de formato introdutório sobre o assunto, que foi discutido de forma mais ampla e completa na seção quatro, resultados, em decorrência das entrevistas realizadas com os gestores e documentos.

2.1 A relação estado-sociedade e suas influências nas políticas públicas de educação

Na relação entre Estado e sociedade, a definição das políticas públicas acaba sendo orientada pelo Estado moderno que incorpora as demandas de distintos grupos sociais e desse modo também as contradições presentes na disputa de interesses destes grupos. O grau de organização destes grupos é o que determina o grau de influência.

Shiroma; Moraes; Evangelista afirmam que:

O Estado, impossibilitado de superar as contradições que são constitutivas da sociedade – e dele próprio, portanto -, administra-as, suprimindo-as no plano formal, mantendo-as sob controle no plano real, como um poder que, procedendo da sociedade, coloca-se acima dela, estranhando-se cada vez mais em relação a ela. As políticas públicas emanadas do Estado anunciam-se nessa correlação de forças, e nesse confronto abrem-se as possibilidades para implementar sua face social, em um equilíbrio instável de compromissos, empenhos e responsabilidades. (2000, p.8)

Vale advertir que a definição de uma política pública não implica apenas na imposição dos interesses de grupos com maior influência e sim propõe uma ação pela qual o Estado administra os conflitos entre diferentes grupos sociais, procurando manter e reproduzir a hegemonia da sociedade, buscando um equilíbrio formal entre suas demandas.

Em relação a isto, Azevedo (2004) assegura que este é um elemento chave para compreender o sentido assumido por cada política pública na solução de um determinado problema, ou seja, as políticas públicas emergem de uma necessidade, problema social ou de uma questão socialmente problematizada.

A autora supracitada menciona que as políticas sociais representam a materialidade da intervenção do Estado no projeto dominante de sociedade que se pretende implantar ou reproduzir. E por assumir esta característica, a política educacional é considerada uma política social.

Diante de tais colocações, é importante considerar que a compreensão do sentido assumido pelas atuais políticas públicas educacionais na relação entre Estado e sociedade, implica uma abordagem histórica acerca da formação social brasileira e da influência exercida sobre as políticas educacionais de cada época.

Uma abordagem histórica sobre o papel social destinado a educação em diferentes períodos da história do Brasil, permite evidenciar alguns conflitos e incoerências que marcaram a organização do sistema educacional brasileiro, assim como, as continuidades, descontinuidades, adaptações e rupturas que caracterizaram as políticas educacionais de diferentes períodos.

Em conformidade com Freitag (1980), é possível observar que desde o período agroexportador – que compreende o Período Colonial, Império e Primeira República – reproduziu-se e consolidou-se no Brasil um modelo seletivo de educação que se articulava às necessidades do modelo social dominante na época.

Durante o Período Colonial no Brasil, a organização social e política fundada na grande propriedade, no sistema de poder representado pela família patriarcal e mão-de-obra escrava, não necessitava da educação escolar como forma vigente de reprodução da ordem econômica e social, considerando que era desnecessária a qualificação da mão-de-obra para os trabalhos rudimentares que eram exercidos na Colônia. Contudo, a importação das ideias e pensamentos dominantes na cultura medieval europeia, foi um instrumento importante no sentido da classe detentora do poder político e econômico distinguir-se da população nativa, negra e mestiça.

Observa-se um maior esforço, a partir do período Imperial, no sentido de implantar o sistema de ensino superior, apropriado para educar a elite dirigente, e um descaso com a instrução incipiente. Assim, a educação formal, desta maneira, continuava sendo destinada a poucos, desvinculada do processo produtivo, o que acentuava seu caráter classista e acadêmico. (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994).

As autoras supracitadas destacam que, a política educacional brasileira concretizada na legislação do ensino até a década de 1910, por seu caráter elitista, revelou o predomínio pelo ensino superior. Porém, é neste período que se verifica a emergência de pressões de diferentes grupos sociais pelo ensino popular, impulsionadas também pelo aumento da demanda escolar com a chegada dos trabalhadores imigrantes europeus em busca de melhores condições de vida.

Desse modo:

A bandeira da universalização da escola era empunhada por progressistas das camadas superior e média à cata de alianças com setores populares e embalados pelo ideário político moderno. Era levantada ainda pelos conservadores, preocupados com o

controle das camadas populares, principalmente diante da ameaça representada pelos imigrantes, que deveriam ser integrados aos “valores e costumes” nacionais. E, finalmente, pelos movimentos operários do período, bastante significativos, que exigiam a universalização dos direitos de cidadania, entre eles o acesso à instrução (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994, p. 117).

Assim, destacou-se o Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, assinado pelo presidente Nilo Peçanha, criando inicialmente dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”, destinadas aos “desfavorecidos da fortuna”, jovens de 08 a 12 anos de idade, explicitando assim, formalmente, o caráter dual da educação (SOARES E TAVARES, 1999).

Após o fim da primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos passam a exercer maior influência sobre os setores sociais brasileiros. É neste período que intelectuais brasileiros, em contato com o movimento Nova Escola, fundam em 1924 a ABE, Associação Brasileira de Educação, que recomendava reformas ao sistema de ensino. Entretanto, este grupo considerava a escola como elemento central na reprodução das desigualdades sociais e não reconheciam a escola, como reflexo da sociedade desigual da época. O movimento contribuiu para a ampliação dos ideais liberais em comparação aos setores conservadores da sociedade brasileira. Além disso, seu pensamento liberal influenciou concepções pedagógicas e políticas públicas educacionais dos períodos seguintes.

Cabe mencionar que a partir de 1930, as transformações políticas, sociais e econômicas ocorridas tiveram importância fundamental para a reorganização do sistema educacional brasileiro. Em decorrência da revolução de 1930, na Segunda República, Getúlio Vargas assumiu o poder e criou o Ministério da Educação e Saúde Pública.

Posteriormente em,

1931, foi criado o Conselho Nacional de Educação e, nesse mesmo ano, foi efetivada uma reforma educacional, conhecida pelo nome do ministro Francisco Campos e que prevaleceu até 1942, ano em que começou a ser aprovado o conjunto das chamadas Leis Orgânicas do Ensino, mais conhecidas como Reforma Capanema. Destaque-se da reforma Francisco Campos os Decretos Federais nºs 19.890/31 e 21.241/32, que regulamentaram a organização do ensino secundário, bem como o Decreto Federal nº 20.158/31, que organizou o ensino profissional comercial e regulamentou a profissão de contador. [...]Em 1932 foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova,

buscando diagnosticar e sugerir rumos às políticas públicas em matéria de educação. Preconizava a organização de uma escola democrática, que proporcionasse as mesmas oportunidades para todos e que, sobre a base de uma cultura geral comum, de forma flexível, possibilitasse especializações “para as atividades de preferência intelectual (humanidades e ciências) ou de preponderância manual e mecânica (cursos de caráter técnico). (BRASIL, 2001 p.64)

Assim observa-se, como característica deste período, que a sociedade política passa a atuar de forma cada vez mais intensa na sociedade civil, submetendo-a ao seu controle, a partir do aperfeiçoamento da burocracia. Segundo Freitag (1980), já na Constituição de 1934 apresenta-se a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Educação, com a função de coordenação e supervisão das atividades de ensino em todos os níveis. Todavia, mesmo ampliando o acesso à educação formal e prevendo sua importância na constituição do Estado nacional, manteve-se neste período o caráter dual do sistema de ensino.

Em decorrência do processo de industrialização, ocorrido na década de 30, desenvolvia a demanda por profissionais especializados, tanto para a indústria quanto para os setores de comércio e serviços. Por conseguinte, a partir de 1942, as conhecidas Leis Orgânicas da Educação Nacional são baixadas por decretos-lei:

- 1942 –Leis Orgânicas do Ensino Secundário (Decreto-Lei nº 4.244/42) e do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº4.073/42);
 - 1943 –Lei Orgânica do Ensino Comercial (Decreto - Lei nº 6.141/43);
 - 1946 –Leis Orgânicas do Ensino Primário (Decreto-Lei nº 8.529/46), do Ensino Normal (Decreto-Lei nº 8.530/46) e do Ensino Agrícola (Decreto -Lei nº 9.613/46).
- A determinação constitucional relativa ao ensino vocacional e pré-vocacional como dever do Estado, a ser cumprido com a colaboração das empresas e dos sindicatos econômicos, possibilitou a definição das referidas Leis Orgânicas do Ensino Profissional e propiciou, ainda, a criação de entidades especializadas como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), em 1942, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), em 1946, bem como a transformação das antigas escolas de aprendizes artífices e escolas técnicas federais. Ainda em 1942, o Governo Vargas, por um decreto -lei, estabeleceu o conceito de menor aprendiz para os efeitos da legislação trabalhista e, por outro decreto -lei, dispôs sobre a “Organização da Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial”. Com essas providências, o ensino profissional se consolidou no Brasil, embora ainda continuasse a ser preconceituosamente considerado como uma educação de segunda categoria. (BRASIL, 2001 p.64)

Na passagem da década de 1950 a 1960, tem-se um período em que o futurismo de Juscelino Kubitschek derruba o nacionalismo e prepara o terreno para a internacionalização da economia. Neste viés, a abertura ao capital internacional, foi considerada a solução para o crescimento econômico, porém, os investimentos do período ampliaram a dívida externa e conseqüentemente a inflação, as desigualdades e conflitos sociais.

E neste período, buscando considerar as necessidades do projeto de modernização do país, cria-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, que estimulou a expansão dos cursos profissionalizantes de nível médio, embora com qualidade duvidosa, devido à precariedade das condições objetivas das instituições de ensino. Já a partir de 1964, com a intervenção Militar e a difusão da ideia de acumulação do capital como elemento de construção do “Brasil potência”, tem-se um processo de reorientação do sistema de ensino. A política educacional deste período se caracterizou por uma concepção produtivista, impulsionada pela Teoria do Capital Humano (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994).

Em 1968, implementou-se a Lei nº 5.540/68 que mantém caráter elitista da Educação Superior, que reformulou o ensino superior, e posteriormente a Lei nº 5692/71, denominada Lei da Reforma do Ensino de Primeiro e Segundo Graus, “que alterou os ensinos primário e médio, modificando sua denominação para ensino de primeiro e de segundo graus” (SAVIANI, 2005, p. 34 - 35). Esta lei foi elaborada com o propósito de ajustar a política educacional aos ideais de “desenvolvimento com segurança”, focalizando basicamente dois aspectos fundamentais; a extensão da obrigatoriedade escolar e a generalização do ensino profissionalizante. Xavier; Ribeiro; Noronha, (1994) afirmam que a visão de educação presente nestas políticas era tecnicista e utilitária, visando à preparação para o mercado de trabalho.

Diante de todas as dificuldades de implementação da educação profissionalizante, por seu alto custo e desatualização da estrutura em relação às expectativas da indústria moderna, o

Ministério da Educação (MEC), foi gradativamente alterando o caráter da profissionalização, até que sua obrigatoriedade fosse revogada, o que ocorreu em 1982.

Cabe ainda mencionar que ao final dos anos 70, a economia e as condições sociais brasileiras se encontravam em uma frágil situação, tanto à nível interno quanto à nível internacional. Para a solução dos problemas sociais e econômicos, a opção realizada pelas elites, foi o aumento do endividamento externo. Assim, em 1982, o governo militar recorre a um empréstimo junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), reafirmando a condição de dependência e subserviência do Brasil ao capitalismo internacional. A Constituição de 1988 procurou reunir algumas das reivindicações da sociedade civil, apresentando alguns avanços como a ampliação das liberdades individuais e restrição ao poder das Forças Armadas. No campo da educação, já se discutia uma nova Lei de Diretrizes e Bases para a educação Nacional. (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994).

Diante do quadro de profundas crises política, econômica e social, Xavier; Ribeiro; Noronha (1994, p.278), consideram que “Estado procura instrumentos de aproximação e de incorporação das massas populares mostrando a “intenção” de diminuir as desigualdades e de assistir os despossuídos.”

Em face do exposto, é necessário considerar que a partir deste período então, as políticas educacionais, de forma geral, caracterizaram-se pelo sentido de democratização da Educação. Conforme é possível observar, ao longo da história da educação brasileira, as políticas educacionais estiveram intimamente relacionadas ao contexto social, político e econômico de cada época, procurando adequar o sistema de ensino à estrutura social vigente ou em emergência.

Nesse viés, Castioni e Reis (2014), consideram que deve ser entendida como um esforço maior do Estado brasileiro, a própria expansão dos Institutos Federais, que além de promover o acesso da população aos níveis mais elevados de educação, por meio da oferta da educação

pública de qualidade a contingente populacional do interior do Brasil, uma vez que “historicamente” a Rede Federal firmemente se fixou na faixa litorânea do país.

2.2 Política pública de educação

A política pública trata da intervenção estatal em relação a um determinado fato ou problema que atraiu a atenção do poder público e que carece, de reconhecimento, de análise e elaboração de alternativas, por parte deste, que venham proporcionar as melhorias necessárias, segundo Santos e Olalde (2014).

De acordo com autores supracitados, as fases pelas quais passam a política pública são identificadas como ciclos político ou ciclo da política e registram os processos de agenda, formulação, implementação, avaliação e controle dos impactos das políticas públicas. Nesse sentido, a etapa mais conturbada e controversa é a de avaliação, tendo em vista o seu objetivo que é a apreciação da efetividade das políticas implementadas. Nela, deve-se observar a real influência da política junto ao seu objetivo, buscando determinar pontos fracos e fortes e a busca de suas melhorias. Em alguns casos pode-se ainda cancelar a política por falta de efetividade ou a readequação ao contexto necessário. Castioni e Reis (2014, p.2), ponderam que a fase “que menos recebe atenção é a da implementação. Exatamente a que pode comprometer todo o ciclo de realização da política.” E ainda completa que só muito recentemente, no campo educacional, os olhares sobre a implementação se fizeram presentes na avaliação das políticas educacionais. Na maioria das vezes a avaliação recai sobre o beneficiário da política, mas muito pouco se condiciona o sucesso da política ao que proporciona a “entrega” da política.

Ainda no contexto teórico da política pública, é importante evidenciar a diferença entre uma política de Estado e uma política pública na origem de seu sentido. Pode-se destacar que a

política de Estado é uma política pública, mas uma política pública nem sempre é uma política de estado. Discorrendo sobre a temática, Santos e Olalde (2014), postulam que a política de Estado apresenta-se como um conjunto de ações, que prioritária e exclusivamente, tem de ser desenvolvida pelo Estado em relação ao bem estar social, político e/ou econômico, tal como a política monetária, a política cambial, educacional e/ou a de segurança nacional. Já a política pública, é uma ferramenta diretiva. E, através dela, se construirá um arcabouço de ferramentas e objetivos que possam solucionar o problema em questão, ao qual ela foi especificamente estabelecida e implementada – muitas vezes como resultado de uma não total eficiência da política estatal específica.

Na fase de elaboração das políticas públicas, estão presentes a identificação e definição do problema evidenciado, o que constitui ponto crucial e inicial de análise para o entendimento da articulação e objetivos que se pretendem materializar em uma intervenção. Conforme defende Rossi (2013), o problema pode ser compreendido como algo da realidade que necessita ser posicionado nas reflexões dos formuladores da política, para que o foco seja delimitado e a precisão da política possa aumentar.

Com efeito, a formulação e a implementação de políticas públicas exige o desenvolvimento de um processo de planejamento e programação, que constitua um espaço de poder compartilhado e de articulação de interesses, saberes e práticas das diversas organizações envolvidas. Para Teixeira (2004), a escolha de um determinado enfoque teórico-metodológico a ser utilizado no processo de formulação de políticas públicas e de planejamento de ações intersetoriais deve levar em conta a necessidade de coerência entre os propósitos definidos e os métodos selecionados de modo a permitir o desencadeamento de um processo de reorganização das práticas gerenciais, dos formatos organizacionais e sobretudo, dos processos de trabalho no âmbito das instituições envolvidas.

No que diz respeito ao processo de planejamento de política públicas, cabe ressaltar que a compreensão dos diversos momentos que o constituem — o momento explicativo, o momento normativo, o momento estratégico e o momento tático-operacional — desafia o tempo cronológico e remete à pluralidade de tempos técnico e político e simultaneamente à pluralidade de dimensões do(s) sujeito(s) que planeja(m) e se conecta com a pluralidade de instituições, que compõem os vários setores da ação governamental envolvidos em um esforço de planejamento intersetorial. (TEIXEIRA, 2004)

De acordo com a fonte supracitada, do ponto de vista metodológico, o planejamento de políticas públicas pode levar em conta os diversos momentos sugeridos no enfoque situacional, desdobrados de acordo com as necessidades e demandas dos atores envolvidos, o que supõe o mapeamento dos atores e de suas posições diante dos problemas e soluções apresentadas ao debate, de modo que possa se estabelecer um processo dinâmico e flexível de negociação e pactuação em torno de compromissos, responsabilidades e expectativas de cada um deles.

Quanto à implementação, é importante apontar o papel exercido pelos atores da política pública. Michael Lipsky balizou como “burocracia do nível de rua” (street-level bureaucracy), que tornou-se referência no debate da importância das agências e dos agentes que concretizam o Estado perante o cidadão individual, no cotidiano e cita “as decisões de burocratas do nível da rua, as rotinas que eles estabelecem e os artifícios que eles inventam para tratar com as incertezas e as pressões do trabalho efetivamente tornam-se as políticas públicas que eles executam”. (LIPSKY, 1980, *apud* OLIVEIRA, 2012, p.1555).

Os “burocratas nível de rua”, diz respeito à servidores públicos que agem diretamente com cidadãos que:

Entrariam nessa classificação os professores, policiais e assistentes sociais, entre outros. A formulação clássica de burocracia weberiana não levava em consideração os servidores que atuavam na ponta de qualquer sistema e para tanto, os burocratas seriam meros formuladores que não pertenceriam a um serviço público de massas. Ao longo do tempo admitiu-se que aqueles que atuam na prestação direta dos serviços

não seriam meros implementadores de políticas, mas teriam papel importante na discricionabilidade, que pode alterar em muito os desejos proclamados pela alta burocracia.

Na implementação de políticas públicas o conceito de “burocracia do nível de rua” tornou-se fundamental para entender porque algumas políticas dão certo e outras não. Essa análise recai sobre o importante papel que esses servidores desempenham ao mediar essa relação entre o Estado e o cidadão, recaindo sobre eles o bônus e o ônus no atendimento. (CASTIONI e REIS, 2014, p.3)

Diante das colocações sobre políticas públicas, focando na política educacional, o governo federal tem implementado, desde 2003, na área da educação, políticas que se contrapõem às concepções neoliberais e abrem oportunidades para milhões de jovens e adultos da classe trabalhadora. Na busca de ampliação do acesso à educação e da permanência e aprendizagem nos sistemas de ensino, diversas medidas seguem em andamento.

Assim, surgem os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com o propósito de fomentar o desenvolvimento local e regional, além da transferência de tecnologia e inovação para a sociedade, como constatado na lei de criação destes, a Lei nº 11.892/2008. Este assunto, principal foco da pesquisa, será abordado de forma mais ampla na seção seguinte.

2.3 Expansão da Rede Federal: criação dos Institutos Federais

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica está presente em todo o território nacional, oferecendo cursos de qualificação, técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas e programas de pós-graduação, *Lato* e *Stricto sensu*, sendo que as unidades que a compõem são referências em suas áreas de atuação.

É fundamental ressaltar que as instituições que hoje formam a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são originárias, em grande parte, das dezenove Escolas de Aprendizes Artífices, instituídas por um decreto presidencial de 1909, assinado por Nilo Peçanha.

A trajetória da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, desde a assinatura do decreto presidencial em 1909 até o centenário, está retratada no Quadro 1.

Quadro 1 – Linha do Tempo da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

LINHA DO TEMPO – REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
1909	O presidente Nilo Peçanha assina o Decreto 7.566 em 23 de setembro, criando inicialmente 19 “Escolas de Aprendizes Artífices” subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.
1927	O Congresso Nacional sanciona o Projeto de Fidélis Reis, que prevê o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país.
1930	É criado o Ministério da Educação e Saúde Pública ¹ que passa a supervisionar as Escolas de Aprendizes e Artífices, através da Inspeção do Ensino Profissional Técnico.
1937	Promulgada a nova Constituição Brasileira que trata pela primeira vez do ensino técnico, profissional e industrial. É assinada a Lei 378, que transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus.
1941	Vigora uma série de leis ² , conhecidas como a “Reforma Capanema”, que remodelam todo o ensino no país. Os principais pontos: - o ensino profissional passa a ser considerado de nível médio; - o ingresso nas escolas industriais passa a depender de exames de admissão; - os cursos são divididos em dois níveis: curso básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria, e o segundo, curso técnico industrial.
1942	O Decreto 4.127, de 25 de fevereiro, transforma os Liceus Industriais em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário.
1944	A participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial e o consequente empréstimo financeiro dos Estados Unidos ao Brasil no Governo Getúlio Vargas impulsionam a industrialização brasileira.
1956 - 1961	O governo de Juscelino Kubitschek marca o aprofundamento da relação entre Estado e economia. O objetivo é formar profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país.
1959	As Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais, com autonomia didática e de gestão.
1961	O ensino profissional é equiparado ao ensino acadêmico com a promulgação da Lei 4.024 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O período é marcado por profundas mudanças na política de educação profissional.

(Continua)

¹ Cabe mencionar o jogo de forças pelo poder de controle da formação dos trabalhadores do campo, entre os grupos hegemônicos representados pelos Barões Paulistanos do Café e os Coronéis do Norte e Nordeste, respectivamente representados pelas entidades patronais agrárias Sociedade Paulista de Agricultores – SPA e Sociedade Nacional da Agricultura - SNA. Conseqüentemente, mesmo com a criação, em 1931, do Ministério da Educação e Saúde, desde 1910 as ações do Ministério da Agricultura - MA, sob a ação da Secretaria Nacional da Agricultura (SNA), controlavam o ensino agrícola em três níveis: elementar, médio e superior. A referida intervenção do MA foi concretizada institucionalmente com a criação dos Aprendizados Agrícolas (AA’s) e os Patronatos Agrícolas (PAs), de acordo com Mendonça (2006).

² Com o Decreto-lei 23.979/1933, os antigos patronatos passam à alçada do Ministério da Justiça. Da mesma forma, os AA’s, anos mais tarde, sofreram modificações com a aprovação das leis orgânicas dos ensinos Industrial (Decreto-Lei 4.073/42 – Lei Orgânica do Ensino Industrial); Secundário (Decreto-Lei 4.244/42 – Lei Orgânica do Ensino Secundário); Comercial (Decreto-Lei 6.141/43 – Lei Orgânica do Ensino Comercial), além do Ensino Agrícola (Decreto-Lei 8.530/46 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola), emanada pelo Ministério da Educação e Saúde – (MES), porém a execução se manteve com o MA.

1967	Decreto 60.731 transfere as Fazendas Modelos do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura que passam a funcionar como escolas agrícolas.
1971	A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira torna técnico-profissional todo currículo do segundo grau compulsoriamente. Um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência.
1978	A Lei 6545 transforma três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) em Centros Federais de Educação Tecnológica.
1980-1990	A globalização, nova configuração da economia mundial, também atinge o Brasil. O cenário é de profundas e polêmicas mudanças: a intensificação da aplicação da tecnologia se associa a uma nova configuração dos processos de produção.
1994	A Lei 8.948, de 8 de dezembro: - institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as ETFs e as EAFs em CEFETs; - A expansão da oferta da educação profissional somente ocorrerá em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.
1996	Em 20 de novembro, a Lei 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB) dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo próprio.
1997	O Decreto 2.208 regulamenta a educação profissional e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep).
1999	Retoma-se o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets).
2004	O Decreto 5.154 permite a integração do ensino profissional técnico ao ensino médio.
2005	Institui-se, pela Lei 11.195, que a expansão da oferta da educação profissional preferencialmente ocorrerá em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais; Lançada a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal, com a construção de 60 novas unidades de ensino pelo Governo Federal. O Cefet Paraná passa a ser Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
2006	O Decreto 5.773 trata sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. É instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos. É lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.
2007	Lançada a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal. Até 2010 serão 354 unidades. O Decreto 6.302 institui o Programa Brasil Profissionalizado. É lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.
2008	Articulação para criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.
2009	Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Fonte: BRASIL, MEC, 2015a

Rede Federal está vivenciando a maior expansão de sua história. Entre 1909 e 2002 a Rede Federal contava com 140 unidades de ensino, entre 2003 e 2010 aumentou 214 unidades, passando para um total de 354 unidades. Em 2014, aumentou para 562 unidades, distribuídas

por todo Brasil. O MEC investiu mais de R\$ 3,3 bilhões entre os anos de 2011 e 2014 na expansão da educação profissional.

Na Figura 1, pode ser observado o cenário da Rede Federal de 1909 a 2014.

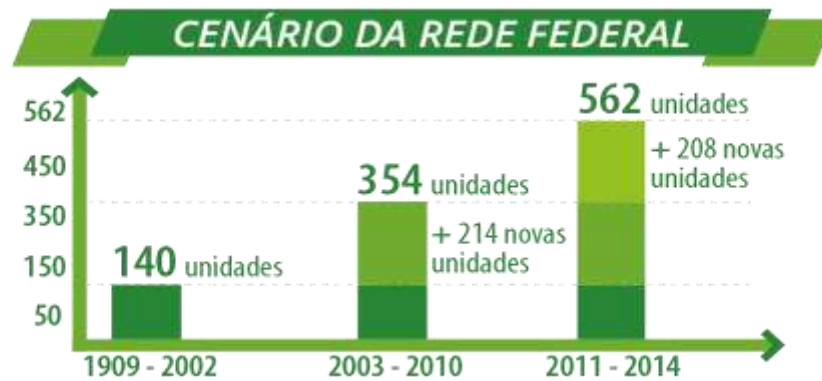


Figura 1 – Cenário da Rede Federal
Fonte: BRASIL, MEC, 2015b

Cabe mencionar que a expansão da Rede Federal atende a três dimensões: dimensão social, dimensão geográfica e dimensão de desenvolvimento. A dimensão social preza pelos seguintes critérios: universalização de atendimento aos territórios da cidadania; atendimento aos municípios populosos e com baixa receita per capita, integrantes do G100³; e municípios com percentual elevado de extrema pobreza. Já a dimensão geográfica os critérios são: atendimento prioritário aos municípios com mais de 50.000 habitantes ou microrregiões não atendidas; universalização do atendimento às mesorregiões brasileiras; municípios em microrregiões não atendidas por escolas federais; interiorização da oferta pública de educação profissional e ensino superior e a oferta de educação superior federal por estado abaixo da média nacional. Por fim, na dimensão de desenvolvimento tem dois critérios: municípios com arranjos produtivos locais - APLs identificados e entorno de grandes investimentos. (BRASIL, MEC, 2014)

³ Grupo das 100 cidades brasileiras com receita per capita inferior a R\$ 1 mil e com mais de 80 mil habitantes

Os dados de aumento de unidades da Rede Federal, de 1909 a 2014, o quantitativo de municípios atendidos em cada período estão apresentados no Quadro 2.

Quadro 2: Expansão da Educação Superior, Profissional e Tecnológica nos Institutos Federais

	1909 a 2002	2003 a 2010	2011 a 2014
Total de Campi	140	354	562
Municípios Atendidos	120	321	512

Fonte: Portal do MEC (BRASIL, MEC, 2014)

É importante ressaltar que antes do início da expansão programada, em 2005, a Rede Federal contava com 140 unidades distribuídas entre Centros de Educação Tecnológica e suas unidades de ensino descentralizadas, uma Universidade Tecnológica e seus *campi*, escolas agrotécnicas e escolas técnicas vinculadas às universidades federais, além do Colégio Pedro II/RJ. O processo de expansão da rede federal colocou em evidência a necessidade de se discutir a forma de organização dessas instituições. (PACHECO, 2011)

Segundo Pacheco (2011, p.13):

Essas instituições têm suas bases em um conceito de educação profissional e tecnológica sem similar em nenhum outro país. São 38 institutos, com 400 *campi* espalhados por todo o território brasileiro, além de várias unidades avançadas, atuando em cursos técnicos (50% das vagas), em sua maioria na forma integrada com o ensino médio, licenciaturas (20% das vagas) e graduações tecnológicas, podendo ainda disponibilizar especializações, mestrados profissionais e doutorados voltados principalmente para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica.

O Portal do MEC apresenta que a Rede de Instituições Federais de educação profissional e tecnológica conta hoje com trinta e oito Institutos Federais, presentes em todos estados, oferecendo cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas. Vale ressaltar que essa Rede ainda é formada por instituições que não aderiram aos Institutos Federais, mas que oferecem educação profissional em todos os níveis, sendo dois

Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), vinte e cinco escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica. (BRASIL, MEC, 2015b)

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica, estruturado a partir do potencial instalado nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), Escolas Técnicas Federais, Agrotécnicas (EAF) e Vinculadas às Universidades Federais, criados pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. De acordo com o Art. 6º estes têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; (BRASIL, 2008a)

Os objetivos gerais desta política são os seguintes: expandir, interiorizar e consolidar a rede de Institutos Federais, democratizando e ampliando o acesso de vagas na educação profissional, tecnológica e superior; promover a formação de profissionais qualificados, fomentando o desenvolvimento regional, estimulando a permanência de profissionais qualificados no interior do Brasil; potencializar a função social e o engajamento dos Institutos Federais como expressão das políticas do Governo Federal na superação da miséria e na redução das iniquidades sociais e territoriais. (BRASIL, MEC, 2014)

Este novo arranjo educacional abre novas perspectivas para o ensino, pois atuam em todos os níveis e modalidades da educação profissional com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador.

Cabe ainda mencionar que para atender à demanda gerada pela expansão da educação profissional e tecnológica, foram desenvolvidos cursos de formação no exterior para

professores e gestores dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia e também centros federais de educação tecnológica, com duração de três meses em média, em instituições similares aos institutos federais brasileiros. Para participar bastava aderir às chamadas, comprovar vínculo formal de efetivo na instituição onde trabalha e apresentar um projeto de desenvolvimento local com plano de ação. (BRASIL, MEC, 2015c)

Assim, a fonte supracitada informa que já fizeram a capacitação, dois grupos na Finlândia e um no Canadá. Entretanto já possui previsão de outras três edições, onde a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) negocia a ida de 80 pessoas para o Canadá, 60 pessoas para a Finlândia e 40 pessoas para Alemanha. Já para Holanda, Reino Unido e Austrália está sendo estudada a possibilidade de oferta.

2.4 Implantação do Instituto Federal do Triângulo Mineiro

A implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia constitui-se em uma das ações de maior relevo do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, uma vez que visa a contribuição ao desenvolvimento socioeconômico do conjunto de regiões dispostas no território brasileiro, a partir do acolhimento de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho.

Desse modo, a União, representada pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, acolheu propostas de constituição de Institutos Federais, na forma e condições estabelecidas pela Chamada Pública MEC/SETEC n.º 002/2007.

Visando a constituição de um Instituto Federal no Triângulo Mineiro, foi elaborada uma comissão composta por 16 (dezesseis) membros integrantes do Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba -CEFET Uberaba e Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia - EAF

Uberlândia, para elaboração de uma proposta, conforme condições da Chamada Pública MEC/SETEC nº002/2007, para constituição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo – IFET Triângulo, em março de 2008. (MEC, SETEC, 2008)

Conforme apresentado no documento de proposta de ifetização, a constituição do IFET-Triângulo “justifica por traduzir as concepções que fundamentam as políticas públicas do governo do Presidente Lula para a educação profissional e tecnológica, conforme pode ser evidenciado nos objetivos previstos para a nova instituição” (MEC, SETEC, 2008 p.7). Vale ressaltar que o referido instituto abrange o Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba e suas UNED’s de Ituiutaba, Paracatu e também a Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia, tendo como área de atuação as mesorregiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e parte do Noroeste de Minas.

Em face do exposto, é válido apresentar o histórico destas instituições que deram base para a criação do Instituto Federal do Triângulo Mineiro. A começar pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba – CEFET Uberaba:

Fundado em 1953 o Centro de Treinamento em Economia Doméstica Rural marcou o início da Instituição, autorizado pela então Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV-MA). Por força do Decreto n. 83.935, de 04 de setembro de 1979, a Instituição deixou de ser Colégio de Economia Doméstica “Dr. Licurgo Leite”, e passou a Escola Agrotécnica Federal de Uberaba-MG. Foi promovida a Autarquia Federal por meio da Lei n. 8.731, de 16/11/1993 e a Centro Federal de Educação Tecnológica por meio do Decreto Presidencial s/n, de 16/08/2002.

Em 2007, participou da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, por meio da Chamada Pública MEC/SETEC Nº 001/2007, quando foi autorizada a criação das UNED’s de Ituiutaba e Paracatu. (MEC, SETEC, 2008 p.8)

A outra importante instituição trata da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia – EAF Uberlândia.

A origem da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia remonta à antiga Fazenda das Sementes, um imóvel com uma área total de 286,5 hectares, então pertencente ao Estado de Minas Gerais, situado na zona rural do município de Uberlândia, na localidade conhecida como Fazenda Sobradinho. Em 21 de outubro de 1957, foi

criada a Escola Agrotécnica de Uberlândia, por meio do Termo de Acordo celebrado entre a União e o Estado de Minas Gerais. No mesmo ano, a celebração de um convênio possibilitou que o imóvel fosse repassado ao Ministério da Agricultura e, em 1959, houve o lançamento da pedra fundamental para a construção da Escola.

Em 20 de novembro de 1962, foi assinado o Termo de Renovação do referido acordo por mais cinco exercícios. Por meio do Decreto nº. 53.558, de 13 de fevereiro de 1968, a Instituição passou a ser designada Colégio Agrícola de Uberlândia e, em 4 de agosto de 1969, deu-se a sua abertura oficial, com a admissão da primeira turma de alunos do Curso Técnico Agrícola. O nome atual, Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia, foi dado pelo Decreto nº 83.935, de 04 de setembro de 1979. Em 16 de novembro de 1993, por meio da Lei nº. 8.731, foi transformada em Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto. (MEC, SETEC, 2008 p.8)

Consequentemente, a proposta foi aprovada e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM, foi criado em 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº. 11.892.

É uma Instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

A área de atuação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo - IFTM abrange toda a Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e parte da Mesorregião Noroeste de Minas. Na Figura 2, pode ser observado a delimitação da base territorial do Instituto Federal do Triângulo nas mesorregiões citadas anteriormente.

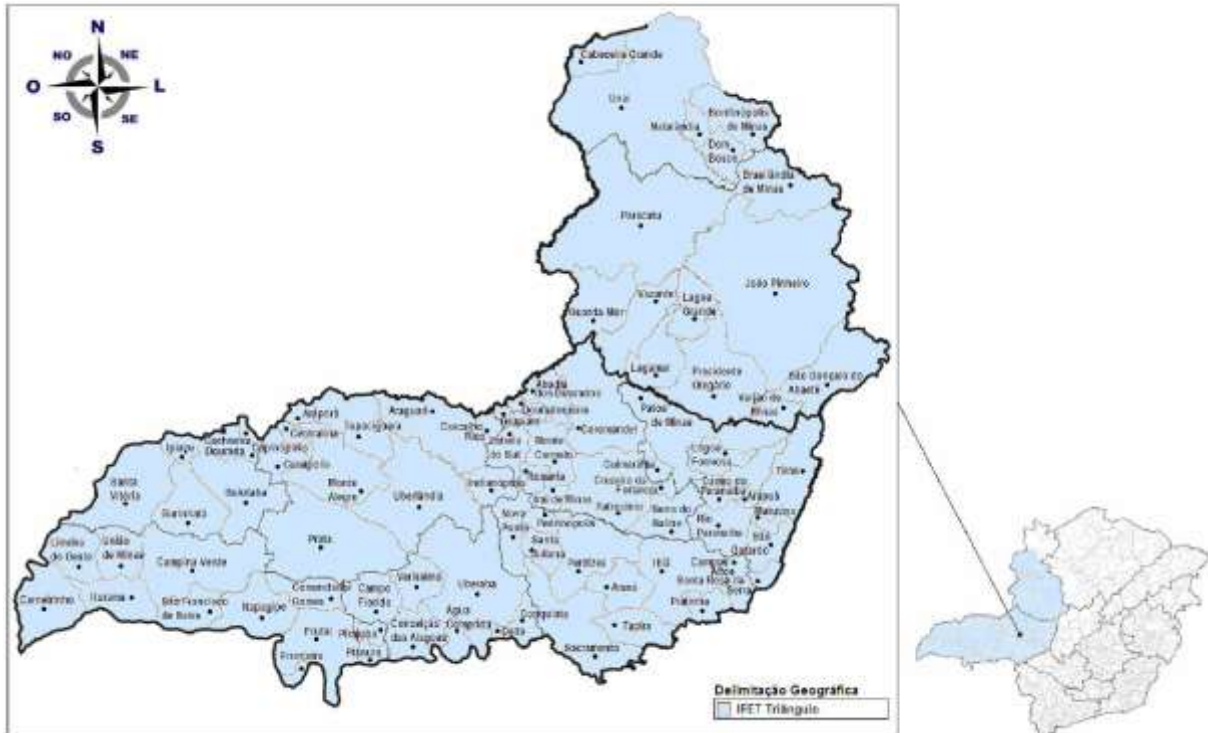


Figura 2 – Delimitação da base territorial do IFET Triângulo nas mesorregiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e parte do Noroeste de Minas.

Fonte: MEC, SETEC, 2008, p.31

. Conforme disponível no portal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (2014), a macrorregião do Alto Paranaíba é constituída pelas microrregiões de:

- Araxá (composta pelos municípios de Araxá, Campos Altos, Ibiá, Nova Ponte, Pedrinópolis, Perdizes, Pratinha, Sacramento, Santa Juliana e Tapira);
- Patrocínio (composta pelos municípios de Abadia dos Dourados, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Douradoquara, Estrela do Sul, Grupiara, Iraí de Minas, Monte Carmelo, Patrocínio, Romaria e Serra do Salitre);
- Patos de Minas (composta pelos municípios de Arapuá, Carmo do Paranaíba, Guimarães, Lagoa Formosa, Matutina, Patos de Minas, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gotardo e Tiros).

O Alto Paranaíba apresenta como as principais atividades econômicas agropecuária e a extração mineral, sobretudo nos municípios de Araxá, Patos de Minas e Patrocínio, respectivamente. As principais culturas plantadas são o café, a soja e o milho. O cultivo de alho e cenoura é forte, em cidades como São Gotardo e Rio Paranaíba. A industrialização é crescente,

principalmente a produção de embalagens e telhas. A indústria de laticínios e fertilizantes também merece destaque.

Inicialmente a estrutura organizacional do IFTM era composta pelos seguintes *Campi*: Uberaba, Uberlândia, Ituiutaba, Paracatu e a Reitoria localizada em Uberaba. Veja na Figura 3, a localização da Reitoria e a delimitação territorial das áreas de atuação dos campi do Instituto Federal do Triângulo Mineiro.

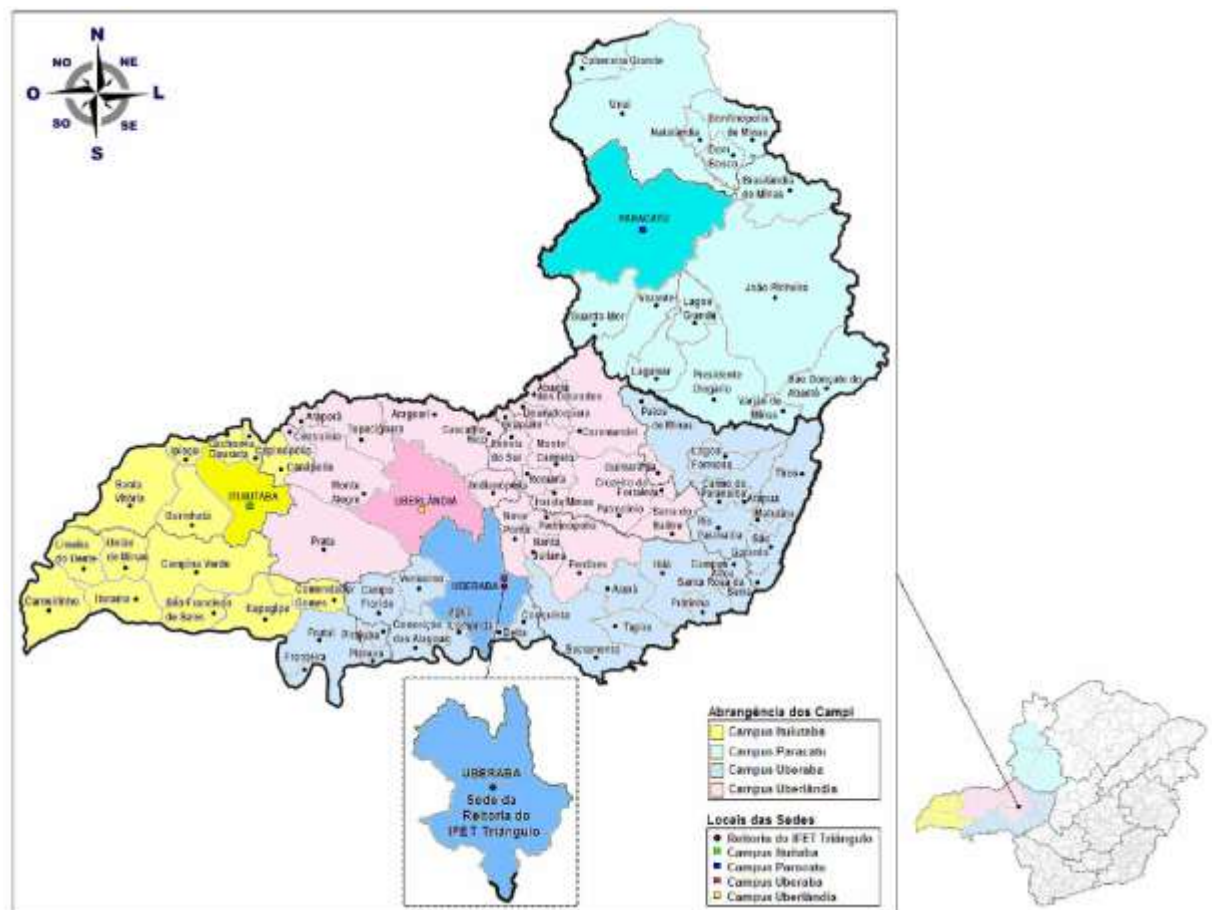


Figura 3- Localização da Reitoria e delimitação territorial das áreas de atuação dos *campi* do IFET-Triângulo.

Fonte: MEC, SETEC, 2008, p.30

A estrutura organizacional do IFETM é composta atualmente pelos *Campi* em Campina Verde (*Campus Avançado*), Ituiutaba, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba, Parque Tecnológico – Uberaba (*Campus Avançado*), Uberlândia, Uberlândia Centro e a Reitoria

localizada em Uberaba. Essa estrutura busca a integração e o padrão nas ações de planejar e executar e ao mesmo tempo, possibilita a descentralização, flexibilizando e tornando possível a autonomia na operacionalização de suas ações, buscando atuar sempre de acordo com os arranjos produtivos locais.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Esta seção apresenta os métodos e técnicas de pesquisa executadas para se alcançar os objetivos almejados nesta pesquisa. Dividida em subseções, onde são apresentados a tipificação metodológica geral da pesquisa dentro do campo proposto, a caracterização da instituição pesquisada: o Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) e o Campus Patos de Minas, os participantes da pesquisa, os procedimentos da coleta dos dados, abordagem sobre o tratamento e análise dos dados coletados, e por fim, as principais características da pesquisa, por meio de um quadro de modelo de análise que proporciona uma visão panorâmica do estudo proposto.

3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa

A metodologia para Demo (1987) é a preocupação instrumental que trata das formas de se fazer Ciência, cuidando dos seus procedimentos, ferramentas e caminhos, sendo que a finalidade da ciência é tratar a realidade teórica, onde se consegue atingir esta finalidade através de vários caminhos.

Neste estudo, para o resgate do processo de criação e expansão do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) e, especificamente, a implantação do *Campus* Patos de Minas, fez-se necessário adotar um contorno histórico e a abordagem qualitativa mostrou-se como a mais apropriada para a pesquisa.

A pesquisa qualitativa dá profundidade aos dados, devido a riqueza interpretativa, a contextualização do ambiente, a dispersão, os detalhes e as experiências únicas. Ainda oferece um ponto de vista ‘recente, natural e holístico’ dos fenômenos, assim como flexibilidade (SAMPLIERI et al, 2006). Desse modo, adotou-se o ciclo proposto na metodologia utilizando o

processo qualitativo, onde Sampieri et al (2006) propõe 9 fases (etapas), sendo elas sequencialmente: ideia, formulação do problema, imersão inicial no campo, concepção do desenho do estudo, definição da amostra inicial do estudo e acesso a ela, coleta de dados, análise dos dados, interpretação de resultados e finalmente a elaboração do relatório de resultados, todas tendo como centro a literatura existente/marco referencial.

Em consonância com essa postura, Kirk e Miller (1986) afirma que o pesquisador procura verificar um fenômeno por meio da observação e do estudo do mesmo.

Quanto aos fins, objetivos, a pesquisa é exploratória, pois investiga o processo de expansão dos Institutos Federais em especial o Instituto Federal do Triângulo Mineiro e as dificuldades enfrentadas durante a implementação desse novo modelo de instituição e também a criação e implantação do *campus* Patos de Minas. Segundo Gil (2007), este tipo de pesquisa objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito, sendo que a grande maioria das pesquisas exploratórias envolve: levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão. No tocante a questão, Vergara (1998) afirma que a investigação exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Não comporta hipóteses, devido sua natureza de sondagem, que todavia podem surgir ao final da pesquisa. Assume, em geral, as formas de Pesquisa Bibliográfica e Estudo de Caso.

Além de exploratória, a pesquisa é também descritiva. Este tipo de pesquisa exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987). São exemplos de pesquisa descritiva: estudos de caso, análise documental.

Quanto aos procedimentos, meios de investigação, a execução do trabalho teve início com um levantamento de referencial bibliográfico/webliográfico acerca da temática em

discussão, com o intuito de fundamentar teoricamente o estudo a ser desenvolvido, enfocando-se a questão da relação Estado-Sociedade, expansão Institutos Federais no Brasil e do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) e sobre a criação e implantação do *Campus* Patos de Minas identificando as dificuldades enfrentadas e os avanços. Para Trujillo (1974 *apud* MARCONI; LAKATOS, 2001, p. 43), esse tipo de levantamento

[...] trata-se de levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações.

Mas vale considerar também que faz-se necessário utilizar da pesquisa documental para atingir aos objetivos propostos. Nesse viés, Vergara (1998, p.46) considera que a investigação documental

é realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, filmes, microfilmes, fotografias, vídeo-tape, informações em disquetes, diários, cartas pessoais e outros.

É necessário considerar que a pesquisa quanto aos meios de investigação também é considerada como estudo de caso ao retratar o caso do Instituto Federal do Triângulo Mineiro e mais detalhadamente do *Campus* Patos de Minas. Segundo Vergara (1998, p.47)

o estudo de caso é o circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como uma pessoa, uma família, um produto, uma empresa, um órgão público, uma comunidade ou mesmo um país. Tem caráter de profundidade e detalhamento. Pode ou não ser realizado em campo.

Em consonância com essa postura, Fonseca postula:

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma

perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA, 2002, p. 33).

Assim, nesta pesquisa, busca-se com a pesquisa qualitativa partir-se de uma área mais ampla e direcionando para o foco no *Campus* Patos de Minas, obtendo resultados por meio do estudo de caso.

3.2 Caracterização da Organização Pesquisada

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM, foi criado em 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº. 11.892. É uma Instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. (BRASIL, 2013c)

A estrutura organizacional do IFTM, no processo instituinte, foi composto por uma Reitoria localizada em Uberaba, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba (CEFET-Uberaba), a Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia (EAF-Uberlândia) e as Unidades de Educação Descentralizadas (UNED's) de Paracatu e de Ituiutaba, que por força da Lei, passaram de forma automática, independentemente de qualquer formalidade, à condição de *campus* da nova instituição, passando a denominar-se respectivamente: *Campus* Uberaba, *Campus* Uberlândia, *Campus* Paracatu e *Campus* Ituiutaba.

A área de atuação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo (IFTM) abrange toda a Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e parte da Mesorregião Noroeste de Minas.

Atualmente, a estrutura do IFTM é composta pelos *campi*: Reitoria localizada em Uberaba, *Campus* Avançado Campina Verde, *Campus* Uberaba, *Campus* Avançado Uberaba Parque Tecnológico, *Campus* Ituiutaba, *Campus* Paracatu, *Campus* Patrocínio, *Campus* Patos de Minas, *Campus* Uberlândia e *Campus* Uberlândia Centro. São ofertados 106 cursos no IFTM, conta com um total de 978 servidores, sendo 483 técnicos administrativos e 495 docentes. Também conta com infraestrutura básica em outros municípios, que são Polos Presenciais, com oferta de cursos técnicos em parcerias com as Prefeituras Municipais.

Em 23 de abril de 2013 foi expedida pelo Ministério da Educação, MEC, a Portaria número 330 que dispõe sobre a autorização de funcionamento do IFTM *Campus* Patos de Minas. Desta forma, conforme a Portaria nº 331 de 23 de abril de 2013, expedida pelo MEC que dispõe sobre os *campi* que integram a estrutura organizacional dos Institutos Federais.

Patos de Minas é sede da 28ª Superintendência Regional de Ensino que abrange 14 municípios da região. Segundo o Censo 2010 do IBGE, Patos de Minas tem 28.121 alunos matriculados nos três níveis da Educação Básica. A cidade conta com 132 estabelecimentos de ensino, entre públicos e privados, nos três níveis da Educação Básica. (BRASIL, MEC, 2014)

Segundo os dados do IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) de Patos de Minas está entre os 25 maiores de Minas Gerais, crescendo entre 2001 e 2010, em média 10,9%. Apresenta forte atividade agrícola e pecuária com agroindústrias de reconhecimento nacional.

Os dados apresentados mostram a região estratégica do novo *Campus* do IFTM. Esta instituição tem como missão “Ofertar a Educação Profissional e Tecnológica por meio do Ensino, Pesquisa e Extensão promovendo o desenvolvimento na perspectiva de uma sociedade inclusiva e democrática”. Esta é razão da implantação do *Campus* Patos de Minas, ou seja, busca ofertar educação profissional e tecnológica de qualidade à sociedade patense e da região do Alto-Paranaíba, buscando formar o profissional cidadão.

Nesta perspectiva, a Instituição responde a uma nova missão na sociedade e aos horizontes de seus profissionais que ao crescerem em função do processo de formação continuada, o sistema educacional lhes proporcionou integrar o coletivo da escola nesse processo de mudança efetiva buscando transformar os sonhos em ações que concretizadas, possam conduzir o IFTM à excelência em todos os níveis e áreas de atuação.

3.3 Participantes do estudo

Para realização deste estudo, de caráter qualitativo exploratório descritivo, fez-se necessário uma investigação junto aos gestores do Instituto Federal do Triângulo Mineiro, para atingir o objetivo geral de resgatar o processo de “criação” e expansão do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) e, especificamente, a implantação do *Campus* Patos de Minas.

Foram entrevistados cinco indivíduos pertencentes ao quadro funcional da organização sendo, gestores na reitoria, diretor e coordenadores gerais do *Campus* Patos de Minas.

A seleção dos indivíduos entrevistados buscou tão somente priorizar as contribuições que eles pudessem trazer à pesquisa, das experiências na Instituição ligadas à área de investigação.

Primeiramente foram entrevistados os gestores da reitoria, informantes chaves no processo de criação e expansão do IFTM, em busca de resposta ao seguinte objetivo específico: investigar o processo de “criação” e expansão do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), a partir da ótica dos gestores/tomadores de decisão.

Posteriormente foram entrevistados os gestores do *Campus* Patos de Minas, coordenadores gerais e diretor geral, em busca de resposta ao seguinte objetivo específico: analisar o histórico da implantação do *Campus* Patos de Minas, identificando as escolhas, dificuldades enfrentadas e os avanços.

Assim, foi realizada uma entrevista semiestruturada, segundo Gil (1999, p. 120), neste tipo de entrevista “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”, ou seja, possui caráter aberto para resposta entretanto sem perder o foco.

Vale mencionar que neste estudo não se trata de amostra representativa da população, pois objetiva características qualitativas para análise. Assim, foram entrevistados pessoas-chaves que participaram de todo processo de criação e implantação.

3.4 Procedimentos de coleta de dados/ Instrumentos de pesquisa

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, foram realizados por meio dos seguintes instrumentos de pesquisa: pesquisa documental, bibliográfica e entrevistas semiestruturadas. Em consonância com Grinnell (1997), tratando de enfoque qualitativo, a coleta de dados neste caso não tem como objetivo medir variáveis para tirar conclusões e fazer análise estatística. Tendo como foco obter informações de indivíduos, comunidades, contextos, variáveis ou situações em profundidade, nas próprias “palavras”, “definições” ou “termos” dos indivíduos em seu contexto.

De acordo com Sampieri et al (2006) comumente, os dados qualitativos consistem na descrição profunda e completa de eventos, situações, imagens mentais, interações, percepções, experiências, atitudes, crenças, emoções, pensamentos e comportamentos particulares das pessoas, seja de forma individual, seja em grupo ou coletivo. Coleta-se com a intenção de analisá-los para compreendê-los e assim responder à questão da pesquisa e/ou gerar conhecimento.

É válido lembrar que o pesquisador utiliza uma postura ética e reflexiva, minimizando seus fundamentos ou experiências de vida, relacionados com o tema abordado em pesquisa.

3.4.1 Entrevistas semiestruturadas

Uma etapa de grande importância para pesquisa, tratou-se da coleta de dados primários realizada por meio de entrevistas semiestruturadas. Estas tratam de um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, organizadas pelo pesquisador, mas permite, às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal.

De acordo com Sampieri et al:

A entrevista qualitativa é mais flexível e aberta. Esta é definida como uma conversa entre uma pessoa (o entrevistador) e a outra (o entrevistado) ou outras (entrevistados). As entrevistas semiestruturadas se baseiam em um guia de assuntos ou questões e o pesquisador tem a liberdade de introduzir mais questões para a precisão de conceitos ou obter maior informação sobre os temas desejados. (SAMPIERI et al, 2006, p. 381)

Apontando para necessidade de um instrumento para aplicação das entrevistas, foi desenvolvido um roteiro semiestruturado conforme constam nos apêndices B, C, D. Cabe mencionar que no apêndice A, consta o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, enviado aos gestores participantes, no momento do agendamento da entrevista. Esses instrumentos foram constituído de uma questão de identificação do histórico profissional dos entrevistados, questões que buscam respostas aos objetivos específico e também uma reflexão se fariam algo diferente naquele processo e por fim abertura para observação sobre o assunto que considere importante mencionar.

Os roteiros foram aplicados à cinco entrevistados, pertencentes ao quadro funcional da organização, ocupantes na reitoria, diretor e coordenadores gerais do *Campus Patos de Minas*. Sendo que as entrevistas, previamente agendadas, foram gravadas em meio digital, sob autorização dos entrevistados, sem interrupções durante as falas dos depoentes e posteriormente transcritas para análise.

As entrevistas tiveram duração média de 37 minutos, totalizando 184 minutos de áudio digital, duração necessária para que fosse extraído o máximo de informações para realizar o resgate histórico do IFTM e contribuir para realização da pesquisa. Após a realização da transcrição, totalizou 40 páginas impressas.

Por meio das entrevistas semiestruturadas foi possível responder aos seguintes objetivos específicos: investigar o processo da “criação” e expansão do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), a partir da ótica dos gestores/tomadores de decisão e também analisar o histórico da implantação do *Campus* Patos de Minas, identificando as escolhas, as dificuldades enfrentadas e os avanços e avaliar a percepção dos gestores sobre a importância da criação dos Institutos Federais.

3.4.2 Pesquisa documental

A coleta de dados também foi realizada por meio de pesquisa documental. Segundo Sylvia Vergara, a pesquisa documental é realizada:

em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, filmes, microfilmes, fotografias, *vídeo-tape*, informações em disquete, diários, cartas pessoais e outros. (VERGARA, 1998, p.46)

Foram feitas pesquisas em diversos documentos institucionais e no *site* do IFTM. Foram consultados os documentos oficiais disponíveis, principalmente pelo MEC, que tratam das questões que retratam a expansão da rede federal de ensino e criação dos institutos federais. Também foram avaliados relatórios emitidos pelo IFTM, que retratam a evolução da instituição através dos tempos, desde sua criação em 2008.

Por meio da pesquisa documental foi possível responder aos seguintes objetivos específicos da pesquisa: reaver o contexto da política de criação e expansão dos Institutos Federais no Brasil; e apresentar a evolução do IFTM em números, por meio de dados de relatórios apresentados pela reitoria.

3.5 Análise de dados

A realização da análise de dados é parte fundamental da pesquisa. Foram utilizados dados coletados de trechos extraídos das entrevistas, dos documentos, relatórios e anotações. A técnica de análise de dados utilizada nesta pesquisa foi a Triangulação. Segundo Sylvia Vergara (2005, p.257)

o termo triangulação é originário da navegação e da estratégia militar. Nesse contexto a triangulação visa determinar a exata posição de um objeto a partir de diversos pontos de referência. No âmbito das ciências sociais, a triangulação pode ser definida como estratégia de pesquisa baseada na utilização de diversos métodos para investigar um mesmo fenômeno.

Essa definição, proposta por Norman Denzin, no livro *The Research Art*, na década de 70, sugere ser a triangulação uma estratégia para o alcance da validade, no sentido clássico do termo, assumindo uma realidade e uma concepção para o objeto em estudo, independente da abordagem metodológica (FLICK, 1992). Diversas críticas a essa abordagem foram feitas. Na visão dos críticos, teorias e métodos deveriam ser combinados cuidadosamente, a fim de obter uma análise mais abrangente do objeto em estudo e não com o propósito de perseguir uma verdade objetiva. A abordagem inicial foi redefinida por Denzin na terceira edição de seu livro, em 1989. A validade, então, deixa de ser, para o autor, o principal objetivo da triangulação. Uma abordagem interpretativa é sugerida. Apesar da posição redefinida por Denzin, suas proposições iniciais continuam sendo a base para as discussões relacionadas à triangulação. (FLICK, 1992 *apud* VERGARA, 2005, p.257)

Antes, porém, há que se introduzir que na literatura são apresentados diferentes tipos de triangulação, sendo: de dados, de pesquisadores, de teorias, de métodos. Discorrendo sobre a temática dos tipos de triangulação, Sylvia Vergara pontua que:

a triangulação de dados refere-se ao uso de diferentes fontes de dados. Nesse contexto, é sugerido o estudo de um fenômeno a partir de diferentes momentos (tempo), locais

(espaço) e pessoas (informantes). A triangulação do pesquisador diz respeito à utilização de diferentes pesquisadores na investigação de um mesmo fenômeno, na tentativa de detectar ou minimizar possíveis vieses provocados pela subjetividade do pesquisador. A triangulação teórica é uma abordagem baseada em diversas perspectivas teóricas. A triangulação metodológica é subdividida em intramétodo, ou seja, utiliza técnicas diversas relacionadas a um mesmo método, e entre métodos, isto é, utilização de métodos distintos. (VERGARA, 2005, p.258)

Neste estudo utilizou-se da triangulação de dados, que conforme já mencionado, significa coletar dados em diferentes períodos e de fontes distintas de modo a obter uma descrição mais rica e detalhada dos fenômenos. Denzin, distinguindo subtipos de triangulação de dados, propôs que se estude o fenômeno em tempos (explorando as diferenças temporais), espaços (locais - como forma de investigação comparativa) e com indivíduos diferentes. Também foi utilizada a triangulação metodológica que refere-se ao uso de múltiplos métodos para obter os dados mais completos e detalhados possíveis sobre o fenômeno, sendo o tipo de triangulação mais aplicada e estudada. Envolve a combinação de diversos métodos, geralmente observação e entrevista, de modo a compreender melhor os diferentes aspectos de uma realidade e a evitar os vieses de uma única metodologia. (AZEVEDO et al, 2013)

Assim, no presente estudo, após a coleta de dados por meio dos instrumentos escolhidos, documentos e entrevistas, as gravações das entrevistas foram transcritas para documento Word. Posteriormente, utilizada a triangulação de dados e metodológica (intramétodo) para análise dos dados coletados. Os dados foram organizados em planilha do Excel, de acordo com ordem cronológica (da mesma forma das perguntas do roteiro de entrevistas), para comparação dos resultados obtidos pelas respostas dos gestores entrevistados, destacados os principais pontos de cada resposta e identificando as possíveis divergências, ainda complementados com os documentos e relatórios que tratam sobre a criação e expansão dos Institutos Federais e também especificamente do IFTM.

Portanto, vale destacar que a adoção da triangulação nesta pesquisa ocorreu devido esta oferecer um poderoso paradigma alternativo, podendo fornecer resultados de pesquisa mais completos, informativos, equilibrados e úteis. (AZEVEDO et al, 2013)

Vale ressaltar que de acordo com o autores supracitados, a credibilidade é um dos fatores mais importantes na geração de confiança em uma pesquisa, sendo notadamente importante em pesquisa qualitativa. E ainda menciona que em termos de credibilidade, além do que é produzido pelo pesquisador, também suas próprias ações, com destaque para sua integridade ética na coleta, análise e resultados apresentados em seus estudos e as possíveis implicações para os sujeitos envolvidos na pesquisa. Diante do exposto, cabe mencionar que na análise dos resultados, tomou-se cuidado com a interpretação das respostas, quanto à forma como as questões foram colocadas no texto.

3.6 Resumo Metodológico

A seguir é apresentado o quadro 3 com um breve resumo metodológico, fechando esta de seção métodos e técnicas de pesquisa.

Quadro 3 – Resumo Metodológico

OBJETIVOS	QUANTO AOS FINS	QUANTO AOS MEIOS E INSTRUMENTOS	ANÁLISE DE DADOS
Reaver o contexto da política de expansão dos Institutos Federais no Brasil.	Exploratória/ Descritiva	Bibliográfico/webliográfico (Artigos Publicados, livros, jornais, revistas e redes eletrônicas) e Documental (registros, anais, regulamentos, ofícios)	Triangulação de dados e metódica (intramétodo)
Investigar o processo da expansão do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), a partir da ótica dos gestores/tomadores de decisão.		Estudo de caso, utilizando de entrevista semi-estruturada junto aos gestores/tomadores de decisão do IFTM, membros da reitoria.	

(Continua)

Apresentar a evolução do IFTM em números.		Documental (por meio de relatórios de gestão)	
Apresentar o histórico da implantação do <i>Campus</i> Patos de Minas identificando as dificuldades enfrentadas e os avanços.		Bibliográfico/webliografico (Artigos Publicados, livros, jornais, revistas e redes eletrônicas) Documental (registros, anais, regulamentos, ofícios) Estudo de caso, utilizando de entrevista semiestruturada junto aos gestores do <i>campus</i> (Diretor Geral, Coordenações Gerais) e membros da reitoria. Foram entrevistadas cinco pessoas.	
Avaliar a percepção dos gestores sobre a importância da criação dos Institutos Federais,		Estudo de caso, utilizando de entrevista junto aos servidores do IFTM, sendo dois membros da reitoria, e três do <i>Campus</i> Patos de Minas.	

Fonte: Elaborado pelo autor

4 RESULTADOS

4.1 A criação, implantação e expansão do IFTM na perspectiva dos gestores/tomadores de decisão

Esta seção contempla a análise dos dados advindos das entrevistas realizadas com gestores do Instituto Federal do Triângulo Mineiro, no âmbito da reitoria, para ampliar as análises sobre a criação, implantação e expansão do IFTM, bem como aprofundar a compreensão sobre esse processo a partir da adesão à proposta de Ifetização.

Assim, realizou-se entrevistas semiestruturadas com dois gestores da reitoria do IFTM, atores estratégicos nesse processo. O roteiro da entrevista constava dados de identificação e histórico profissional dos entrevistados e contava com um conjunto de questões que se destinavam a levantar informações sobre os motivos que levaram à adesão ao modelo de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; como foi formada a comissão para elaboração da Proposta de Ifetização; quais os principais acertos e desafios na concepção e elaboração da proposta; identificação dos principais desafios/ problemas/ dificuldades e acertos no processo de implantação do IFTM; sobre a realização do processo de interiorização e principais avanços nesses sete anos. E também propunha identificar, de acordo com ponto de vista pessoal dos gestores, se faria algo diferente referente ao processo criação/implantação do IFTM; quais os principais ganhos que a criação dos Institutos Federais pode proporcionar para o país e ainda abertura para apresentar observação sobre o assunto que considerasse importante mencionar.

Os motivos expostos pelos entrevistados sobre a adesão ao modelo de Instituto Federal foram os seguintes: ampliar a autonomia administrativo-político-pedagógica, indissociabilidade entre o ensino-pesquisa-extensão sintonizadas a uma realidade sócio geo

econômico cultural, oferta dos cursos técnicos integrados e cursos tecnólogos para uma formação profissional e interiorizar o ensino atendendo aos arranjos produtivos locais. A fala a seguir apresenta os dois primeiros motivos mencionados:

[...] o que nos chamou muita atenção na adesão a esse projeto foi primeiro a oportunidade de ampliar a autonomia, autonomia não universitária, mas **autonomia administrativo-político-pedagógica**, porque os institutos federais, eles já vinham por força de lei, com as **mesmas prerrogativas da universidade no que diz respeito a criação de novos cursos, aplicação de recursos, a contratação**, e isto é um ganho. E além dos mais, a própria concepção dos institutos federais que se sustentam em uma missão bastante clara, no diz respeito a **indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão**, e uma extensão diferenciada, que demarca, eu não quero fazer nenhum discurso, nenhuma fala, com linha comparativa entre Instituto Federais e Universidades, é porque eu vejo que os institutos já nasceram com uma perspectiva de se constituírem e avançarem no sentido de terem um perfil bastante sedimentado, bastante peculiar, e a extensão é uma das características que vai dar, vamos dizer assim, coloração a este perfil. Vai fazer com que este perfil se cristalize, destacando bastante o que é próprio dos institutos federais que é essa **possibilidade e essa responsabilidade de que suas ações tanto de ensino, quanto pesquisa e extensão estejam bastante sintonizadas a uma realidade sócio-geo-econômico cultural**. Em que sentido? De que a pesquisa ela deve ser desenvolvida nos *campus* do IFTM, agora eu falo particularmente, é para atender realmente as **demandas que emergem dos arranjos produtivos locais e regionais**, ou seja, uma pesquisa aplicada que venha realmente aí por meio da extensão tecnológica incorporar a necessidade de novas técnicas, novas tecnologias, novos modelos de organização do trabalho, ampliação de novas técnicas, mas que sejam realmente incorporadas independentemente se trata da agricultura familiar, se trata de uma média ou grande empresa. Então, este diferencial dos Institutos Federais em se constituírem muito além de uma boa instituição de ensino, trata se dos Institutos Federais e aí eu falo no nosso caso, o IFTM, em mais uma ferramenta, mais uma estratégia para no conjunto de uma série de ações, de um plano de desenvolvimento nacional, desenvolvimento econômico social nacional de soberania, é de crescimento da nação, como uma **grande estratégia pra promover o desenvolvimento, desenvolvimento local e regional**, e aí vem a diferenciação da nossa pesquisa, da extensão que nós devemos fazer. (Entrevistado 1, 2015, grifo nosso)

Um dos motivos apresentados pelo primeiro entrevistado, a autonomia administrativo-político-pedagógica, está em consonância com o parágrafo único, do Art. 1º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que trata das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica vinculadas ao MEC, apresenta que estas instituições “...possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.” (BRASIL, 2008a) E ainda no Decreto nº 7.022 de 2 de dezembro de 2009, que estabelece medidas organizacionais de caráter excepcional para dar

suporte ao processo de implantação da Rede Federal, criado pela Lei mencionada anteriormente, exige no art. 2º que

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia serão constituídos com personalidade jurídica própria diversa das personalidades jurídicas dos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais, [...] que os antecederam e foram por eles absorvidos mediante integração ou transformação. (BRASIL, 2009).

No 1º e 3º parágrafo, do artigo 2, respectivamente:

Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais. [...] Os institutos terão autonomia para criar e extinguir cursos nos limites de sua área de atuação territorial, bem como registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do Conselho Superior [...] (BRASIL, 2008a)

Referente ao segundo motivo apresentado, indissociabilidade entre o ensino-pesquisa-extensão sintonizadas a uma realidade socio geo econômico cultural, nota-se a motivação por algo muito peculiar deste novo modelo de instituição, onde estas ações buscam suprir as demandas dos arranjos produtivos locais, conseqüentemente promovendo desenvolvimento local e regional. O artigo 7 da lei 11.892, que apresenta os objetivos dos Institutos Federais, elucida esta questão:

III – realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios a comunidade,
 IV desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos
 V- Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento sócio econômico local e regional (BRASIL, 2008, art.7)

O segundo entrevistado destaca que naquele período havia necessidade de melhoria na educação, e que o modelo dos Institutos Federais seria o caminho

Era um momento de desafio, o país carece de uma melhoria na educação, então o Governo Federal, através do Ministério da Educação teve a ideia de criar um modelo

que foram os Institutos Federais para **atender aos cursos técnicos integrados e os cursos tecnológicos para uma formação profissional dos jovens** do país dando uma profissão aqueles que mais necessitam. E o grande viés da ideia dos Institutos Federais é **interiorizar o ensino no nosso país**, e com isso atender aos **arranjos produtivos locais**. E isso naquele momento era um desafio muito grande porque era uma proposta inovadora, nova que ninguém conhecia. A adesão feita a esse projeto foi um desafio. Porque não existia nenhum modelo pronto. Então foram vencidas várias barreiras, hoje nos vemos que é um modelo de sucesso, porque naquele momento nós tínhamos em torno de 140 unidades, hoje nós temos mais de 500 unidades, 562 ou tem 580. Nós tínhamos em torno de 140 mil alunos, hoje nós temos 1 milhão de alunos. Isso mostra que foi um modelo que deu certo. Que tem sido elogiado, por pessoas não só do nosso país, como de fora do nosso país. Então isso reflete a grandiosidade que é esse projeto dos Institutos Federais. (ENTREVISTADO 2, 2015, grifo nosso)

Os motivos acima apresentados estão em conformidade com as finalidades dos Institutos Federais, Art. 6º inciso I da Lei 11.892, “Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”.

Vale destacar que na resposta do entrevistado 1, a adesão ao novo modelo e a elaboração da proposta pelas duas comunidades acadêmicas: CEFET e Escola Agrotécnica de Uberlândia, se deu através de várias reuniões e discussões envolvendo vários setores:

E isto me chamou muita atenção e esta discussão ela foi levada pra comunidade, ela foi levada pra comunidade em forma mesmo de uma discussão direta tanto setorial quanto muito mais ampla com setores administrativos, com os docentes, com os alunos, e foi até interessante que em uma dessas reuniões que nós fizemos aqui em Uberaba, nós fizemos reuniões na até então Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia, é nós fizemos várias reuniões no *Campus* Uberaba, que era quem iria encaminhar por ser CEFET, a proposta, o projeto de transformação em Instituto Federal, e nos deram a carta branca para que nós fizéssemos a negociação junto do MEC.” A carta branca pro CEFET? “Para o CEFET, mas que ai já no projeto já agregamos a Escola Agro técnica de Uberlândia. (ENTREVISTADO 1, 2015)

Segundo Otranto (2010), diante da possibilidade de ficar em situação de desvantagem no sistema federal de educação e com a garantia explicitada na Chamada Pública MEC/SETEC 002/07, de que duas ou mais Escolas Agrotécnicas Federais, situadas em uma mesma Unidade da Federação, poderiam apresentar proposta conjunta, o medo da subserviência ao CEFET foi minimizado e as Escolas Agrotécnicas Federais capitularam e aderiram à proposta governamental.

Os entrevistados foram questionados como foi formada a comissão para elaboração da Proposta de Ifetização e quais critérios utilizados. O entrevistado 1 expõe que para formar a comissão convidou pessoas de notório saber e representativas dos diversos segmentos das comunidades acadêmicas, CEFET e Escola Agrotécnica, considerando assim que foi um critério democrático.

Na verdade, o critério ele foi bastante assim, não vamos dizer nem autocrático nem diretivo, eu entendo que ele foi democrático porque o gestor maior em determinados momentos importantes que requer tomadas de decisões em curto espaço de tempo, desde que ele seja capaz de identificar os perfis adequados no devido respeito a conhecimento, a capacidade de trabalhar em equipe, envolvimento nos trabalhos é das instituições que devem ser envolvidas, no caso era só a Escola Agrotécnica de Uberlândia e o CEFET Uberaba, o gestor da época que fui eu, [...], eu convidei as pessoas, vamos dizer assim de notório saber, mas que essa comissão fosse representativa dos diversos segmentos das duas comunidades acadêmicas. E nós fomos felizes nesse sentido, porque nosso projeto foi aprovado, foi elogiado, e nós trouxemos aí, eu me lembro bem, de uma comissão até grande né, de vários segmentos: docentes, administrativos, alunos. E que resultou num projeto de qualidade, e hoje já há 6 anos somos um Instituto Federal, que iniciamos até então com 800 alunos no CEFET Uberaba, entorno de 120 servidores, 500 alunos na Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia, 36 professores e hoje depois destes 6 anos, e esses dois *Campus*, tem mais as duas UNED's de Paracatu e Ituiutaba, nesses 6 anos aí nós temos 8 *Campus*, 15 mil alunos e 1100 servidores, tínhamos na época entorno de 3 cursos em Uberlândia mais 8 cursos. Hoje nós temos 110 cursos, então foi um avanço significativo né. E obviamente existem fragilidades, obstáculos a serem superados. (ENTREVISTADO 1, 2015)

Já o segundo entrevistado afirmou “Bom, essa pergunta eu não sei responder ela não, porque foi na época que quem era o diretor do CEFET Uberaba [...] que fez e criou esses critérios. Na época eu não participei.”

Segundo Minussi (2012) quanto a EAF Uberlândia, “representantes da nossa escola passaram a fazer parte de uma comissão mista para elaborar o projeto de constituição do Instituto. O nosso PDI foi protocolado por nós e pelo diretor do CEFET Uberaba no dia 07/02/2008.”

Buscou-se também identificar quais os principais acertos e desafios na concepção e elaboração da proposta de Ifetização. Tratando primeiramente sobre os acertos, o entrevistado 1 afirma que foi a “...qualidade do trabalho apresentado, então os objetivos foram atingidos

plenamente pelo trabalho da equipe, tanto é que foi um projeto exitoso.” Já o entrevistado 2 ressalta novamente que não era membro da comissão efetivamente, mas que estava na comissão de assessoramento e acredita que os maiores acertos consistem principalmente na “implantação da reitoria na cidade de Uberaba. [...]” . E ainda complementa:

E houve uma ação que eu acho estratégica do ex-reitor, que na época era diretor do CEFET [...], tanto política como estratégica, política interna política externa com apoio de todos deputados federais, deputados estaduais e todos prefeitos e isso eu acho que foi um ponto crucial para que efetivasse o Instituto Federal do Triângulo Mineiro naquele momento. (ENTREVISTADO 2, 2015)

Quanto aos desafios na concepção e elaboração da proposta de ifetização, percebe-se pela fala dos entrevistados, dificuldades na união das culturas organizacionais de instituições diferentes e preocupação com a perda de poder e autonomia. O entrevistado 2 informa que o “maior desafio que nós tínhamos nesse momento era a união da Escola Agrotécnica de Uberlândia com o CEFET de Uberaba e juntamente com as UNED’s que tinham: Paracatu e Ituiutaba.” Seguindo o mesmo pensamento, o entrevistado 1 diz:

“**..reunir uma cultura organizacional**⁴ de Escola Agrotécnica vinculada a uma série de procedimentos bastante próprios de uma escola agrícola e um CEFET que já tinha avançado em um modelo de gestão, fundir isso e colocar um outro terceiro modelo de gestão, cuja reitoria passa a incumbir realmente da supervisão, coordenação, orientação, monitoramento na elaboração das políticas de gestão: normas, diretrizes, regulamentos; e isso era feito por meio de um diretor geral da Escola Agrícola, Agrotécnica, e um diretor geral do CEFET. [...] no momento da composição ocorreram uma série de pressões, até do próprio Conselho Nacional das Escolas Agrotécnicas, até que se compreendesse a amplitude e o objetivo maior dos Institutos Federais, porque naquele dado momento havia uma preocupação, na verdade até em **perda de poder**, perda de comando, perda de mando das escolas agrotécnicas, **perda de autonomia** se discutia muito.” (ENTREVISTADO 1, 2015, grifo nosso)

Discorrendo sobre essa temática, Otranto (2010) pontua sobre esse desafio da perda de autonomia que as instituições enfrentaram “caso integrassem um *campus* composto por

⁴ **Cultura Organizacional:** a cultura organizacional é a base da organização. São as crenças comuns que se refletem nas tradições e nos hábitos, bem como em manifestações tangíveis tipo histórias, símbolos, ou mesmo edifícios e produtos. (MINTZBERG, H. et al. 2000)

CEFETs que, ‘pela ordem de importância’, seria a cabeça do IFET, ou seja, ocuparia a reitoria da nova instituição, e a EAF a ele se subordinaria”. Cabe ainda mencionar que houve o peso da pressão do MEC, uma vez que as Escolas Agrotécnicas Federais que não se integrassem ao novo modelo, Institutos Federais, permaneceriam como instituições de ensino fundamental e médio e não seriam alçadas à condição de instituição de educação superior, conforme consta no Art.17 da Minuta de Projeto de Lei, Anexo II da Chamada Pública nº002/2007.

Desse modo, segue discurso de um gestor, que na época era diretor da EAF Uberlândia:

Logo no início de 2007, fomos convocados para uma reunião no MEC. Durante a palestra sobre a possível criação dos Institutos Federais, o Diretor de Articulação e Projetos Especiais do MEC, Gleisson Rubin falava com muito entusiasmo sobre a proposta e ocasionalmente citou que já sonhava, por exemplo, com a criação do Instituto Federal de Educação do Triângulo Mineiro.

Após a explanação de Gleisson Rubin, foi franqueada a palavra e fui o primeiro a se manifestar, afirmando de maneira categórica que se fosse implantado esse novo ente e se implicasse na nossa perda de autonomia e a dependência ao então CEFET de Uberaba, a nossa comunidade não iria aceitar. Salientando a rivalidade histórica entre Uberlândia e Uberaba disse-lhe que lutaria com todas as forças e conclui que iria até ao “bispo” para que isso não ocorresse.

Este novo modelo se configurou com a assinatura do Decreto 6095 de 24/04/2007, enquanto ainda aguardávamos a definição do processo de cefetização. Sentimos naquele momento um grande desalento, pois víamos ameaçada a efetivação de algo que várias escolas ansiavam desde 2002, quando ao final daquele ano ocorreu a última cefetização, de uma série ocorrida a partir de 1999.

Durante e posteriormente a reunião do CONEAF, em maio de 2007, após oficialmente tomarmos conhecimento da proposta de criação dos Institutos Federais de Educação, começamos a debater com maior afinco os novos rumos da nossa rede.

As informações que recebíamos, mesmo que fossem inverídicas era de que os atuais Cefetes se transformariam em Institutos e as escolas técnicas e Agrotécnicas seriam transformadas em Uneds, perdendo a autonomia conquistada durante o processo de autarquização que ocorreu através da Lei 8731 de 16/11/1993.

[...]o nosso desejo de que as nossas escolas pretendiam continuar autarquias e transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica.

Ao tomarmos conhecimento do texto da Chamada Pública, definindo a forma de organização multicampi, [...] e que seria assegurada a autonomia administrativa de todos os *Campus*, fomos tomados no mínimo de um sentimento de alívio. Eu comuniquei através de telefone a alguns colegas que não estavam presentes à cerimônia, alguns aspectos da chamada, e eles afirmaram que assim ficava mais fácil aceitar a proposta. (MINUSSI, 2012)

Assim, apesar do ‘medo’ da perda de autonomia, a Escola Agrotécnica de Uberlândia, bem como inúmeras outras EAF’s do país acabaram aderindo à proposta da Chamada Pública nº002/2007.

Procurou-se identificar como foi recebida a resposta da proposta de ifetização e se a implantação ocorreu conforme o proposto. Assim eles discorrem:

Sim, só não foi na velocidade que foi proposta ou que esperávamos na implantação, os Institutos foram todos divulgados, foram efetivados, os reitores e os diretores foram nomeados e empossados pelo presidente Lula na época, e aí vieram alguns problemas que eram as vagas, os cargos, os professores, os administrativos que felizmente com o meu mandato foram contemplados.[...] serviço público tudo é moroso, então após a criação da lei vem a autorização do Ministério do Planejamento, então foram soltando parcialmente esses cargos, as vagas para os servidores, mas nós fomos muito felizes porque nós conseguimos fazer esse desenvolvimento da melhor maneira possível e também muito da parte de investimento que haviam muitas promessas que foram cumpridas nesse período. (ENTREVISTADO 2, 2015)

Ocorreu sim. Ocorreu e tanto é que os indicadores são bastantes claros no que diz respeito à ampliação. Quando em 2009, podemos dizer assim, nós tínhamos 146 escolas, campis, hoje nós temos 586, verificar esse número, mas é, ou 562. Então a ampliação foi extraordinária, em 38 Institutos e 2 CEFET'S. Obviamente existem uma série de fragilidades e obstáculos a serem superados, no que diz respeito à readequação da infraestrutura, até mesmo de laboratórios, de salas de aulas, de infraestrutura mesmo, né, de infraestrutura de apoio, almoxarifado. (ENTREVISTADO 1, 2015)

Os entrevistados foram unânimes em dizer que a implantação ocorreu conforme o proposto, apenas com a ressalva da morosidade do serviço público.

Verificou-se quais os principais desafios/ problemas/ dificuldades identificados no processo de implantação do Instituto Federal do Triângulo Mineiro. Pode-se perceber que as dificuldades enfrentadas na fase de elaboração da proposta perpetuaram ainda na fase de implantação, mas que aos poucos foram superadas, conforme um dos entrevistados apresenta:

[...] primeiro de compreensão por parte dos **membros das comunidades acadêmicas**, das escolas, que deram origem ao IFTM no que diz respeito à missão do IFTM, a sua estrutura organizacional, ao novo modelo de gestão e que aos poucos foram vencendo e superados a cada dia, a cada ano que se passa. (ENTREVISTADO 1, 2015, grifo nosso)

Nota-se que o problema vai além da compreensão da nova cultura organizacional pelos membros que já pertenciam às escolas, CEFET e EAF, mas estende-se aos novos membros

integrantes da nova estrutura, oriundos de Universidade, conforme enfatiza o entrevistado 2, estes desafios estão relacionados à:

[...] Pessoas, a forma de ingresso não ter como mostrar a realidade do que as pessoas vão encontrar dentro do Instituto. O que acontece? Às vezes o professor faz um curso dentro da Universidade, sai da Universidade, pode até ter mestrado, doutorado, e vem para o Instituto imaginando que é uma outra Universidade, e os Institutos Federais não tem essa característica. Nós temos a característica principal que é o ensino integrado com o ensino técnico, nós temos pela Lei que oferecer 50%. E as vezes isso aí é um embate muito grande, que o professor vem com a ideia de fazer pesquisa, de dar aula só para cursos superiores e trabalhar com a extensão e não querem na verdade as vezes administrar, dar aula para esses alunos e também entendendo o contexto que esses alunos tem que ter. (ENTREVISTADO 2, 2015)

E considera também que:

[...] critérios políticos até de formação do organograma, logicamente uma democracia, mas as responsabilidades infelizmente não são iguais, a responsabilidade maior pelo Instituto é do reitor, e as vezes o processo democrático num *Campus* ou numa determinada Unidade que seja contrária a opinião do reitor, pode comprometer não só o trabalho, como questões administrativas. (ENTREVISTADO 2, 2015)

Conforme mencionado acima, além da dificuldade dos novos ingressantes do IFTM compreenderem a diferença entre um Instituto e uma Universidade, observa-se também o desafio de lidar com opiniões contrárias a do gestor maior, ou seja, reitor e isto apesar de fazer parte de um processo democrático pode afetar todo trabalho que está sendo desenvolvido.

No que tange os principais acertos na implantação, os entrevistados destacam: a ampliação da capilaridade da rede, oportunidades de capacitação para os servidores, cumprimento da missão do IFTM, a construção da reitoria, informatização nos sistemas, democratização do planejamento possibilitando a participação de todos, transparência da gestão e tomadas de decisões em conjunto. Assim, um dos entrevistados expõe:

[...] **ampliação da capilaridade da rede.** E no que diz respeito ao próprio IFTM, hoje, nós atendemos a um número significativo de municípios, nossa área de abrangência são 82 municípios, mas só de polos de Educação à **Distância**, estamos em 32 municípios. Então, 32 polos de educação à distância, mais 8 *Campus*, então já vamos pra 40 municípios. E municípios e regiões onde a universidade não chegou, onde a universidade não chega. Então ampliou o atendimento as comunidades,

especialmente as comunidades carentes. [...] Sempre atendendo aos arranjos produtivos locais. Outro ponto que eu tenho como bastante significativo, é das oportunidades que vem sendo oferecidas aos servidores do IFTM [...] **oportunidade de qualificação de nossos servidores** no que diz respeito a mestrado, doutorado, realmente um momento bastante significativo com a criação do IFTM. Servidores recém-ingressados no quadro que tem tido oportunidade de continuar estudando e se qualificando, no Brasil e no exterior. Eu acho que um outro acerto, é que cada vez mais a **comunidade acadêmica vem compreendendo como deve ser atendida a missão do IFTM**, por meio do **ensino, pesquisa e extensão** [...] seria essa união entre o saber e o fazer, e isso é uma tradição da educação, profissional e tecnológica do IFTM, tanto é que essa é a diferença dos profissionais formados por nós [...] (ENTREVISTADO 1, 2015, grifo nosso)

Em consonância com a ideia exposta pelo entrevistado 1, Silva (2015, p.11) diz “Com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT) todas as mesorregiões brasileiras foram atendidas com no mínimo um *campus*, o que mostra o grau de capilaridade da rede.” O Entrevistado 1 ainda ressalta “... municípios e regiões onde a universidade não chegou, onde a universidade não chega. Então ampliou o atendimento as comunidades, especialmente as comunidades carentes”, isto evidencia um grande acerto, pois conforme consta no parágrafo 2º do caput do art.8º da lei 11.892 “nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do Instituto Federal poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino...” ou seja, realmente atender a demanda de ensino qualificado proporcionando desenvolvimento as comunidades locais. Isto já estava previsto na proposta elaborada pela comissão que pleiteava a transformação das escolas CEFET e EAF em Instituto:

Esta nova instituição atenderá a sociedade regional, composta pelas mesorregiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e parte do Noroeste de Minas, numa extensão territorial de 137.103 km², formada por 81 municípios, com atendimento potencial de 334.630 alunos, conforme citado no item 3.3.1. A atuação do IFET-Triângulo permitirá a interiorização de um modelo de educação que, seguramente, promoverá o desenvolvimento econômico regional e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. (MEC, SETEC, 2008, p.43)

De acordo com a opinião do entrevistado 2 sobre os principais acertos na implantação do Instituto Federal do Triângulo Mineiro, ele destaca a construção da reitoria, informatização

nos sistemas, democratização do planejamento possibilitando a participação de todos, transparência da gestão e tomadas de decisões em conjunto. Desse modo ele avalia:

[...] **a construção da reitoria** que é uma coisa muito interessante, eu acho, a estruturação do sistema de processos, e a **informatização nos sistemas** é um diferencial que eu posso informar. A nossa **implantação da democratização do planejamento, da participação de todos** inclusive dos docentes, dos discentes, dos administrativos, tendo ciência disso. Isso também culminando com um processo de total **transparência da gestão**. Isso eu destaco como seriam as melhores coisas que nós fizemos, e algumas **tomadas de decisões em conjunto**, que eu acho que também é uma coisa que eu sempre "tô" falando que é o crescimento do nosso Instituto, a evolução do nosso instituto, é feita pela união do nosso grupo. Acho que isso seriam pontos muito positivos. (ENTREVISTADO 2, 2015, grifo nosso)

Buscou-se investigar como foi realizado o processo de interiorização. Pois conforme já era de conhecimento, no processo da criação do IFTM surgiram os seguintes *Campi*: *Campus Uberaba*, *Campus Uberlândia*, *Campus Paracatu* e *Campus Ituiutaba* e progressivamente foram surgindo novos *Campi* e ocorrendo o processo de interiorização. O primeiro entrevistado quando indagado, diz:

[...] vou te dizer até anteriormente. Quando foram definidas as Unidades Descentralizadas, já era um estudo prévio da SETEC de definir polos de desenvolvimento regional. Então foi feito um estudo criterioso, técnico, e Ituiutaba, Paracatu se constituíram polos de desenvolvimento regional. E essas prefeituras poderiam juntamente com o CEFET pleitear de acordo com a chamada pública n 01, não era isto? Pleitear uma unidade descentralizada, a princípio, depois se transformava em *Campus*. [...] E havia um ranking, juntamente com as prefeituras que assinaram um termo de compromisso ao longo de determinado espaço de tempo. Tanto é que Ituiutaba e Paracatu, dentro dos 150 *campus* que saíram, Ituiutaba ficou em primeiro e Paracatu em segundo do ranking nacional, na participação do edital. [...] dentro do mapeamento que nós fizemos, dos 82 municípios, o interesse municipal, tamanho do município, cidade onde já tínhamos polos e se você perceber o crescimento ele se deu de onde nós praticamente já tínhamos atividades. No caso de Patrocínio, nós já tínhamos um *campus* avançado, resultante da incorporação da escola da comunidade. Uberlândia Centro é a mesma coisa, que nós já tínhamos cursos, já tínhamos atividades. E de regiões onde são cidades polos também. [...] Campina Verde nós já tínhamos curso lá a mais de 8 anos em uma escola agrícola, então que foi doada pro IFTM, toda área, toda infraestrutura, então nós já vínhamos funcionando lá a mais de 8 anos. O polo funcionava dentro da escola agrícola, e aí nós assumimos a escola agrícola que era municipal [...] *Campus Patos de Minas*, devido ao polo existente da mesma forma [...] expansão ela se deu muito do apoio do poder público municipal e de uma demanda realmente identificada pelo Instituto Federal de busca de oportunidade da própria comunidade por cursos. (ENTREVISTADO 1, 2015)

Em conformidade com o exposto, o entrevistado 2 informa:

Uberlândia Centro e Patrocínio eles vieram no momento da criação da lei, que foram unidades criadas no governo do presidente Fernando Henrique com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que eles criaram algumas unidades dentro do país e essas duas eram unidades até aquele momento, por exemplo a de Uberlândia não funcionava, a de Patrocínio estava funcionando com a fundação particular e aí isso encampado com o modelo de *Campus* Avançado, foi um dos desafios do meu mandato, transformar esses *Campus* Avançado em *Campus*. Após isso veio através de solicitação também, da Unidade de Campina Verde que era uma Escola Agrícola Municipal de transformar ela em Federal. [...] temos aqui também o Parque Tecnológico que foi transformado agora em *Campus* Avançado. [...] Agora o caso de Patos de Minas é uma exceção a esse sistema nosso, porque ele veio de uma expansão três da rede federal, ações políticas e também técnicas identificaram a necessidade de um polo dentro da cidade do município de Patos de Minas. (ENTREVISTADO 2, 2015)

Os gestores foram questionados sobre quais os principais avanços do IFTM nestes sete anos. Ambos foram bastante claros e objetivos ao apresentar que:

Eles se referem à **ampliação do número de cursos** ofertados em todos os níveis e modalidades, **ampliação da infraestrutura física, contratação por concurso público de novos servidores** tanto administrativos quanto docentes, **ampliação nas oportunidades de qualificação dos servidores, construção da sede da reitoria, aquisição de laboratórios, equipamentos, veículos**, os ganhos foram significativos em todos segmentos. (ENTREVISTADO 1, 2015, grifo nosso)

São vários, eu acho que se eu for colocar desde **número de alunos, número de servidores, número de *Campus***, das questões técnicas relacionadas aos serviços que já citei antes como a **informatização, a unificação dos trabalhos, a transparência nas ações** e também eu considero a **união da gestão**: dos diretores, do reitor, dos pró reitores, isso é um fator preponderante. [...] **proposta de capacitação** que nós implantamos dentro do IFTM, tem mudado consideravelmente o ambiente de trabalho interno nas nossas unidades. (ENTREVISTADO 2, 2015, grifo nosso)

Vale ressaltar que no próximo capítulo “Instituto Federal do Triângulo Mineiro em números” será tratado estatisticamente a evolução do IFTM desde a criação até 2014.

Os gestores também foram interrogados se: “No seu ponto de vista, faria algo diferente referente ao processo criação/implantação do Instituto Federal do Triângulo Mineiro?”. Ambos afirmam que sim. Um dos gestores entrevistados menciona dois pontos: montado estruturas físicas padrões para construção dos prédios dos *Campi*, e um critério melhor para ingresso dos servidores. Veja as justificativas:

[...] se a “gente” tivesse **montado estruturas padrões de *Campus*, de estrutura física de prédios**, alguma coisa nesse sentido, eu acho que teria facilitado muito pelas questões de projeto na área de edificações. [...] porque isso atrasou muito o nosso planejamento e o desenvolvimento das nossas unidades. Sistema de ingresso dos

servidores dentro do Instituto. Outra questão, deveria ter uma preparação melhor, ou **critério melhor pra ingresso dos servidores**, no Instituto Federal. Nós recebemos um profissional que é o primeiro emprego dele, então ele não tem experiência. A gente precisava de uma pessoa com uma vasta experiência pra desenvolver um trabalho e ele de repente não tem essa qualificação e causa vários problemas pra nós. (ENTREVISTADO 2, 2015, grifo nosso)

Já o outro gestor assinala que deveria ser repensada a maneira de indicação dos gerais.

Assim ele menciona:

Faria, eu acho que a estrutura organizacional ela deve ser, e é uma posição polêmica [...] A questão da definição da gestão dos *campus*, eu creio que deve ser repensado a maneira da indicação dos diretores gerais. Atualmente ela é feita por eleição direta pela comunidade. Deve ser repensado em que sentido? Só vou levantar uma questão verídica, na medida que você tem um diretor geral que se opõem politicamente ao reitor, cria-se um obstáculo, uma dificuldade na gestão desse *campus*, cria-se dificuldade na gestão do reitor, e o prejuízo ele se dá na comunidade. E quem responde em última ordem por todos os atos é o reitor, então trata-se de um cargo de confiança do reitor. Só “tô” colocando a situação, não vou colocar aqui o juízo de valor, mas isso deve ser repensado. (ENTREVISTADO 1, 2015)

Foi averiguado junto aos entrevistados, se a Rede Federal foi consultada para a formalização da política de criação/implantação dos Institutos Federais. Eles apontam:

Há uma fala que diz que tratou-se de uma imposição, tratou-se de algo que veio de cima para baixo, mas na verdade isso não ocorreu porque nós tivemos vários momentos de discussão com o MEC, com a SETEC, com o próprio ministro Fernando Haddad. No caso específico de Minas Gerais, nós fizemos uma série de reuniões dentro da SETEC com secretário executivo do MEC na época, e houve sim discussão, discussão com a comunidade, o que não poderia ocorrer naquele determinado momento era permitir que interesses particulares dentro de determinada escola ou campi fossem superiores a um projeto nacional que hoje é um resultado extraordinário para sociedade. Então, teve um determinado momento que o MEC teria que exercer o mando que lhe compete, mas eu creio que foi um momento de crescimento democrático para as instituições. (ENTREVISTADO 1, 2015)

Foi, “a gente” comentou [...] acho que não só uma consulta mas um convencimento para a adesão das Instituições Federais, de todas as instituições. Apesar de que, é sabido por todos que, duas não aderiram, que foi o CEFET Minas e o CEFET do Rio de Janeiro, que até hoje não foram transformadas em Institutos Federais (ENTREVISTADO 2, 2015)

Nota-se que na percepção dos gestores entrevistados, houve consulta à rede e vários momentos de discussão com o MEC. Entretanto, embora tenha ocorrido uma consulta às instituições, não haveria tanta liberdade para escolha, principalmente se tratando das Escolas

Técnicas, conforme Minussi (2012) afirma, “foi nos colocado de forma incisiva que a única forma de receber mais e novos recursos, aumentar os nossos quadros funcionais e consequentemente oferecer novos cursos seria via transformação em IFET.”

E por fim, foi questionado à eles se gostariam de apresentar alguma observação sobre o assunto. O primeiro entrevistado aproveitou o espaço, para destacar a grande importância dos Institutos Federais:

O que eu gostaria de dizer é que não se tem conhecimento de um projeto tão abrangente, de caráter de atendimento social mesmo, de atendimento econômico, no modelo e desenho dos Institutos Federais, isto nós temos que reconhecer. E pela possibilidade no cotidiano ele poder incorporar uma série de outros projetos que tem esse apelo social, por exemplo como PROEJA, PRONATEC, Mulheres mil, Pró funcionário, então os Institutos Federais eles tem essa capacidade de atender a determinadas demandas, que outras instituições não têm, sem deixar de atender o ensino, pesquisa e extensão e a formação técnico profissional de médio e logo prazo que é seu foco. (Entrevistado 1, 2015)

O segundo entrevistado ressaltou que:

[...] o *Campus* Patos de Minas que eu acho que foi um grande marco do nosso mandato, porque foi da vontade, logicamente tinha a vontade política e a determinação e o apoio do MEC, mas foi uma determinação muito da nossa parte. Nós tivemos algumas resistências tanto interna no Instituto para compra da área lá e nós conseguimos superar e realizar essa compra. Também se formos pensar havia um descaso do município, [...] nós tivemos unidades de extensão lá dentro que foi fechada pela falta de apoio do município, o polo que existia. (ENTREVISTADO 2, 2015)

Os discursos colhidos através das entrevistas enriquecem os dados apresentados na pesquisa documental/bibliográfica, possibilitando a identificação de fatos que permeiam a criação, implantação e expansão do Instituto Federal do Triângulo Mineiro, na perspectiva dos gestores/tomadores de decisão.

4.2 Instituto Federal do Triângulo Mineiro em números

Nesta seção buscou-se apresentar a evolução do IFTM em números, por meio de relatórios divulgados pela reitoria do Instituto Federal do Triângulo Mineiro, no período de 2008 a 2014, no âmbito do ensino, pesquisa, extensão, orçamentário e pessoal.

Conforme mostra a Figura 4, a evolução do número total de matrículas nos cursos técnicos de nível médio e superior como graduação, *Lato sensu* e *Stricto sensu*, foi de 10.715 novas matrículas comparando de 2013 com 2009.



Figura 4 – Total de matrículas nos cursos Técnicos de nível médio e superiores (2009-2013)

Fonte: Dados da reitoria (2014)

Nota-se também um aumento significativo do número de cursos ofertados pelo IFTM (cursos técnicos de nível médio e superiores) em 41,66% de 2011 para 2013, conforme pode ser observado na Figura 5.

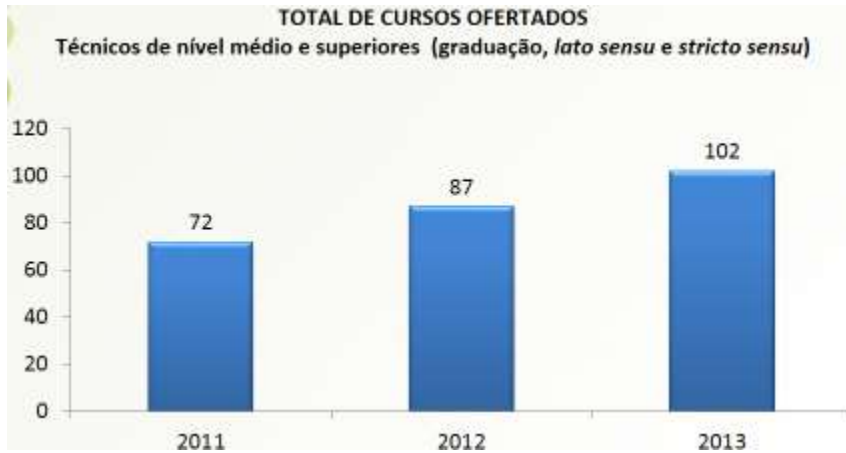


Figura 5 – Total de cursos ofertados – Técnicos de nível médio e superiores de 2011 a 2013
Fonte: Dados da reitoria (2014)

Como pode ser observado na Figura 6, a evolução das matrículas nos cursos presenciais e a distância no período de 2011 a 2013, apresenta um crescimento expressivo em praticamente todos os níveis, destacando os cursos técnicos que em 2011 tinham 6.190 matriculados e em 2013 saltando para 9.186 matriculados. Isto evidencia o IFTM cumprindo seu papel conforme os objetivos que constam na Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para ministrar educação profissional técnica de nível médio.



Figura 6 – Evolução das matrículas nos cursos presenciais e a distância de 2011 a 2013
Fonte: Dados da reitoria (2014)

Na Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o Art. 8º versa “No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o IFET, em cada exercício, deverá garantir {...} o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do citado art. 7º”, que trata de ministrar “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática e para a educação profissional”.

Na Figura 7, é exibido o número de bolsas para estudantes dos cursos de licenciatura pelo PIBID, sendo que de 2011 a 2013 eram 112 projetos saltando para 260 projetos de 2014 que vão até 2016, representando um aumento de 132,14%.



Figura 7 – Nº de bolsas para estudantes dos cursos de licenciatura - PIBID
Fonte: Dados da reitoria (2014)

Na Figura 8 pode ser notada a evolução do número de projetos de pesquisa e inovação no IFTM, de 2010 para 2014, sendo que de 2013 para 2014 saltou de 173 para 229 projetos, um aumento de 32, 36%. De acordo com Art.7º inciso III, da lei supracitada, é objetivo dos IF's “realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade”.



Figura 8 – Evolução do número de projetos de pesquisa e inovação no IFTM de 2010 a 2014
Fonte: Dados da reitoria (2014)

No que tange a questão dos programas e projetos de extensão, o supracitado art. 7º, dentre os objetivos dos IF's no inciso IV cita “desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos”. Assim, observando dados do IFTM sobre os programas e projetos de extensão, nota-se aumento bastante expressivo de um quantitativo de 1.321 em 2010 para 15.434 em 2013, representando 1.068,35% de ampliação, conforme constata a Figura 9.



Figura 09– Programas e projetos de extensão de 2010 a 2013
Fonte: Dados da reitoria (2014)

Por fim, na Figura 10, é apresentado o gráfico de escolaridade dos servidores do IFTM. Nota-se que a grande maioria dos servidores da instituição possuem o grau de aperfeiçoamento/especialização (2011- 33,54 %, 2012 – 28,9%, 2013 – 34,18). Entretanto observa-se que uma pequena parcela, 16 servidores do IFTM, possuem apenas primeiro grau incompleto e não houve alteração de 2011 para 2013.

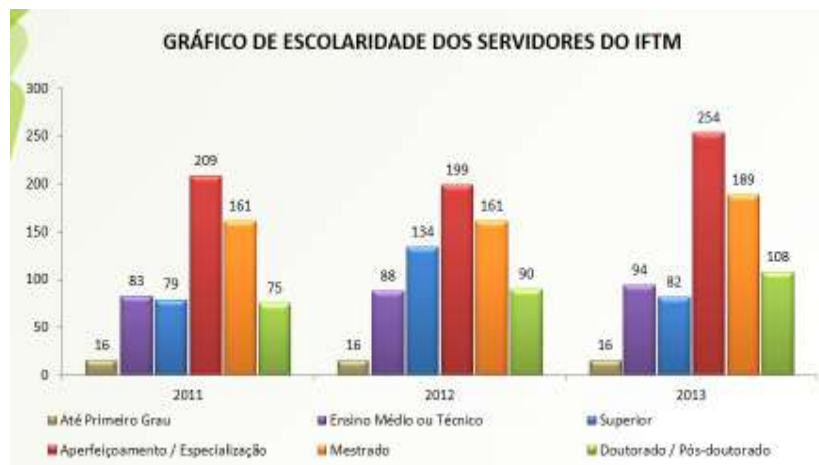


Figura 10 - Gráfico de escolaridade dos servidores do IFTM
Fonte: Dados da reitoria (2014)

Como se pode depreender da exposição dos dados apresentados nesta seção, o Instituto Federal do Triângulo Mineiro vem cumprindo seu papel nesse processo de consolidação dos Institutos Federais. Nota-se que passou por um grande avanço nestes sete anos, desde sua criação.

Como resultado disso, o IFTM está entre as melhores instituições do país. Em 2015, o Ministério da Educação (MEC) publicou os resultados do ciclo de avaliação de 2014 das instituições de ensino superior (entre universidades, faculdades, e centros universitários e institutos federais) e de cursos nas áreas de exatas, humanas e biológicas. No quadro 4, de acordo com avaliação do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), o IFTM ficou classificado em 2º lugar entre os Institutos Federais, ou seja, ficando atrás apenas do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul. No ranking nacional, ocupou o 51º

lugar entre as melhores Universidades e Institutos do país, de um total de 230 instituições avaliadas, e 89 classificadas, de acordo com IGC⁵.

Quadro 4: Classificação das Melhores Universidades-IFET's de acordo com IGC

Classif.Geral	Classif.IF	Ano	Nome da Instituição	Estado	Nr de cursos avaliados no triênio	IGC (contínuo)	IGC (faixa)
1 ^a	-	2014	Universidade Estadual de Campinas	SP	43	4,380	5
4 ^a	-	2014	Universidade Federal de Minas Gerais	MG	57	4,190	5
8 ^a	-	2014	Universidade Federal de Viçosa	MG	58	4,101	5
10 ^a	-	2014	Universidade Federal de Lavras	MG	21	4,058	5
11 ^a	-	2014	Universidade de Brasília	MG	52	4,015	5
30 ^a	-	2014	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	MG	21	3,523	4
48 ^a	1 ^o	2014	Instituto Federal do Mato Grosso do Sul	MS	3	3,293	4

(Continua)

⁵ O IGC é um indicador de qualidade que avalia as instituições de educação superior.

Ele é calculado anualmente, considerando:

I - a média dos últimos CPCs disponíveis dos cursos avaliados da instituição no ano do cálculo e nos dois anteriores, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados;

II - a média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu atribuídos pela CAPES na última avaliação trienal disponível, convertida para escala compatível e ponderada pelo número de matrículas em cada um dos programas de pós-graduação correspondentes;

III - a distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação stricto sensu, excluindo as informações do item II para as instituições que não oferecerem pós-graduação stricto sensu. (INEP, 2014)

51 ^a	2º	2014	Instituto Federal do Triângulo Mineiro	MG	11	3,270	4
89 ^a	-	2014	Universidade Veiga de Almeida	RJ	43	2,954	4

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do INEP/2014

Ser considerado o segundo melhor Instituto Federal do país, avaliando um universo de 38 Institutos, é uma grande conquista para o IFTM. Esta conquista coloca o Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste de Minas em total destaque no cenário nacional em relação à oferta de Educação Profissional e Tecnológica de excelência e qualidade.

4.3 Histórico da criação do *Campus* Patos de Minas

Nesta seção buscou-se apresentar a criação e implantação do *Campus* Patos de Minas por meio de pesquisa bibliográfica, documental e principalmente pela ótica dos gestores do Campus e da reitoria e desse modo apresentar o histórico da implantação do Campus Patos de Minas, identificando as dificuldades, os avanços e a percepção sobre a importância do Instituto Federal para a sociedade.

4.3.1 A Região de Patos de Minas e a criação do novo *Campus* do IFTM

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM atua em toda a Mesorregião do Triângulo Mineiro-Alto Paranaíba e parte da Mesorregião Noroeste de Minas. Um de seus nove *campi*, está situado na cidade de Patos de Minas, elevada

de vila à cidade pela Lei nº 23 de 24 de maio de 1982, pertencente à macrorregião do Alto Paranaíba, e considerada como polo regional.

A população do município de Patos de Minas possui 148.762 habitantes (IBGE, 2015). Sendo que 71,36 % do total da população, em 2010, pertencente a estrutura etária de 15 a 64 anos e tratando da vulnerabilidade social, em 2010, 5,72 % de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis na população desta faixa. (ATLAS BRASIL, 2013)

Segundo Atlas Brasil (2010), no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano, de Minas Gerais, Patos de Minas ocupa uma posição privilegiada, atingindo a faixa alta deste índice e classificando em 2010 na 20ª posição em relação às demais cidades mineiras, sendo seu IDHM 0.765, IDHM renda (0.749), IDHM Longevidade (0.855) e IDHM Educação (0.698).

Vale ressaltar também que Patos de Minas é sede da 28ª Superintendência Regional de Ensino que abrange 14 municípios da região. Segundo o Censo 2010 do IBGE, a cidade têm 28.121 alunos matriculados nos três níveis da Educação Básica e conta com 132 estabelecimentos de ensino, entre públicos e privados, nos três níveis da Educação Básica. (BRASIL, MEC, 2014)

De acordo com a fonte supracitada, o Produto Interno Bruto (PIB) de Patos de Minas está entre os 25 maiores de Minas Gerais, de um total de 853 municípios, crescendo entre 2001 e 2010, em média 10,9%. Apresenta forte atividade agrícola e pecuária com agroindústrias de reconhecimento nacional e destacando-se na produção de milho, arroz, soja, feijão, café, maracujá, tomate e horticultura. O município e região possuem sistemas de irrigação de lavouras. A bovinocultura possui importância econômica e social para o município.

A cidade também apresenta destaque estadual como o 3º município com maior desenvolvimento socioeconômico, 0.8590 pontos, classificado pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM 2013) como alto desenvolvimento (FIRJAN, 2013). O

sucesso econômico e social do município de Patos de Minas é atribuído a vários fatores, dentre eles a localização estratégica que liga a cidade aos grandes centros comerciais como São Paulo (distância: 719 km), Uberlândia (distância: 223 km), Uberaba (distância: 246 km) e Belo Horizonte (distância: 400 km), facilitando o intercâmbio comercial, o desenvolvimento ordenado e a qualidade de vida da população. (GOOGLE MAPS, 2016)

Em 1º de dezembro de 2011, no saguão da Cidade Administrativa foi realizada uma Audiência Pública para apresentar a proposta de instalação do *Campus* IFTM Patos de Minas. O encontro contou com a participação de autoridades do município, lideranças, educadores e estudantes.

Após a audiência pública realizada, a ACIPATOS (Associação Comercial e Industrial de Patos de Minas), apresentou sugestões de cursos para o *Campus* IFTM Patos de Minas, levantados por meio de pesquisa realizada pela própria instituição junto aos seus associados, conforme o ofício 27/2011 de 16 de dezembro de 2011 que trata da pesquisa de “Sugestões de cursos IFTM – *Campus* Patos de Minas”.

Segundo Pacheco, em “Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica”:

Atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania constitui uma das finalidades dos Institutos Federais. Para tanto, é necessário um diálogo vivo e próximo dessas instituições com a realidade local e regional, buscando a compreensão de seus aspectos essenciais, ou seja, do que existe de universal nessa realidade. Deve-se considerar que local e universal não existem como antítese, não expressam necessariamente oposição de ideias, um não existe em detrimento do outro, mas por vezes se justapõem, permeiam-se, complementam-se e separam-se. (Pacheco, 2011, p.19)

Nesta perspectiva, buscando aproximar a instituição de ensino dos setores produtivos, foram realizadas diversas conversas com representantes das sociedades civis, e estabelecido acordo de cooperação. (NTV, 2013)

Ampliando essa discussão, com finalidade de disponibilizar no *Campus* Patos de Minas cursos que realmente atendam a necessidade local, foi aplicado um questionário com finalidade de definir entre os cursos Técnico em Logística ou Técnico em Produção, apresentados conforme demanda pelos associados. Assim, após tabulação da pesquisa com associados, foi apresentado empate no resultado, sendo 16 votos para Técnico em Produção e 16 votos para o curso Técnico em Logística, conforme mostra Figura 11.

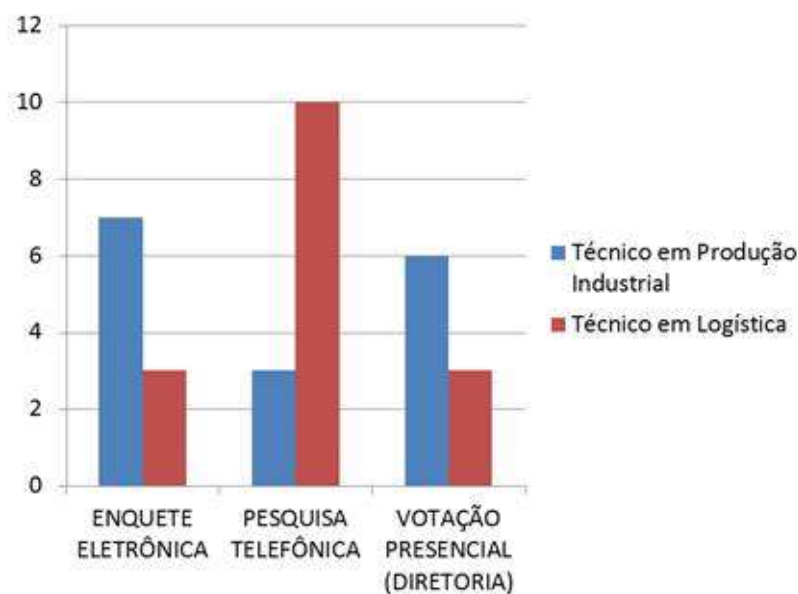


Figura 11 – Pesquisa realizada pela Acipatos no período de maio a junho de 2013.
Fonte: Dados da pesquisa Acipatos com associados - 2013

Entretanto, ficou definido o curso Técnico em Logística por estar dentre os cursos mencionados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos apresentados pelo MEC.

Assim, o IFTM - *Campus* Patos de Minas, propôs o Curso Técnico em Logística em uma região ávida por profissionais com sólida formação técnica e humana, proporcionando uma formação profissional considerando a realidade concreta no contexto dos arranjos produtivos locais e das vocações sociais, culturais e econômicas regionais, tendo como dimensões indissociáveis o trabalho, a ciência, a cultura, a tecnologia, o ensino a pesquisa e a extensão.

O perfil do egresso do técnico em Logística a ser formado pelo IFTM *Campus* Patos de Minas, consiste em um profissional apto a desenvolver de forma inovadora, atividades relacionadas aos diferentes campos de atuação no segmento da logística industrial, dos serviços logísticos e na cadeia de suprimentos dos produtos aos seus mercados, bem como capacidade de adequação e adaptação do exercício profissional no seu contexto de atuação.

Em face do exposto, a implantação do Curso Técnico em Logística, representa um importante instrumento para o contexto da realidade socioeconômica da região e do país. Diante disso, constata-se que existe uma demanda por profissionais qualificados, capazes de atuar de forma eficaz nos setores da agroindústria, agropecuária, indústria, comércio e serviços, aplicando tecnologias economicamente viáveis nas ações de planejamento, operação, implantação e gerenciamento de logística.

Outro curso oferecido pelo IFTM *Campus* Patos de Minas, apresentado pelo estudo feito pela ACIPATOS, foi o curso técnico em Eletrotécnica. Na reportagem intitulada “IFTM em Patos de Minas iniciará atividades com curso Técnico em Eletrotécnica”, o presidente da Acipatos (Associação Comercial e Industrial de Patos de Minas), acredita que a vinda do IFTM para Patos de Minas irá trazer inúmeros benefícios para toda a região, por ser uma importante alternativa de capacitação e formação profissional. Já o presidente do Sindimetal (Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Patos de Minas), observou que existem demandas em toda a região e o IFTM, com o curso Técnico em Eletrotécnica vem suprir esta carência. Vale ainda destacar nesta matéria o seguinte trecho: “A Acipatos e o Sindimetal apresentam-se como parceiros do IFTM, auxiliando na identificação das necessidades por qualificação no Alto Paranaíba e Noroeste Mineiro.”

A matriz curricular foi confeccionada após reuniões realizadas na Acipatos onde foram ouvidos diversos empresários do setor. Estes empresários criaram grupos de trabalhos em suas empresas que sugeriram disciplinas e ementas que adequam à realidade do mercado e aos

anseios da sociedade. Desta forma, o perfil do técnico em Eletrotécnica do *Campus* Patos de Minas aproxima-se muito ao exigido pelo mercado local.

O perfil do egresso do curso Técnico em Eletrotécnica é um profissional que planeja e executa a instalação e manutenção de equipamentos e instalações elétricas industriais, observando normas técnicas e de segurança. Projeta e instala sistemas de acionamento e controle. Propõe o uso eficiente da energia elétrica. Elaborar, desenvolve e executa projetos de instalações elétricas em edificações [de baixa (BT), média (MT) e alta (AT) tensões].

Em 23 de abril de 2013, foi expedida pelo Ministério da Educação, MEC, a Portaria número 330, que dispõe sobre a autorização de funcionamento do IFTM *Campus* Patos de Minas. Desta forma, foi criado mais um *Campus* do Instituto Federal do Triângulo Mineiro, presente na região do Alto Paranaíba, conforme a Portaria nº 331 de 23 de abril de 2013, expedida pelo MEC, que dispõe sobre os *campi* que integram a estrutura organizacional dos Institutos Federais, assim integrando um total de sete *campi* do IFTM naquele período. Hoje já somam mais duas novas unidades, totalizando nove *campi*, além da reitoria.

4.3.2 Principais escolhas e dificuldades enfrentadas na implantação do IFTM - *Campus* Patos de Minas

Em busca de identificar as motivações, desafios e avanços no processo de implantação do *Campus* Patos de Minas, primeiramente procurou-se averiguar o porquê da escolha da cidade de Patos de Minas para possuir mais um *Campus* do Instituto Federal do Triângulo Mineiro e também quais os principais elementos para escolha. De acordo com Entrevistado 3, o motivo da escolha da cidade ocorreu sobretudo, por “um trabalho técnico aliado a um trabalho político, foram praticamente dois projetos, “né”, que andaram juntos.” E quanto aos elementos ele cita

“os arranjos produtivos locais, a abrangência geográfica do município de Patos de Minas, e se deu assim como fatores principais para escolha do município como sede.”

No mesmo sentido, os entrevistados E4 e E5, consideram que:

É uma história antiga, a cidade de Patos de Minas ela é uma **cidade polo** na região, e tentou-se várias vezes a vinda do IFTM como um *Campus* aqui pra Patos. Houve uma **vontade não só da área política, mas também de toda sociedade civil organizada**, a qual fizeram gestão pra que pudesse vir esse *campus* pra cá, ato que foi consumado em 2013, 2012 melhor dizendo. É interessante observar que houve uma audiência pública, tão logo a compra do *Campus* se foi ventilada no segundo semestre de 2013, e a partir dessa audiência pública a Associação Comercial e Industrial de Patos de Minas (ACIPATOS) juntamente com outras entidades de classe fizeram uma **pesquisa junto à sociedade civil organizada**, pesquisa essa que indicaram esses cursos como sendo os cursos a serem abertos. (ENTREVISTADO 4, 2015, grifo nosso)

[...] esse processo de escolha eu não tive oportunidade de participar efetivamente [...] eu não participei desse processo de escolha, mas diante desse tempo que já estou nessa função, [...] eu pude perceber que a escolha de Patos de Minas se deu pelo simples fato de ela ser uma **cidade polo**, [...], por ser uma cidade polo agente percebeu que havia algumas cidades de menor porte né em seu entorno e que poderiam se beneficiar com a criação desse *Campus* em Patos de Minas.[...]. Lógico se fez uma **pesquisa de campo analisando as demandas** da cidade e da região. (ENTREVISTADO 5, 201, grifo nosso)

Nota-se que tanto E4 quanto E5 citam a cidade de Patos de Minas como cidade polo na região, ressaltando o motivo para possuir um *campus* e também mencionam que foi realizada uma pesquisa realizada junto à sociedade civil organizada analisando as demandas da cidade e da região.

O entrevistado 1 também menciona o fato de Patos de Minas ser uma cidade polo e afirma que:

Patos de Minas é um caso atípico, porque nós já tínhamos um polo funcionando com cursos de extensão, curso técnico de informática, antes de Patrocínio, bem antes. E “a gente” sabe que é uma região onde o agronegócio é forte, a mineração e uma cidade também polo e há uma discussão da proximidade entre Patrocínio e Patos de Minas que poderia [...] eu acho que poderia haver uma única escola em Patrocínio que atenderia toda região ou uma única escola em Patos que atenderia toda região, mas não é bem assim, porque a demanda existe é tanto é que Patrocínio está em franco crescimento. [...] Então, esse compromisso com as duas comunidades [...] ele foi espontâneo, um entrelaçamento entre as demandas da comunidade de Patos, as demandas de Patrocínio e quando surgiu a oportunidade de realmente se ter um *campus* em Patos de Minas, esses entendimentos eles já datavam mais de cinco, seis, oito anos com o Ministério da Educação. Então essa pauta, essa solicitação, ela mudou de ministro pra ministro, estava com o ministro Fernando Haddad, que passou pro próximo ministro. Secretário da SETEC que passou pro próximo secretário, então era

uma pauta prioritária e surgiu a oportunidade da aquisição de 21 hectares e de uma escola pronta pra iniciar as atividades. [...] (ENTREVISTADO 1, 2015)

E ainda complementa que a cidade de Patos de Minas tinha critérios que atendiam como:

[...] a área, um interesse público, a demanda social por cursos, dentro do plano de expansão do Ministério da Educação, da criação de novos *campus*. Ele não foi nem uma ação de política isolada e nem um, vamos dizer assim, uma determinação é do governo central que faça Patos de Minas, ele vem dentro de um conjunto de criação de mais 29 *campus*. [...] (ENTREVISTADO 1, 2015)

Vale ressaltar que discorrendo sobre essa temática, tanto E1 quanto E2 mencionam a realização de um estudo técnico da SETEC /MEC referente à expansão dos Institutos Federais. O E1 informa que foi elencado uma série de indicadores “nível populacional, IDH, atividade econômica, vulnerabilidade social e aí se elencou uma série de cidades que deveriam receber esses novos *campus*”. O E2 confirma “existe um estudo técnico da SETEC com alguns critérios, eu não sei todos, vão de números de habitantes, de alunos potencial, têm alguns critérios assim técnicos e têm também critérios assim políticos”. E direcionando para esta questão política E1 comenta:

[...] “a gente” sabe que houve um envolvimento do PT e PMDB em Minas Gerais, de deputados e que proporcionaram a ida do *Campus* para Patos de Minas. [...] teve uma negativa muito grande do poder público municipal [...] a prefeitura naquela época, formalizou uma carta que não tinha recurso financeiro pra adquirir terreno e nenhum terreno pra doar pro Instituto Federal. Mas diante da necessidade, o apoio do Ministério da Educação foi viável a compra de uma área edificada que é onde hoje está instalado o *Campus* Patos de Minas. (ENTREVISTADO 2, 2015)

Conforme foi mencionado pelo entrevistado supracitado, foi realizada uma compra do local onde foi instalado o *Campus* Patos de Minas, assim o E1 assegura “o negócio foi excelente, porque nós compramos um imóvel por um valor me parece que 6 milhões e pouco, que já valia mais de 8, 9 [...] então o erário público ganhou muito com isso”.

Conforme já foi mencionado anteriormente, na fala do entrevistado 1, antes da implantação do *Campus* Patos de Minas, existiu na cidade um polo de cursos de extensão na

área de informática, uma parceria do CEFET com a Prefeitura Municipal de Patos de Minas. De acordo com o projeto de lei nº 2751/2008, que referenda o convênio firmado entre o município de Patos de Minas e o CEFET- Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba-MG, consta:

A CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS APROVA:

Art. 1º A Câmara Municipal de Patos de Minas referenda o convênio de cooperação mútua nº 026/2008, firmado entre o município de Patos de Minas e o CEFET- Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba-MG -, visando à implantação de cursos profissionalizantes nos níveis básico, médio, especializações técnicas, tecnológicos de nível superior e licenciaturas de nível superior e pós-graduação (*lato e strictu sensu*), definidos por meio de pesquisa de demandas.

Parágrafo único. O prazo de vigência será de 5 (cinco) anos, a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

Art. 2º Para acobertar as despesas decorrentes desta Lei, o Município utilizará como fonte de recursos a dotação específica constante do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 4 de abril de 2008. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS, 2008)

Cabe ainda mencionar que as competências de cada uma das partes envolvidas no convênio de cooperação, apontam:

Compete ao Município oferecer, dentre outros: espaço físico adequado para a realização das ações, equipamentos e insumos, suporte técnico de pessoal, ferramental e peças de reposição, salários e proventos aos professores e auxiliares de acordo com as necessidades e proporcionar condições de deslocamento, alimentação e hospedagem para a capacitação do pessoal, docente e técnico-administrativo, quando fora da sede, bem como dos coordenadores do CEFET nas ações regulares necessárias de treinamento, coordenação e supervisão.

Em contrapartida, compete ao CEFET: coordenar, supervisionar e acompanhar o desenvolvimento das ações propostas, em todas as suas fases, promover, em consonância com a comunidade envolvida, ações permanentes objetivando a adequação curricular e a qualidade do ensino oferecido, dar treinamento aos docentes que irão atuar em qualquer das ações propostas ou em parte destas, para uma perfeita adequação à pedagogia e à metodologia utilizadas por esse Centro, efetuar os procedimentos de seleção e matrícula de alunos, observando a legislação vigente e certificar e/ou diplomar os alunos que tenham cumprido o currículo proposto. Portanto, não há dúvida de que o convênio implementará a reivindicação da população de Patos de Minas e região no tocante ao direito de acesso à educação de qualidade (art. 6º c/c 205, da CR/88), de sorte que a proposição atende ao interesse público. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS, 2008)

Diante do exposto, a pesquisa concentrou esforços em verificar qual a relação do Polo Patos de Minas com a criação de um *Campus* do IFTM em Patos de Minas, quais cursos existiam e quais desafios enfrentados na época. Segundo o Entrevistado 3:

A relação foi total, porque assim quando iniciou-se a expansão, o IFTM tinha uma política de criação de pólos presencias, a qual eu como assessor tomava conta de todos esses pólos, que na época eram 9 pólos. E alguns desses pólos vieram se tornar *campus*, como é o caso de Patrocínio, Patos de Minas, Campina Verde, e ainda outros que estão pleiteando essa expansão pra esses municípios. Bom, então esse trabalho em Patos se deu desde 2006, né, quando acontecia aqui essa colaboração entre prefeitura e IFTM, celebrando ai um convênio desse polo e o curso que foi implantado na época como polo, era o curso técnico em Informática. [...] Prefeitura e CEFET, porque em 2006 ainda éramos CEFET. [...] desafios eram muitos né, por se tratar de um convênio com a prefeitura municipal, nós tivemos muitas dificuldades para que o convênio fosse celebrado na íntegra. [...] o CEFET entrava com todo *know how* dos cursos ofertados e toda assessoria pedagógica e a prefeitura entrava com a infraestrutura física e de pessoal. Então os professores eram contratados pela prefeitura, e toda infraestrutura física do curso era mantida pela prefeitura. Então a gente teve assim algumas dificuldades a manter essa infraestrutura. (ENTREVISTADO 3, 2015)

Em consonância com o exposto, o entrevistado 2 também afirma quanto as competências: “o polo tinha o apoio didático pedagógico do instituto e a estrutura física e de professores do município”. Entretanto, ressalta que este deixava a desejar, com relação à “questões de equipamentos a prefeitura falava que a responsabilidade era nossa e não era, era do município, os professores não faziam contento, então isso prejudicou bastante.” E ainda complementa que também na questão de divulgação:

[...] eu era da COPESE na época e nós tivemos que ir lá na cidade levar o material para o pessoal fazer a divulgação e por incrível que pareça nós chegamos na Secretaria de Educação, a secretária nem sabia de nada, então nós mostramos, até ela se interessou pra fazer o curso de Técnico em Informática (ENTREVISTADO 2, 2015)

No tocante a essa questão, com previsão de início das aulas no segundo semestre de 2008, as provas do primeiro vestibular do CEFET Uberaba em Patos de Minas ocorreram em 6 de julho de 2008, na escola Municipal Jaques Corrêa da Costa, mesmo local adaptado para abrigar a sede do CEFET. (PATOS HOJE, 2008). Entretanto, o entrevistado 3 informa que o

polo foi encerrado após pouco mais de um ano em funcionamento, devido as dificuldades já mencionadas.

Acredita-se que essas considerações retratam a situação da problemática das parcerias na gestão pública, segundo Arretche:

O deslocamento de iniciativas de políticas sociais para esferas subnacionais de governo não é um processo isento de problemas. A descentralização, em primeiro lugar, não ocorre de forma homogênea em todo o país, sendo bastante diversificada a capacitação municipal para enfrentar os novos desafios. (ARRETICHE, 1998 *apud* FARAH, 2001, p.131)

Farah, considera que:

A articulação entre governos municipais e entre diferentes esferas de governo assinala a possibilidade de estabelecimento de um novo tipo de vínculo intergovernamental, distinto do que vinha caracterizando as políticas sociais no país — marcado ora pelo clientelismo, ora pelo predomínio da atribuição aos municípios da função de meros executores, sem voz, de políticas federais. Neste novo vínculo — de parceria — há uma co-responsabilização pela política e seus resultados, ainda que a cada um dos participantes possam caber papéis diferenciados ao longo do processo de implementação das políticas. (FARAH, 2001, p.136)

Em conformidade com Farah, Abrucio adverte que:

Só que os resultados da municipalização das políticas foram bastante díspares, pois resultados negativos também foram produzidos. Entre estes, destacam-se a dependência financeira ou a escassez de recursos para dar conta das demandas dos cidadãos; baixa capacidade administrativa, o que implica dificuldade para formular e implementar os programas governamentais, mesmo quando há dinheiro federal ou estadual envolvido; e os males que atrapalham a democratização dos municípios, como o clientelismo, a “prefeiturização” (isto é, o excesso de poder nas mãos do prefeito), o pouco interesse em participar politicamente e/ou de controlar os governantes. (ABRUCIO, 2010, p.46)

Como se pode depreender da exposição do polo que existiu em Patos de Minas em parceria do CEFET e Prefeitura, é possível direcionar a discussão para o processo de expansão e interiorização do IFTM e especificamente o caso da criação do *Campus* Patos de Minas. Assim, procurou-se averiguar se foi realizada uma proposta /documento sistematizado para criação deste *campus* (como exemplo a “Proposta de Ifetização” apresentado em resposta à

Chamada Pública 002/2007), caso sim, se foi formada uma comissão, quais os membros e os desafios enfrentados. O entrevistado 1 diz:

[...] havia sim um documento, que foi elaborado não pelo IFTM, mas pela prefeitura e com alguns vereadores do município que encaminharam e foram até o Ministério da Educação pleiteando uma possível vinda do IFTM pra Patos de Minas e eles foram contemplados com esse pedido e foi então nos passado que Patos de Minas seria um *Campus* e ai a gente tomou frente da parte de implantação. (ENTREVISTADO 1, 2015)

Discorrendo sobre essa temática, pontua-se os principais acertos e desafios na concepção e elaboração da proposta de criação do *Campus* Patos de Minas. O entrevistado 3 diz:

Eu acredito assim, os desafios foram muitos até por uma questão assim muitos municípios estavam na mesma situação de Patos, pleiteando a implantação de um *Campus* e eu acredito assim, que Patos foi escolhido primeiramente pela insistência desse grupo político, “né” e eu acredito que isso foi essencial e pela competência também e pelo que já foi citado, a região é muito propícia para criação de um *Campus* por ter muita demanda. (ENTREVISTADO 3, 2015)

Diante de tais colocações, cabe ainda mencionar o que era exigido de contrapartida do município. O entrevistado 3 informa:

[...] oferecer uma área que poderia ser um terreno, poderia ser uma edificação já pronta “né”, pra que o *Campus* pudesse ser implantado. [...] E eu acho que na época nessa solicitação eles deveriam ter ofertado algo sim pra vinda do *Campus*, mas o que não aconteceu posteriormente. Ai o motivo eu já não sei porque “né”, tanto é que nós tivemos que comprar aqui o prédio, área, aqui é uma área muito boa, mas foi o Ministério da Educação que repassou o dinheiro pra compra. (ENTREVISTADO 3, 2015)

Tendo em vista o fato de que o documento/proposta, pleiteando um *Campus* do IFTM para Patos de Minas, não foi elaborado pelo IFTM e sim pela prefeitura e vereadores, é válido destacar os esforços de representantes municipais envolvidos neste pleito. Entretanto, cabe mencionar a impossibilidade de apresentar detalhes do documento/proposta, em detrimento da dificuldade de acesso a este.

Em face do exposto, é necessário considerar que após a contemplação do pedido da criação de um *Campus* do IFTM, em Patos de Minas, iniciaram as providências para implantação. Diante das informações fornecidas pelos entrevistados e de documentos, foi possível interpretar que inicialmente a implantação do *Campus* do IFTM, em Patos de Minas, foi organizada conforme mostra Quadro 5.

Quadro 5: Etapas da criação/implantação do *Campus* Patos de Minas

1ª Etapa	2ª Etapa	3ª Etapa
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação para a cidade da implantação de um <i>Campus</i> do IFTM (1º de dezembro de 2011) 	<ul style="list-style-type: none"> • Negociação do local de funcionamento do <i>Campus</i> (processo de aquisição e estruturação) 	<ul style="list-style-type: none"> • Definição das opções de cursos e definição da grade curricular

Fonte: Dados da pesquisa 2015

Em paralelo as etapas acima mencionadas, ocorreu a seleção dos servidores. Desse modo, buscou-se identificar como foi feita a seleção dos servidores para compor o *Campus* Patos de Minas e quais critérios utilizados. O entrevistado 3 informa “na época nós ainda não tínhamos regulamentado um edital de remoção de servidores. Então os pedidos eram feitos pessoalmente pro reitor [...]”, e explica como ocorreu:

[...] os servidores faziam um pedido e era analisado o pedido de acordo com a necessidade também da instituição. No caso de Patos foi atendido aqueles servidores que já eram “filhos de Patos de Minas” e que tinham principalmente uma relação com o cursos que seriam implantados, isso no caso de docentes. Então esses assim foram os critérios adotados na época e posteriormente a isso, o edital de remoção. Então todos os servidores que inicialmente vieram, vieram nessas condições. Os demais servidores já foram através de concurso público. (ENTREVISTADO 3, 2015)

Da mesma forma que o entrevistado 3 apresenta, o entrevistado 4 também pondera que:

Em primeiro momento houve uma realocação daqueles servidores que eram de Patos de Minas, mas estavam em outros *Campus* como foi o meu caso, e foi aberto um processo, normalmente como é feito, de redistribuição. Uma segunda etapa foi a abertura de concursos, pro ingresso da carreira do serviço público federal. (ENTREVISTADO 4, 2015)

O entrevistado 5, no mesmo sentido, apresenta “[...] os servidores apresentaram formalmente o seu interesse em vir para Patos de Minas.” Entretanto ele pondera:

[...] “ai” lógico que a instituição fez um levantamento dos principais setores que necessitariam naquele primeiro momento, quais os setores seriam mais importantes pra aquele momento de implantação inicial [...] depois que se levantou a demanda por parte dos setores e coordenações ai verificou-se aqueles servidores que formalmente fizeram seus pedidos junto a reitoria, avaliando currículo, o próprio cargo daqueles servidores, a gente foi montando a equipe a partir dessa demanda, desses pedidos desses servidores dos *campus*, e vendo que perfil deles encaixariam e seus cargos encaixariam dentro daquela necessidade dos setores para implantação foi se dando ali o ajuste e concedeu a remoção desses servidores para o *Campus* Patos de Minas. Mais tarde o MEC foi disponibilizando os códigos de vagas para o *Campus* Patos de Minas e ai aos poucos a gente foi ajustando com relação a remoção, algumas redistribuições e até mesmo as vagas disponibilizadas nos concursos. (ENTREVISTADO 5, 2015)

Já em relação à escolha dos cursos, identificou-se que ocorreu por meio de “audiências públicas realizadas no município e também com algumas consultas aos setores patronais como a Associação Comercial de Patos de Minas, alguns sindicatos como Sindcomércio e Sindimetal e algumas escolas públicas do município”, conforme explica o entrevistado 3. Ele ainda ressalta que “principalmente algumas escolas estaduais que já ofertavam o ensino médio, que seria o público mais próximo dos cursos que a gente estaria ofertando.” O entrevistado 3 ainda destaca que:

[...] nesta época devido a essas pesquisas e essas audiências públicas, os cursos foram ranqueados em número de prioridade e foi escolhido então o curso de Eletrotécnica, Mineração e Logística, como os três que eram, que faziam parte do projeto de expansão que era a implantação inicial de três cursos técnicos. (ENTREVISTADO 3, 2015)

Discorrendo sobre essa temática, em 1º de dezembro de 2011, no saguão da Cidade Administrativa de Patos de Minas, foi realizada uma Audiência Pública para apresentação da

proposta de instalação do *campus* do IFTM em Patos de Minas. O encontro contou com a participação de autoridades do município, lideranças, educadores e estudantes (ROCHA, 2011). Em decorrência da Audiência Pública, após levantamento junto à sociedade, sugestões de cursos foram apresentadas para implantação do novo *campus* do IFTM. Conforme ofício 27/2011 de 16 de dezembro de 2011, que trata da pesquisa de “Sugestões de cursos IFTM – *Campus* Patos de Minas”, a ACIPATOS (Associação Comercial e Industrial de Patos de Minas) apresentou um levantamento realizado junto aos associados, expondo as principais demandas de cursos. Foram identificadas demandas pelos cursos Técnicos em Eletrotécnica e Logística, que inauguraram o Instituto na cidade em setembro de 2013 e o curso de Mineração implantado no primeiro semestre de 2015. Todos na forma concomitante, já em 2015, os cursos Técnicos de Logística e Eletrotécnica passaram a serem oferecidos também na forma integrada. (BRASIL, 2016)

Vale mencionar que foi identificada a busca de aproximação da instituição de ensino aos setores produtivos, por meio de diversas reuniões com entidades de classe como associações e sindicatos e estabelecido acordo de cooperação entre elas. No tocante a questão o jornal Folha Patense (2013) cita que a Acipatos e o Sindimetal apresentam-se como parceiros do IFTM, auxiliando na identificação das necessidades por qualificação no Alto Paranaíba e Noroeste Mineiro. Inclusive a matriz curricular do curso de Eletrotécnica foi confeccionada após reuniões realizadas na Associação Comercial e Industrial de Patos de Minas, onde foram ouvidos diversos empresários do setor. Estes empresários criaram grupos de trabalhos em suas empresas que sugeriram disciplinas e ementas que adequam à realidade do mercado aos anseios da sociedade, desta forma aproximando o perfil do egresso ao exigido pelo mercado local e regional.

Nesta perspectiva, Pacheco (2011), em “Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica”, menciona:

Atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania constitui uma das finalidades dos Institutos Federais. Para tanto, é necessário um diálogo vivo e próximo dessas instituições com a realidade local e regional, buscando a compreensão de seus aspectos essenciais, ou seja, do que existe de universal nessa realidade. Deve-se considerar que local e universal não existem como antítese, não expressam necessariamente oposição de ideias, um não existe em detrimento do outro, mas por vezes se justapõem, permeiam-se, complementam-se e separam-se. (PACHECO, 2011, p.20)

Cabe ainda identificar se a implantação do IFTM - *Campus* Patos de Minas ocorreu conforme o proposto. Segundo o entrevistado 3:

Sim, até o momento “né”, nós estamos dentro das propostas de implantação, dentro das nossas metas. O projeto de implantação de novos *campus* ele se dá em cinco anos, né. Então nós ainda estamos aí praticamente na metade desse período e já estamos com os três cursos já em funcionamento, então assim nós estamos dentro da meta esperada. (ENTREVISTADO 3, 2015)

Ampliando essa análise sobre a implantação do *Campus* Patos de Minas, buscou-se saber quais os principais desafios/ problemas/ dificuldades identificadas no processo de implantação do Instituto. Para melhor compreensão da questão, foram classificados nas seguintes categorias: orçamentário, licitatório, pessoal, equipamentos/estruturas e outros. Desse modo, as respostas dos entrevistados foram agrupadas e apresentadas no Quadro 6 para melhor apreciação.

Quadro 6: Principais desafios/ problemas/ dificuldades identificados no processo de implantação do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – *Campus* Patos de Minas

	E3	E4	E5
ORÇAMENTÁRIO	A questão orçamentária até o ano de 2014 foi muito tranquilo , a gente tava em plena expansão realmente. O ano de 2015 foi ano difícil, devido a crise que está posta aí. Tivemos algumas contenções, alguns cortes que não eram previsto em nosso orçamento e eu acredito, uma opinião pessoal, que	[...] já compramos uma faculdade pronta, aqui funcionava uma faculdade mas esse prédio ficou parado por muitos anos, entorno de dois ou três anos, e uma casa parada ela necessita de algumas reformas [...]. Nesse sentido então nós tivemos algumas dificuldades orçamentárias, mas	o recurso era muito limitado . Então nós tivemos que nos desdobrar para fazer aquilo que a gente precisava fazer, com o pouco que a gente tinha em mãos. Então o recurso era extremamente limitado, então tivemos condições de fazer o mínimo dentro do que a gente tinha.

(Continua)

LICITAÇÕES

2016 vai ser um ano muito difícil talvez até mais que 2015.

a burocracia “né”, que também afeta “ai” algumas ações, tudo é tudo muito demorado, tudo é muito **moroso**, mas estes são os trâmites legais do serviço público.

inerentes ao governo não ao instituto, porque o Brasil de 2013 pra 2015, como o mundo, passou por uma reestruturação financeira, então, vamos dizer assim, os valores que eram disponíveis não se fizeram necessários.

As licitações como é algo que nós sabemos, ela tem seu tempo que tem que ser respeitado no serviço público federal, mas como o dificultante em relação a ela, é que como nós temos uma quantidade grande de **servidores novos**, muitos deles **não compreendem o processo licitatório**, e essa dificuldade em compreender o processo licitatório muitas vezes teve sim, alguns problemas.

[...] as licitações elas eram **feitas todas elas na reitoria**. Por ser feito na reitoria muita das vezes nós **não tínhamos a participação** da escolha, do material, nós não tínhamos a participação **daquilo que a gente precisava**. Então quer dizer, todo processo foi feito pela reitoria e ela se determinou aquilo que porventura nós precisaríamos no *Campus*. E a gente trabalhava com aquilo que chegava pra nós, naquele momento essa foi a nossa dificuldade. [...]. Nós ficamos de 2013, 2014 inteiro dependendo exclusivamente da reitoria em todos os sentidos, ou seja pessoal, processual, burocraticamente falando, enfim a verba tudo dependia da reitoria. Nós só tivemos nossa liberdade praticamente com a criação da nossa UASG, nossa UG (Unidade Gestora) como nós passamos em janeiro desse ano, nós tivemos mais autonomia pra controlar nosso orçamento pra gastar com aquilo que nós precisávamos gastar dentro das nossas necessidades e o controle passou a ser efetivo a partir de janeiro desse ano.[...] Isso é uma questão que vem do MEC, no período de implantação primeiro nós não tínhamos servidores experientes pra essa finalidade, então como o processo é muito novo leva um certo tempo pra gente amadurecer, conhecer a estrutura,

PESSOAL		<p>[...] a inexperiência de alguns servidores “né”, em entender, muitos são oriundos do serviço privado [...] uma entidade pública é diferente de uma entidade particular, isso gera um certo tempo de aclimatação [...] Outro ponto é você, na medida que faz um concurso público, tenham pessoas oriundas de universidades. Os Institutos Federais tem uma filosofia diferente das Universidades [...]. Nós trabalhamos com os cursos integrados. Para as pessoas entenderem esse conceito de integrado, pra buscar essa integralização também demanda um certo tempo.</p>	<p>conhecer a política, conhecer a execução. Então de fato, é necessário mesmo que esse momento seja feito pela reitoria dando suporte ao <i>Campus</i> [...] voltando aquela questão de que tinha alguns servidores. A nossa mão de obra era extremamente insuficiente, nós tínhamos muitos serviços, muita demanda e poucos servidores disponíveis naquela ocasião. Todos tiveram que acumular consideravelmente seus serviços, mas que no final deu e continua dando certo</p>
EQUIPAMENTOS/ ESTRUTURAS		<p>[...] esse prédio e é um prédio antigo, há uma necessidade de adequação a nossa realidade. Então há ainda algumas partes na estrutura que nos impedem de crescer, nós não crescemos da forma como havíamos planejado devido a essa estrutura que nós vamos conhecendo na medida que vamos utilizando [...] Em relação alguns equipamentos pedagógicos faltam, é verdade, devido, como nós comentamos anteriormente, alguns cortes no orçamento</p>	<p>[...] pouquíssimos Equipamentos, exatamente pelo orçamento limitado, por depender das licitações vindas da reitoria e a estrutura a gente percebe que ainda, já era e ainda é insuficiente. Muito se quer fazer, mas pouco se pode fazer justamente pela falta de orçamento, pela própria crise que o país vem passando, então acabou prejudicando o processo de crescimento no todo. Mas o <i>Campus</i> não deixou de crescer, fisicamente não cresceu mas a parte que interessa está caminhando muito bem, está crescendo gradativamente.</p>

OUTROS	<p>=>Os desafios não param “né”, eles são cotidianos. Um dos maiores “né” que eu acredito aqui na nossa região [...] que é a divulgação da marca Institutos Federais, no nosso caso IFTM. Então, acho que a comunidade ainda não tem noção, não tem ciência do que que é a instituição.</p> <p>=>parceria com a prefeitura tem sido muito difícil, estamos tendo nessa gestão municipal muitas dificuldades com relação ao cumprimento de algumas ações por parte da prefeitura, só para citar como exemplo: o acesso ao <i>Campus</i> ele precisa ser melhorado e muito. A iluminação da via existente até o <i>Campus</i>, ela é inexistente. Então tudo isso são ações da prefeitura.</p>	Em relação a marca, a marca Instituto Federal ela ainda não é conhecida na nossa região	<p>Questão política, o <i>Campus</i> apesar de ser, aliás é um órgão federal mas que depende muito também do interesse da política local, em se tratando vamos falar da prefeitura por exemplo. Quando se foi criar o <i>Campus</i> houve por parte da prefeitura um interesse em apoiar e esse apoio até hoje não veio. Se a gente der uma volta pelo <i>Campus</i>, a gente vai perceber que a iluminação é precária, totalmente insuficiente, o acesso é muito ruim e isso prejudica muito a questão do interesse por parte dos alunos, não só pelos alunos “né”, pelo pais dos alunos que é quem nos dá confiança de deixar seus filhos na nossa escola</p>
--------	--	--	--

Fonte: Dados da pesquisa 2015

Nota-se que quanto ao aspecto orçamentário, o entrevistado E5, menciona a limitação de recurso econômico no processo de implantação. Contudo o E3 menciona que a questão foi tranquila até 2014. Mas como pode se depreender da exposição dos entrevistados E3 e E4, nota-se na fala deles uma preocupação com a crise instalada no Brasil em 2015, que acabou afetando bastante a disponibilidade de recursos orçamentários, segundo E3 o corte foi:

[...] em torno de 20 a 30%, então assim, é um corte significativo. Agora pra 2016, com relação a investimento nós tivemos um corte de basicamente quase de 100 % pra investimento, isso é o cenário do momento. Agora “pra” custeio da instituição já tem uma determinação que nós temos que fazer um corte, um ajuste de 20% pra esse ajuste nós temos que fazer em janeiro. Então se você analisar que cortar do custeio que já é muito enxugado, muito enxuto, você cortar ainda 20% não é fácil não, a gente vai ter que deixar muitas ações de lado. (ENTREVISTADO 3, 2015)

Em relação às licitações, um dos desafios mencionados é a morosidade no serviço público, conforme cita E3. Entretanto, um grande problema enfrentado em relação a este tema é a falta de compreensão dos trâmites legais das licitações, pois os novos servidores dos

institutos muitas vezes são oriundos de instituições particulares e não conhecem bem algumas especificidades do serviço público, segundo E4. Porém é citado pelo E5 outro ponto, o fato das licitações inicialmente terem sido feitas pela reitoria foi um fator dificultante na época, pois o material recebido nem sempre era realmente o demandado, ele diz “porque muitas das coisas que chegaram, foi útil tal, mas tinham muitas outras coisas que seriam mais importantes praquele momento inicial”. Contudo, reconhece que diante da inexperiência de um *campus* em implantação, essa era a maneira correta:

[...] no período de implantação, primeiro nós não tínhamos servidores experientes “pra” essa finalidade, então como o processo é muito novo leva um certo tempo “pra gente” amadurecer, conhecer a estrutura, conhecer a política, conhecer a execução. Então de fato, é necessário mesmo que esse momento seja feito pela reitoria dando suporte ao *Campus*. Então “a gente” trabalhou nesse período, acredito que todos os *campus* novos, as unidades iniciais elas passam por esses processo. Eles tem que depender da reitoria mesmo. E aos poucos, quando a gente foi adquirindo uma certa maturidade, “ai” sim, transferiram a responsabilidade para nós. E o que está acontecendo esse ano. (ENTREVISTADO 5, 2015)

E informa que a partir de janeiro deste ano, 2016, com a criação da UG (Unidade Gestora) passaram a ter autonomia.

Quanto à questão de pessoal, é destacado novamente a problemática da inexperiência de novos servidores em compreender as particularidades do serviço público e isso demanda um certo tempo de adaptação, conforme menciona E4. Ele ainda menciona a dificuldade que as pessoas, oriundas de Universidades, têm em compreender quanto aos cursos integrados oferecidos no Instituto. Para E5 a mão de obra disponível era insuficiente, e diz “nós tínhamos muitos serviços, muita demanda e poucos servidores disponíveis naquela ocasião. Todos tiveram que acumular consideravelmente seus serviços, mas que no final deu e continua dando certo.” E por fim complementa “foi um período difícil no início, mas que a gente vem gradativamente crescendo com o tempo”.

Apontando para a dificuldade em relação à equipamentos e estrutura, percebe-se a preocupação com a estrutura física do prédio que impede o crescimento planejado para o

Campus. Conforme foi relatado, para implantação do *Campus*, foi adquirido um terreno com uma estrutura pronta de uma antiga faculdade, porém para ampliação da oferta de cursos, há necessidade de ampliação física, pois a existente não comporta novas turmas. O E5 assinala que a disponibilidade de “pouquíssimos” equipamentos em decorrência de orçamento limitado agravado pelo momento de reestruturação econômico do país e o entrevistado E4 aponta quanto a falta de equipamentos pedagógicos.

Quando questionados se existiam outros pontos que gostariam de mencionar em relação aos principais desafios/ problemas/ dificuldades identificados no processo de implantação do Instituto, E3 e E4 mencionaram a questão da marca “Instituto Federal” não ser conhecida na região e além disso, a população não compreender o papel da instituição. Outro ponto mencionado foi a questão política, citado por E3 e E5. Ambos referem à dificuldade de parceria com a prefeitura, na gestão atual, em relação à execução de algumas ações que cabem ao poder municipal e citam como exemplo o acesso ruim ao *Campus*, a inexistência de iluminação da via pública que dá acesso ao Instituto. Segundo E3 isto causa prejuízo até mesmo com relação ao interesse por parte de pais e alunos pela escolha da escola, devido aos riscos de segurança.

4.3.3 Principais acertos e avanços na implantação do IFTM – *Campus* Patos de Minas

Depois de averiguado os principais desafios/ problemas/ dificuldades no processo de implantação do IFTM Patos de Minas, na visão dos gestores, procurou-se identificar quais os principais acertos. Para E3 o principal acerto é “**abrir uma escola**. Abrir uma escola é um acerto sem dúvida, não vejo que isso seja um erro em qualquer situação”. Além disso, pondera que outro acerto foi “a **escolha da região** né, Patos de Minas é uma região muito rica e demandante de mão de obra, então eu acho que foi bem acertado esse ponto também.” (ENTREVISTADO 3, 2015, grifo nosso)

No tocante à questão, o entrevistado E4 compreende que:

[...] a sociedade patense, ela precisava de uma instituição de ensino com as nossas características. Pelo reconhecimento que a sociedade tem dado, eu acredito que a vinda do instituto como um todo ela foi bem acertada. Tudo que você faz com **planejamento, com uma certa antecedência**, você tem uma grande chance de sucesso. Eu creio que a **vinda de professores antes mesmos de alguns cursos funcionarem**, pra que eles pudessem demandar um tempo no **planejamento**, foi um fator facilitador para isso. E a escolha de fazer num primeiro momento **o remanejamento dos servidores** das cidades as quais eles estavam, pra qual eles quiseram vir, eu acredito que na maioria dos casos foi um grande acerto porque você traz um conforto maior da pessoa estar no local, o qual ela sente melhor. E eu acredito que a **compra** também de um **prédio pronto**, facilitou no sentido que você não precisou construir. (ENTREVISTADO 4, 2015, , grifo nosso)

Nesse mesmo viés, o entrevistado E5 considera como principal acerto, “foi na **aquisição desse prédio**, do imóvel [...] se não fosse essa aquisição desse prédio pronto, dificilmente a agente estaria no nosso terceiro ano, 13-14-15, [...] pleno funcionamento.” Ele ainda é enfático ao dizer “talvez nós estaríamos iniciando esse ano se tivesse que construir e nenhum de nós servidores, dos demais servidores, teríamos a oportunidade de estar aqui em Patos de Minas.” (ENTREVISTADO 5, 2015, grifo nosso)

Quando questionados, se fariam algo diferente referente ao processo criação implantação do *Campus* Patos de Minas, um dos entrevistados proferiu que sim:

Sim, [...] processo de estudo mais criterioso pra implantação de alguns cursos, [...]. Apesar das consultas e das entidades que foram consultadas terem sido fatores principais nessa escolha dos cursos, mas eu acredito que esse trabalho poderia ter sido um pouco mais científico tanto não somente na cidade de Patos, mas também nos outros municípios circunvizinhos. E a divulgação mais eficiente dos Institutos Federais. (ENTREVISTADO 3, 2015)

Apresentando um posicionamento diferente de E3, o E4 pondera:

Eu acredito que não. É lógico enfatizar as questões dos desafios que os professores teriam “né”, a questão de mostrar mais sobre a vida pública, mais sobre a integralidade do ensino, mas é como eu disse, são conhecimentos, são opções que você tinha no passado de acordo com os dados que você tinha de informativos e de conteúdo seu mesmo. (ENTREVISTADO 4, 2015)

Já o entrevistado E5, apesar de mencionar que “todo processo pode ser melhorado”, diz que não mudaria, “porque tudo que a gente pôde fazer dentro do nosso alcance, dentro do orçamento, dentro da nossa estrutura, dentro das nossas possibilidades, o Instituto Federal fez, o nosso *Campus* fez.” (ENTREVISTADO 5, 2015)

Buscou-se identificar quais os principais avanços do *Campus* Patos de Minas desde a criação. O entrevistado E3 menciona que “implantação dos cursos e conseqüentemente o atendimento a um número maior de alunos [...] e a implantação periódica também das turmas desses cursos que estão sendo consolidados” (ENTREVISTADO 3, 2015).

Da mesma forma que E3, o entrevistado E4 também menciona implantação de cursos “nós conseguimos montar mais um curso, que é o curso de Mineração, no processo da implantação Logística e Eletrotécnica, na forma concomitante e na forma integrada de Logística e Eletrotécnica”. Enquanto E3 postula sobre o aumento de alunos em consequência disto, E4 revela “além também da expansão em termos de quantitativos de professores, e servidores de uma forma geral. [...] acho que quando nós chegamos aqui, éramos em torno de 3 a 4 professores efetivos e hoje temos em torno de 32 efetivos.” (ENTREVISTADO 4, 2015)

Já para o entrevistado E5, um dos principais avanços foi em relação à:

[...] Consolidação da marca do IFTM, foi um dos nossos principais avanços. Por quê? Nós estamos em 2015, finalizando 2015 e entrando em 2016. Por onde eu passo, eu que não sou da cidade, eu passo às vezes no próprio salão de cabelereiro, algumas lanchonetes, padarias, então quando eu passo com a camisa, uniforme, eles veem o crachá, você percebe que já existe um certo conhecimento da marca, não é o ideal, mas estamos caminhando para que lá no futuro a gente chegue no ideal [...], e resultado disso a gente vê pelo aumento da procura pelos nossos cursos, não só pelos cursos que a gente tem, por onde a gente passa a gente percebe que as pessoas já questionam: ‘A mais quais serão os futuros cursos da escola?’ ‘Pretende aumentar cursos?’ ‘Pretende ter curso superior?’

E ele também menciona quanto ao aumento de servidores:

Quando nós iniciamos a implantação do *Campus* nós contamos com a participação mais ou menos de sete a doze servidores. Iniciamos com quatro né, o Diretor Geral, Fernando na parte financeira, o Carlos no ensino e na parte administrativa quando eu

cheguei. Então nós éramos quatro, já naquele mesmo início surgiram alguns professores e alguns administrativos. Então nós subimos pra doze. Quer dizer, nós tínhamos um *Campus* pra implantar com doze servidores, com biblioteca pra montar, secretaria pra funcionar, administrativo pra ajudar na implantação, a parte de ensino, pedagógica ali, um coordenador pra depois com o auxílio de alguns professores, como no caso você também e tal, pra montar essa equipe. [...], enfim hoje mais ou menos nós estamos com uma equipe em torno de 40, um pouco mais de 40 servidores no total, administrativo e professores. (ENTREVISTADO 5, 2015)

Portanto, foi possível constatar que os principais avanços foram: a implantação dos cursos técnicos concomitantes, inicialmente dois e hoje são três (Logística, Eletrotécnica e Mineração), implantação dos cursos técnicos integrados (Logística e Eletrotécnica), e conseqüentemente o atendimento a um número maior de alunos, aumento de servidores tanto docentes quanto técnicos administrativos e um reconhecimento da marca “Instituto Federal”, especificamente o IFTM.

Foi apresentado aos gestores entrevistados que considerando o PDI de 2014-2018, quais as principais metas para o *Campus* Patos de Minas, dentro dos próximos quatro anos. Eles apontam:

Olha as metas para qualquer um dos *campus*, não só Patos de Minas, elas não são desvinculadas de uma discussão maior junto à comunidade, tanto é que existe o Plano de Desenvolvimento Institucional, está publicado, está de fácil acesso no site. [...]. Então acredito eu que o PDI foi discutido com toda comunidade acadêmica, esses são os objetivos e metas, eles estão inscritos no plano, no PDI. Agora nós sabemos que há necessidade premente da **criação de novas salas de aula**, da **reestruturação de rede elétrica**, de **potencializar a questão da energia**, **ampliação de laboratórios**, **da reforma**, vamos dizer assim da conclusão de todo aquele **segundo pavimento** que nós temos lá em Patos de Minas. [...] tudo isso está em pauta, o que não se tem é recurso nesse momento. E o próprio setor administrativo, há necessidade de **ampliar o setor administrativo**. (ENTREVISTADO 1)

[...] não só pra Patos de Minas. A primeira meta minha é a **legalização total das áreas**. Quando eu falo legalização, ela vem desde a parte de estruturação das nossas reservas legais, dos sistemas da Gestão Ambiental, na **parte da eletricidade**, da parte de estrutura de escrituração, em ter isso tudo o mais perfeito possível, do jeito que tem que ser. [...] Agora voltando para Patos de Minas tem uma preocupação muito grande, logicamente vem dessa parte, a gente sabe que tem alguns problemas elétricos lá que tem que partir dessa estruturação, mas seria a concretização e a **reforma do prédio**, de um segundo prédio que fica lá atrás que está parado e nós precisamos de fazer. Além das outras estruturas que é a **cantina**, **o refeitório**, né mas eu considero como prioridades, área de **esportes**, nós temos também que construir um **ginásio** para os alunos terem um local adequado. (ENTREVISTADO 2)

Nota-se que ambos tem uma visão global não focando somente em Patos de Minas, como a questão apontada pelo entrevistado 2, da necessidade de legalização das áreas. No entanto eles assinalam algumas metas emergenciais do *Campus* Patos de Minas como, reestruturação de rede elétrica e reforma do prédio. O entrevistado 1, ainda menciona ampliação de laboratórios e do setor administrativo e a criação de novas salas de aula. Já o segundo entrevistado, enfatiza a área de esportes, como um ginásio e ainda a construção de cantina e refeitório.

Contudo, o entrevistado E3 ressalta que:

[...] na concepção do PDI, nós fizemos toda aquela parte que contempla a expansão, mas devido à crise, foi até nos solicitado pela pró-reitoria de desenvolvimento institucional, que a gente fizesse alguns ajustes no PDI. E infelizmente esse ajuste foi pra menor, poderia ter sido um ajuste pra melhorar as metas, mas infelizmente devido a esse crescimento natural da infraestrutura do *campus* que não vai ser possível, nós vamos ter que retardar ai alguns cursos que a gente poderia estar implantando e então nós vamos nos ater nesse momento, na consolidação dos cursos já existentes e se possível a gente **umentar o número de turmas desses cursos que já são ofertados**, pra depois sim num momento mais propicio a gente pensar numa expansão em número de cursos. Passando assim depois da consolidação dos cursos técnicos, como a gente tinha previsto no PDI, a gente fazer a implantação dos cursos superiores dentro da verticalização a qual os Institutos Federais fazem parte na sua concepção. (Entrevistado 3, 2015, grifo nosso)

Os entrevistados E4 e E5 consideram:

Abertura de novas turmas do integrado. O estudo e a **possível implementação de turmas de ensino superior e tudo isso atrelado a expansão física do *Campus***, porque felizmente hoje a nossa estrutura física tá saturada, nós não temos como colocar mais alunos, porque não temos mais salas. (ENTREVISTADO 4, 2015)

[...] a principal é a **ampliação da nossa estrutura**, e isso depende única e exclusivamente do governo, a gente precisa de dinheiro pra isso [...] melhorar nossa estrutura tanto física quanto em equipamentos. [...] mas o PDI 2014-2018 muita coisa que se planejou dentro desse período já foi feito, embora a gente tenha tido umas restrições com relação orçamentária, mas muita coisa que foi planejado foi cumprido. Especificamente na questão de ampliação dos nossos profissionais, né, a nossa parte pedagógica de professores, muitas coisas que seriam previstas pra 2016, já foram feitas em 2015, que é a chegada desses 15 professores de propedêutica. [...] E eu acredito que a ampliação da estrutura é o principal, aumentar nossos cursos até 2018, dando estrutura ai na parte de esporte, ginásio e lazer, refeitório de qualidade, laboratórios, né, há intenção de construir mais um bloco de salas de aulas, e mais um bloco específico pra laboratórios separadamente. (ENTREVISTADO 5, 2015)

4.4 Percepção dos gestores sobre a importância da criação dos Institutos Federais

Após investigar o histórico da implantação do *Campus Patos de Minas* identificando as dificuldades, os avanços, metas, conforme apresentados nesta seção, é importante apresentar a percepção, dos gestores entrevistados, sobre a importância do Instituto Federal para a sociedade, para o país. Assim eles foram questionados sobre os principais ganhos que a criação dos Institutos Federais pode proporcionar para o país e se haviam prejuízos. Eles explicitam:

Olha, o que se falou de forma local ele reflete de forma nacional. Não tem como separar porque os ganhos foram em todos os institutos. E na verdade prejuízo não houve, num pode se dizer de forma alguma, que em nenhum momento, nenhuma ação houve prejuízo dos institutos federais. Pelo contrário, houve ganhos. Claro que existem agora fragilidades e desafios que precisam ser superados, vão bater de frente com a questão da disponibilidade econômica, sem recurso é impossível. (ENTREVISTADO 1, 2015)

Eu não vejo prejuízo nenhum, eu só vejo ganhos. Primeiro, para qualquer região que absorva uma unidade dos Institutos Federais, é um ganho para a comunidade, primeiro que já vai **emprego**, outra questão que vai uma **escola de qualidade**, que nós somos uma escola de qualidade pra atender a formação, nosso grande viés dos Institutos é a verticalização, então o aluno pode entrar no curso integrado, ensino técnico e médio, aí ele faz uma graduação ou um bacharelado ou um tecnólogo, ele faz uma pós graduação seja ela de especialização, mestrado e doutorado, isso é muito importante, além dele tá já de acordo com os arranjos produtivos locais, o que eles necessitam a formação técnica. [...] a grande ideia dos Institutos Federais, que o **aluno fique na sua região, faça um curso na sua região, e ele desenvolva suas necessidades naquela região**. Então ele não vai sair daquele local. Quando há essa migração pra fazer um curso numa cidade maior, esse jovem fixa na cidade maior e não volta para o seu local. E isso tem causado grandes problemas. (ENTREVISTADO 2, 2015, grifo nosso)

Ambos entrevistados concordam que a criação dos Institutos Federais não traz nenhum tipo de prejuízo. Em relação aos ganhos o entrevistado um afirma que o que já foi mencionado de forma local, estende-se de forma nacional também. No entanto o entrevistado dois ressaltou o grande proveito de um Instituto Federal para uma comunidade, pois leva emprego, ou seja, gera renda e desenvolvimento para região. Destacou que a comunidade ganha também com uma escola de qualidade, onde os alunos qualificam e desenvolvem profissionalmente, sem a

necessidade de mudarem de região, fazendo com que retenha talentos e ocorra o desenvolvimento local.

Para o entrevistado E3:

[...] a área profissional no que diz respeito a técnicos no Brasil ela está muito defasada, estava muito pior, teve um ganho mas ainda está muito aquém do que realmente o mercado necessita. Então a implantação de um *Campus*, dos Institutos Federais, eles trazem um ganho enorme pra região, por trazer uma **mão de obra bastante qualificada**, com uma formação rápida e diretamente ligada ao mercado de trabalho. Então acho que isso é o que difere os Institutos Federais das Universidades. O aluno, ele dentro do **tripé de ensino-pesquisa-extensão, ele tem uma visão sistemática da prática e da teoria**, isso o leva de uma forma muito tranquila e muito segura pro mercado de trabalho. [...] No caso da pesquisa dos Institutos Federais, ela é uma pesquisa voltada pro mercado, então é uma coisa mais prática que dá a visão ao aluno do que realmente é a realidade, não deixando a teoria de lado “né”, porque toda pesquisa ela tem que ter seu fundamento teórico, mas a questão da prática ela é muito forte nesse sentido. Então acho que isso é o que difere muito da Universidade e que traz de encontro do que o mercado está realmente necessitando no momento. (ENTREVISTADO 3, 2015, grifo nosso)

Da mesma forma, o entrevistado E5 pondera:

[...] “a gente” percebe que as empresas estão carentes de profissionais qualificados, “né”, esse é o principal fator. Então se você possibilita e da oportunidade daquelas pessoas com certa dificuldade financeira, que a gente percebe que o país passa, quando você faz isso de uma maneira gratuita e de qualidade com certeza é um ganho muito grande, porque as empresas vão contar com profissionais qualificados, profissionais exaustivamente treinados, porque quando você faz um curso que você de repente oportuniza aquela questão do estágio numa empresa ou nas demais empresas, isso ganha tanto quem tá aprendendo quanto quem tá precisando daquele cidadão, então eu acredito que seja um ganho muito grande pro país em termos profissionais técnicos. (ENTREVISTADO 5, 2015)

Por fim, pediu-se aos entrevistados que considerando as questões apresentadas anteriormente e/ou outras situações não abordadas que acrescentassem algum comentário/observação caso julgassem necessário. Todos se manifestaram. O entrevistado E4 apresentou uma reflexão: “a expansão da rede federal de ensino e a expansão do país como uma nação, ela vai depender muito da expansão da pessoa como ser humano. Ela investindo nos seus valores principais que são a educação e a ética.” (ENTREVISTADO 4, 2015). Outro entrevistado, E3, apontou:

[...] “pra que” a gente possa alcançar as nossas metas “né”, principalmente as metas iniciais da implantação de um *Campus* tem que haver a disponibilização de recursos financeiros pelo Governo Federal. Porque sem esses recursos não tem como “a gente” consolidar e basicamente encerrar o período de implantação como deveria. Então isso é primordial, tem que haver aí uma conscientização por parte do governo que pelo menos estes *Campus* que estão em implantação, eles têm que encerrar essa fase. (ENTREVISTADO 3, 2015)

Enquanto E3 assinalou para a importância da disponibilização de recursos financeiros pelo Governo Federal para finalização da fase de implantação dos novos *Campus* de Instituto Federal, o E5 balizou em relação melhorias da política pública na região de Patos de Minas. Este diz:

Bom, primeiro que o nosso esforço ele está sendo e será sempre contínuo. O nosso esforço ele é sempre feito com intuito de oferecer o melhor. Então essa é a nossa ideia, mas é importante frisar que tudo isso depende de alguns fatores e o único, principal fator que vai desencadear tudo isso é baseado nesse assunto, é nas melhorias da política pública da região, se isso não acontecer dificilmente “a gente vai ter” um crescimento como deveria. É importante frisar isso, porque não depende exclusivamente do Instituto Federal em si, depende de uma série de fatores. (ENTREVISTADO 5, 2015)

Das considerações arroladas nessa seção, é importante destacar de forma bastante concisa e sucinta, pontos que foram essenciais na análise empreendida, como o desafio enfrentado hoje devido à crise instalada no país, afetando recursos orçamentários programados para a implantação do *Campus* IFTM Patos de Minas. É preocupante quando nota-se um corte significativo no orçamento em torno de 20% a 30%, no ano de 2015. Em 2016, “com relação a investimento nós tivemos um corte de basicamente 100% pra investimento, isso é o cenário do momento”, segundo o entrevistado 3 (2015). Enquanto, observa-se a necessidade de ampliação de salas de aulas, de laboratório, construção de cantina e de ginásio, ou seja, estes cortes no orçamento dificultam a realização destas ações e a possibilidade de ofertar mais vagas e ampliar a oferta de cursos para a população patense e região. Necessidades evidentes para um *campus* que se encontra ainda em período de implantação.

Além também da necessidade de apoio do poder público municipal em ações que cabem única e exclusivamente a este poder, como mencionado pelos gestores, em relação à falta de

iluminação na via pública que dá acesso ao *Campus*, a dificuldade de acesso e falta de sinalização. Vale advertir que tratam de ações urgentes, em face da falta de segurança que os alunos e servidores estão expostos e que podem afetar as atividades fins do *Campus*. Apesar dos gestores já terem solicitado providências, nada ainda foi feito pela atual gestão municipal.

Entretanto, o *Campus* Patos de Minas, tem apresentado significativo avanço no que diz respeito à número de alunos, número de servidores, a implantação de três cursos técnicos na forma concomitante (Logística, Eletrotécnica e Mineração) e dentre estes, dois também na forma integrada (Logística e Eletrotécnica), além do avanço no reconhecimento da marca Instituto Federal, tudo isso em apenas dois anos e meio de funcionamento.

Cabe mencionar que o IFTM mostra em sua missão a dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: “Ofertar a Educação Profissional e Tecnológica por meio do Ensino, Pesquisa e Extensão promovendo o desenvolvimento na perspectiva de uma sociedade inclusiva e democrática”. Primando pela sua missão, o *Campus* também busca assegurar em suas atividades acadêmicas a dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, mediante o envolvimento da comunidade acadêmica em projetos de iniciação científica e tecnológica, no âmbito do ensino. A instituição incentiva e apoia atividades extracurriculares como visitas técnicas, atividades de campo e desenvolvimento de projetos de pesquisa com a participação dos estudantes.

Das considerações arroladas nessa seção, é importante destacar importância do *Campus* não somente para Patos de Minas, mas também para toda região de abrangência.

5 CONCLUSÕES

Conclui-se que a presente pesquisa atingiu os objetivos propostos, sobretudo o objetivo geral de apresentar um resgate do processo de criação e expansão do Instituto Federal do Triângulo Mineiro e, especificamente, a implantação do *Campus* Patos de Minas. Evidenciou-se que o papel dos gestores, como burocratas de linha de frente, foram essenciais para o bom êxito dos resultados do IFTM no todo.

Nesse sentido a pesquisa teórica realizada contribuiu com informações e embasamento do contexto estudado, como a relação estado-sociedade e suas influências nas políticas públicas de educação, expansão da educação profissional e tecnológica, a implantação do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM). Essa pesquisa foi pautada em artigos de menção ao assunto, por meio de documentos oferecidos pelo MEC/SETEC, sites do governo e da própria instituição estudada. Assim foi possível reaver o contexto da política de criação e expansão dos Institutos Federais no Brasil.

Em relação à criação e expansão do IFTM na perspectiva dos gestores/tomadores de decisão, no âmbito da reitoria, a pesquisa evidenciou de forma clara como ocorreu todo o processo. Assim, identificou-se os motivos que levaram à adesão ao modelo de Instituto Federal, como a busca em ampliar a autonomia administrativo-político-pedagógica, indissociabilidade entre o ensino-pesquisa-extensão, oferta dos cursos técnicos integrados, cursos tecnológicos para uma formação profissional e interiorizar o ensino atendendo aos APL's. Quanto à comissão para elaboração da Proposta de Ifetização, esta foi formada de forma democrática por pessoas de notório saber e representativas dos diversos segmentos duas comunidades acadêmicas, CEFET e EAF Uberlândia.

Os principais acertos na concepção e elaboração da proposta foram: qualidade do trabalho apresentado, implantação da reitoria na cidade de Uberaba, apoio político para

efetivação do IFTM naquele momento. Quanto aos desafios foram, dificuldades na união das culturas organizacionais de instituições diferentes e preocupação com a perda de poder e autonomia.

Verificou-se que à implantação, ocorreu conforme o proposto, apenas com a ressalva da morosidade do serviço público. Em relação aos principais desafios/ problemas/ dificuldades no processo de implantação do IFTM, houve dificuldade de compreensão por parte dos membros das comunidades acadêmicas, escolas que deram origem ao IFTM, no que diz respeito ao modelo da nova institucionalidade. Identificou-se também dificuldade dos novos servidores ingressantes compreenderem a diferença entre um Instituto e uma Universidade e por último listado o desafio de lidar com opiniões contrárias ao reitor, apesar de fazer parte de um processo democrático, pode afetar todo trabalho em desenvolvimento.

No que tange os principais acertos na implantação do IFTM, os entrevistados destacaram: a ampliação da capilaridade da rede, oportunidades de capacitação para os servidores, cumprimento da missão do IFTM, a construção da reitoria, informatização nos sistemas, democratização do planejamento possibilitando a participação de todos, transparência da gestão e tomadas de decisões em conjunto.

Buscou-se investigar como foi realizado o processo de interiorização, pois conforme já era de conhecimento, no processo da criação do IFTM surgiram os seguintes *Campi*: *Campus* Uberaba, *Campus* Uberlândia, *Campus* Paracatu e *Campus* Ituiutaba. Progressivamente foram surgindo novos *Campi* e ocorrendo o processo de interiorização, ou seja, a expansão do IFTM. Foi apresentado que a expansão ocorreu com apoio do poder público municipal, busca de oportunidade da própria comunidade na busca cursos de uma demanda identificada pelo IF e na maioria dos casos em decorrência de locais que haviam funcionamento de atividades na forma de polo presencial. Nesse processo criou-se os *Campi*: Uberlândia Centro, Patrocínio, Patos de Minas, Campina Verde e Parque Tecnológico.

Nestes sete anos de funcionamento do IFTM, os principais avanços foram: ampliação do número de cursos ofertados em todos os níveis e modalidades, ampliação da infraestrutura física, contratação por concurso público de novos servidores tanto administrativos quanto docentes, ampliação nas oportunidades de qualificação dos servidores, construção da sede da reitoria, aquisição de laboratórios, equipamentos, veículos, os ganhos significativos em todos segmentos, número de alunos, número de servidores, número de *Campus*, a unificação dos trabalhos, a transparência nas ações, união da gestão, proposta de capacitação que tem mudado consideravelmente o ambiente de trabalho interno nas nossas unidades.

Foi apresentada uma evolução do IFTM em números, por meio de relatórios divulgados pela reitoria do Instituto no âmbito do ensino, pesquisa, extensão, orçamentário e pessoal no período de 2008 a 2014. Dentre os dados apresentados destacou-se o grande avanço nos programas e projetos de extensão, de 2010 para 2013 ampliou 1.068%. Como se pode depreender da exposição dos dados, o IFTM vem cumprindo seu papel nesse processo de consolidação dos Institutos Federais, e nota-se que passou por um grande avanço nestes sete anos, desde sua criação. Assim, em 2014 destaca entre as melhores instituições do país, classificado em 2º lugar entre os IF's.

No que tange o histórico de implantação do Campus Patos de Minas, foi possível identificar que a escolha da cidade de Patos de Minas para possuir um Campus do IFTM, foi por se tratar de uma cidade polo na região do Alto Paranaíba, que inclusive já tinha em funcionamento um Polo de cursos de extensão, com curso técnico de informática, uma parceria do CEFET com a Prefeitura de Patos de Minas. Ainda por meio de um estudo técnico pela SETEC/MEC, onde foi elencado uma série de indicadores, que apresentou uma série de cidades que deveriam receber esses novos campus, tudo isso aliado a um trabalho político por representantes políticos da região. Notou-se que os principais elementos para escolha consistem

nos arranjos produtivos locais, a abrangência geográfica do município de Patos de Minas e a vontade não só da área política, mas também de toda sociedade civil organizada.

Foi identificado que a relação, do Polo CEFET Patos de Minas, com a criação do Campus do IFTM Patos de Minas, foi total, pois a maioria dos polos presenciais que existiam vieram a se tornar Campus, como foi o caso em Patos de Minas. Era ofertado o curso Técnico em Informática, onde o CEFET entrava com a parte pedagógica e a prefeitura entrava com a infraestrutura física e de pessoal. Entretanto, foi relatado que houveram problemas para manter essa infraestrutura e devido a estes problemas operacionais por parte da prefeitura, a parceria foi rompida e o CEFET parou de ofertar o curso.

No entanto, a luta para a implantação de uma instituição de qualidade e gratuita para a sociedade patense e região continuou, lideranças municipais foram até o MEC/SETEC pleiteando a instalação de um Campus do IFTM em Patos de Minas. Conforme apontou o E1, era uma pauta prioritária no MEC, que já datava mais de cinco anos esta demanda, o pedido foi aceito, após a contemplação, iniciaram as providencias para a implantação, assim houve apresentação para a cidade da implantação de um Campus do IFTM (1º de dezembro de 2011), negociação do local de funcionamento do Campus (processo de aquisição e estruturação). Todavia para a implantação, a prefeitura informou que não havia recursos financeiros pra adquirir terreno e nem um terreno pra doar para o Instituto Federal, mas diante da necessidade, com o apoio do MEC foi viável a compra de uma área de 21 hectares com uma estrutura predial pronta para instalação do Campus Patos de Minas e posteriormente a definição das opções de cursos e definição da grade curricular.

Foi possível identificar que, paralelamente às ações mencionadas anteriormente, ocorreu a seleção dos servidores para compor o Campus Patos de Minas. Conforme foi mencionado pelos gestores entrevistados, na época não tinham regulamentado nenhum edital de remoção de servidores. Assim, constatou-se que no primeiro momento da implantação, a instituição fez um

levantamento dos setores e coordenações mais importantes para o momento inicial, depois verificou-se aqueles servidores que protocolaram seus pedidos junto à reitoria, avaliando currículo, experiência, perfil, cidade natal e deste modo foi montando a equipe a partir dessa demanda e assim concedida as remoções e redistribuições desses servidores para o Campus Patos de Minas. Posteriormente, o MEC foi disponibilizando os códigos de vagas para o Campus Patos de Minas e aos poucos ajustaram a equipe com relação a remoção, algumas redistribuições e vagas disponibilizadas nos concursos públicos, promovidos pela instituição.

Em relação à escolha dos cursos, notou-se que ocorreu por meio de audiências públicas realizadas no município e também por meio de consultas aos setores patronais como a Associação Comercial de Patos de Minas, alguns sindicatos como Sindcomércio e Sindimetal e algumas escolas públicas do município. Em seguida, os cursos foram ranqueados em número de prioridade: Eletrotécnica, Logística e Mineração. Foram implantados no primeiro momento, 2013, os cursos Técnicos de Eletrotécnica e Logística na forma concomitante ao Ensino Médio, em 2015, estes cursos também passaram a serem ofertados na forma integrada e no mesmo ano, também passou a ser ofertado o curso Técnico em Mineração na forma concomitante.

Foi identificado que a implantação do IFTM - Campus Patos de Minas ocorreu conforme o proposto. Segundo afirmou o E3, tudo está dentro das metas propostas e ainda ressaltou que o projeto de implantação de novos *campi* se darão em cinco anos, sendo assim estão praticamente na metade desse período e já com três cursos em funcionamento.

No que tange os principais desafios/ problemas/ dificuldades identificados no processo de implantação do Instituto, foram: quanto ao aspecto orçamentário (a limitação de recurso econômico no processo de implantação, a crise instalada no Brasil que acabou afetando bastante a disponibilidade de recursos orçamentários, com um corte significativo em torno de 20% a 30% em 2015), quanto às licitações (morosidade no serviço público, falta de compreensão pelos novos servidores em relação aos trâmites legais das licitações, quando feitas pela reitoria

recebiam material que nem sempre era realmente o demandado), quanto ao pessoal (inexperiência de novos servidores em compreender as particularidades do serviço público, dificuldade que pessoas oriundas de Universidades têm em compreender quanto aos cursos integrados oferecidos no Instituto, mão de obra insuficiente que no início acarretou sobrecarga de tarefas), em relação à equipamentos e estrutura (necessidade de ampliação física, disponibilidade de poucos equipamentos em decorrência de orçamento limitado agravado pelo momento de reestruturação econômico do país, falta de equipamentos pedagógicos). Outro ponto mencionado foi a marca “Instituto Federal” não ser conhecida na região e além disso, a população não compreender o papel da instituição. Por último a questão política, apontando a dificuldade de parceria com a prefeitura, na gestão atual, em não cumprir com algumas ações que cabem ao poder municipal, como exemplo melhorar o acesso ao *Campus*, e colocar postes de iluminação na via pública que dá acesso ao *Campus*.

Os principais acertos na implantação, na visão dos entrevistados, foram: abrir uma escola, escolha da região (Patos de Minas é uma região muito rica e demandante de mão de obra), planejamento feito com antecedência, professores envolvidos com planejamento dos cursos antes de funcionarem, remanejamento dos servidores e conseqüentemente melhorando o bem estar do servidor, aquisição de um prédio pronto.

No tocante à questão dos avanços, além da implantação dos cursos Técnicos em Eletrotécnica e Logística, implantaram também o curso Técnico em Mineração e conseqüentemente houve o aumento do número de alunos, aumento significativo do quantitativo de professores e servidores administrativos e até mesmo o avanço no reconhecimento da marca Instituto Federal.

Considerando o PDI de 2014-2018, as principais metas para o *Campus* Patos de Minas, dentro dos próximos quatro anos, segundo os gestores são legalização das áreas, metas emergenciais do *Campus* Patos de Minas como a reestruturação de rede elétrica e reforma do

prédio, ampliação de laboratórios e do setor administrativo, a criação de novas salas de aula, da área de esportes como um ginásio e ainda a construção de cantina e refeitório, aumentar o número de turmas desses cursos que já são ofertados, abertura de novas turmas do integrado, o estudo e a possível implementação de turmas de ensino superior e tudo isso atrelado à expansão física do Campus.

Quanto à percepção dos gestores sobre a importância da criação dos Institutos Federais, constatou-se que somente ganhos como emprego, escola de qualidade e de acordo com os arranjos produtivos locais, mão de obra qualificada, tripé de ensino-pesquisa-extensão, com uma visão sistemática da prática e da teoria.

Uma das limitações da pesquisa foi a impossibilidade de acesso à alguns documentos relacionados ao processo de criação do IFTM - Campus Patos de Minas, referente à formalização do pedido de solicitação de um *campus* do IFTM para Patos de Minas.

Para trabalhos futuros, recomenda-se realizar um trabalho direcionado a investigar o processo de implantação do Campus Patos de Minas após decorridos cinco anos (período planejado da implantação) e inclusive realizar uma avaliação com egressos, para averiguar os impactos desta instituição na cidade e região. Adicionalmente, sugere-se em outra etapa ampliar o estudo com outras metodologias para uma análise desse processo de implantação do IFTM e do *Campus* Patos de Minas.

Espera-se que este trabalho possa contribuir para outros estudos semelhantes no futuro e que possa servir de aplicação nas ciências políticas e sociais.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento. **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO (2010): 39-70.

Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Municípios de Minas Gerais**. Disponível em: http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/index.html?aba=js_tabMacrorregioes&stlMacroregiao=5. Acesso em: 22/08/2014

ATLAS BRASIL. Patos de Minas- MG.2013 Disponível em: http://www.atlasbrasilorg.br/2013/pt/perfil_m/patos-de-minas_mg. Acesso em: 30/01/2016

_____. Ranking – Todo Brasil (2010). Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt.ranking>>. Acesso em:30/01/2016

AZEVEDO, J. L. de. **A educação como política pública**. 3ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

AZEVEDO Et al. **A Estratégia de Triangulação: Objetivos, Possibilidades, Limitações e Proximidades com o Pragmatismo**. IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2013/2013_EnEPQ5.pdf>. Acesso em: 01/10/2015

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Profissional – Legislação Básica** . PROEP, Brasília, 2001, 5ed.

_____. Ministério da Educação. MEC/SETEC. **Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica**. Brasília: MEC, 2004.

_____. **Decreto nº 6.095/ de 24 de abril de 2007**. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Presidência da República, Brasília, 2007

_____. **Decreto nº7022/ de 2 de dezembro de 2009**. Estabelece medidas organizacionais de caráter excepcional para dar suporte ao processo de implantação da Rede Federal de Educação

Profissional, Científica e Tecnológica, criada pela Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, 2009

_____. Ministério da Educação. **Chamada Pública nº 002/2007**. Chamada pública de propostas para constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET. MEC/SETEC, Brasília, 12 de dezembro de 2007.

_____. **Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 29 de Dez. 2008a.

_____. Ministério da Educação. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Concepção e diretrizes**. MEC/SETEC, Brasília, 2008b.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 330 de 23 de abril de 2013**. Dispõe sobre a autorização de funcionamento dos campi que integram a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Diário Oficial da União, Edição de 24 de abril de 2013. Brasília, 2013a.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 331 de 23 de abril de 2013**. Dispõe sobre os campi que integram a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Diário Oficial da União, Edição de 24 de abril de 2013. Brasília, 2013b.

_____. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFTM 2014-2018**. 2013c. Disponível em: <http://www.iftm.edu.br/pdi/arquivos/pdi2014_2018.pdf>. Acesso em 10/10/2014.

_____. Ministério da Educação. **Expansão da Educação Superior e Profissional e Tecnológica: Mais formação e oportunidades para os brasileiros**. 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf>. Acesso em: 02/06/2014.

_____. Ministério da Educação. **IFTM Patos de Minas-Cursos Técnicos Concomitante ao Ensino Médio Presencial**. Disponível em: <<http://www.iftm.edu.br/patosdeminas/cursos/>>. Acesso em: jan/2016

_____. Ministério da Educação. **Linha do Tempo**. 2015 a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf>>. Acesso em: maio de 2015a

_____. Ministério da Educação. **Expansão da Rede Federal**. 2015b. Disponível em: <<http://>

http://institutofederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=2> .Acesso em: junho de 2015b

_____. Ministério da Educação.2015c Disponível em: <http://institutofederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&id=193&Itemid=220>. Acesso em julho de 2015.c

_____. **Resolução nº1 de 17 de agosto de 2009**. Estatuto do Instituto Federal do Triângulo Mineiro. DOU. 21 de agosto de 2009. p.25-26Disponível em:<http://www.iftm.edu.br/acesso-a-informacao/institucional/documentos/estatuto.pdf>. Acesso em: jan/2016

CASTIONI, Remi; REIS, Lívia C.R. **Como avaliar a implementação de novas institucionalidades no campo educacional – Caso dos Institutos Federais**. I Seminário internacional de pesquisa em políticas públicas e desenvolvimento social. Franca, 2014

DEMO, P. **Introdução à metodologia da Ciência**. 2 ed.São Paulo: Atlas,1987

FARAH, Marta Ferreira Santos. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **Revista de administração pública** 35.1 (2001): 119-144

FIRJAN. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – Patos de Minas-MG**. 2013.Disponível em: <http://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal resultado.htm?UF=MG&314800&Indicador=1&Ano=2013>. Acesso em: 30/01/2016

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 4 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FOLHA PATENSE, Jornal. **IFTM em Patos de Minas iniciará atividades com curso técnico em Eletrotécnica**. Edição de 6 de abril de 2013. p.8.Patos de Minas, 2013

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica** . Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa** . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOOGLE MAPS. 2016. Disponível em: <<http://www.google.com.br/maps/dir/Patos+de+Minas,+MG>>.Acesso em: abr/2016.

GRINNELL, R. M. **Social work research & evaluation: quantitative and qualitative approaches**. 5. Ed. Itasca, Illinois: E. E Peacock Publishers, 1997.

IBGE. **Minas Gerais - Patos de Minas**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=314800>. Acesso em: 09 de agosto de 2015.

INEP. **Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição – IGC**.2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-superior/indicadores/indice-geral-de-cursos-igc>>. Acesso em: março/2016

KIRK, Jerome; MILLER, Marc L., *Reliability and validity in qualitative research*, Beverly Hills: Sage, 1986.

LOTTA, S. G. **Implementação de Políticas Públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos Burocratas de Nível de Rua no Programa Saúde da Família**. *Tese (Doutorado)*. São Paulo: USP-FFLCH: Departamento de Ciência Política,2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto.e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 219p

MEC. Ministério da Educação.Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba, Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia. **Proposta para constituição do Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Triângulo Ifet-triângulo**, Uberaba, março de 2008.

MINUSSI, R.C.B. Memorial dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil. 2012. Disponível em: <<http://escolasagrotecnicas.blogspot.com.br>>. Acesso em: 28/01/16

MINTZBERG, H. Et al. **Safári da Estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2000

MORAES, C. S. V. **Diagnóstico da Formação Profissional no Brasil – Ramo Metalúrgico Brasil**. São Paulo, CNM/ Rede UNITRABALHO, 1999.

OLIVEIRA, A. Burocratas da linha de frente: executores e fazedores das políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 6, p. 1551-1573, 2012.

OTRANTO, Célia Regina. Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. In: Revista RETTA (PPGEA/UFRRJ), Ano I, nº 1, jan-jun 2010, p.89-110.

PACHECO, Eliezer (ORG.). **Institutos federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

PATOS HOJE. **Abertas as inscrições para o 1º Vestibular do CEFET em Patos de Minas.**

Disponível em: <http://www.patoshoje.com.br/noticia/abertas-as-inscricoes-para-o-1o-vestibular-do-cefet-em-patos-de-minas-396.html>. Acesso em: 10/10/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS. **Projeto de Lei nº 2751/2008**, de 9 de abril de 2008. Disponível em: <<http://www.camarapatos.mg.gov.br>>. Acesso em: janeiro de 2016.

PATI, Camila. Revista EXAME. As Melhores Universidades Brasileiras. 18/12/2015

Disponível em:<<http://exame.abril.com.br/carreira/noticias/as-melhores-faculdades-do-brasil-segundo-o-mec>>. Acesso em: janeiro de 2016

PEREIRA, F.C. M; LOBATO, S.P.C; GRANDINETTI,G. **Gestão do Conhecimento**. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2009 , 18p.

NTV. Programa Opinião Regional da emissora NTV de 12 de abril de 2013. Disponível em: <http://ntvnet.com.br/opiniaoregional/?v=3848>. Acesso em: 10 de março de 2015

RAMOS, Marise Nogueira. **A educação profissional pela Pedagogia das Competências**: para além da superfície dos documentos oficiais. Educ. Soc. [online]. 2002, vol.23, n.80, pp. 401-422. ISSN 0101-7330.

Rocha, M. **IFTM realiza Audiência Pública e apresenta proposta de instalação do Campus**. Disponível em:<<http://www.patoshoje.com.br>>. Acesso em 15/05/ 2015

ROSSI, R. **A perspectiva territorial no debate das políticas públicas**: contribuições a partir da problematização geográfica. Geographos, v. 4, n. 33, p. 34-51, 2013.

SANTOS, C. E. R.; OLALDE, A. R. **DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**: a isenção fiscal como ferramenta de promoção do desenvolvimento regional no Sudoeste da Bahia1. Enaber. Disponível em <www.aplicativos.fipe.org.br/enaber/pdf/153.pdf> Acesso em 25 /08/2014.

SAMPIERI, R. H. **Metodologia de Pesquisa**. Roberto Hernández Sampieri, Carlos Fernandez Collado, Pilar Baptista Lucio; tradução de Fátima Conceição Murad, Melissa Kassner, Sheila Clara Dystyler Ladeira. 3ª edição – São Paulo, McGraw-Hill, 2006.

SAVIANI, Demerval. **A política educacional no Brasil** in Stephanou, M e Camara, M H B. (orgs.) História e memórias da educação no Brasil. Vol III – Século XX, Editora Vozes. Petrópolis, RJ, 2005. p. 29-38.

SILVA, J. G. da. **A expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica na região sul do Brasil**. In Anais do XI ANPEGE, 2015. Disponível em: <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/22/615.pdf>>. Acesso em :28/01/16

SOARES, Ana Maria Dantas e TAVARES, Moacir Gubert. **Formação Profissional em Ciências Agrárias** : as transformações no ensino técnico e seus impactos no ensino superior. Revista Educação Agrícola Superior, Brasília, V. 17, Nº 1, 1999.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

TEIXEIRA, C. F. **Formulação e implementação de políticas públicas saudáveis: desafios para o planejamento e gestão das ações de promoção da saúde nas cidades**. Saúde e Sociedade, v.13, n.1, p.37-46, jan-abr 2004

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais : a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1998.

_____. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2005.

XAVIER, RIBEIRO, NORONHA. **História da Educação: a escola no Brasil**. São Paulo, SP: FTD. 1994.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar, como voluntário, da pesquisa “Criação e expansão do Instituto Federal do Triângulo Mineiro: implantação *Campus* Patos de Minas”, realizada pelo Mestrado em Gestão Pública da Universidade de Brasília. Esta pesquisa tem por objetivo resgatar o processo de criação e expansão do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), e especificamente a implantação do *Campus* Patos de Minas. No caso de aceitar fazer parte da mesma, você responderá a um roteiro de entrevista, a qual será gravada para posterior análise qualitativa.

A sua participação será de grande valor para o desenvolvimento desta pesquisa, que será realizada no sentido de contribuir com informações e dados para aprofundamento do resgate histórico do IFTM. Você terá liberdade para pedir esclarecimentos sobre qualquer questão, bem como para desistir de participar da pesquisa em qualquer momento que desejar, sem que isto leve você a qualquer penalidade. **Assumimos o compromisso de que todos os dados pessoais serão confidenciais e que as opiniões emitidas e dados disponibilizados não serão divulgados individualmente.** Assim, se está clara a finalidade desta pesquisa e se concorda em participar, peça que assine este documento.

Meus sinceros agradecimentos por sua colaboração,

Brasília, _____ de _____ de 2015

Mestranda

Nome: Jane Paula Silveira S. do Nascimento
E-mail: janesilveira@iftm.edu.br

Orientador

Nome Completo: Mario Lúcio de Ávila
E-mail: Ávila@unb.br

Entrevistado

Nome Completo:
RG/Órgão expedidor

APÊNDICE B – Questionário aplicado aos gestores – Reitoria**Projeto de Pesquisa:**

Expansão da Educação do Instituto Federal do Triângulo Mineiro: estratégias de implementação – *Campus Patos de Minas*

Roteiro de Entrevista Gravada- reitoria**Entrevista:****Data:**/...../2015

Entrevistador:
Entrevistado:
Instituição do entrevistado:

Pergunta 1

Qual seu histórico profissional? (Formação, quando ingressou no serviço federal, local e cargo ocupado na época da expansão, cargo atual)

--

Pergunta 2

Em 2007, no processo de criação dos Institutos Federais no Brasil, que motivos levaram sua instituição a adesão ao modelo de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia?

--

Pergunta 3

Como foi formada a comissão para elaboração da Proposta de Ifetização? Quais critérios utilizados?

Pergunta 4

Quais os principais acertos e desafios na concepção e elaboração da proposta de ifetização?

Pergunta 5

Como foi recebida a resposta da proposta de ifetização? A implantação ocorreu conforme o proposto? ‘

Pergunta 6

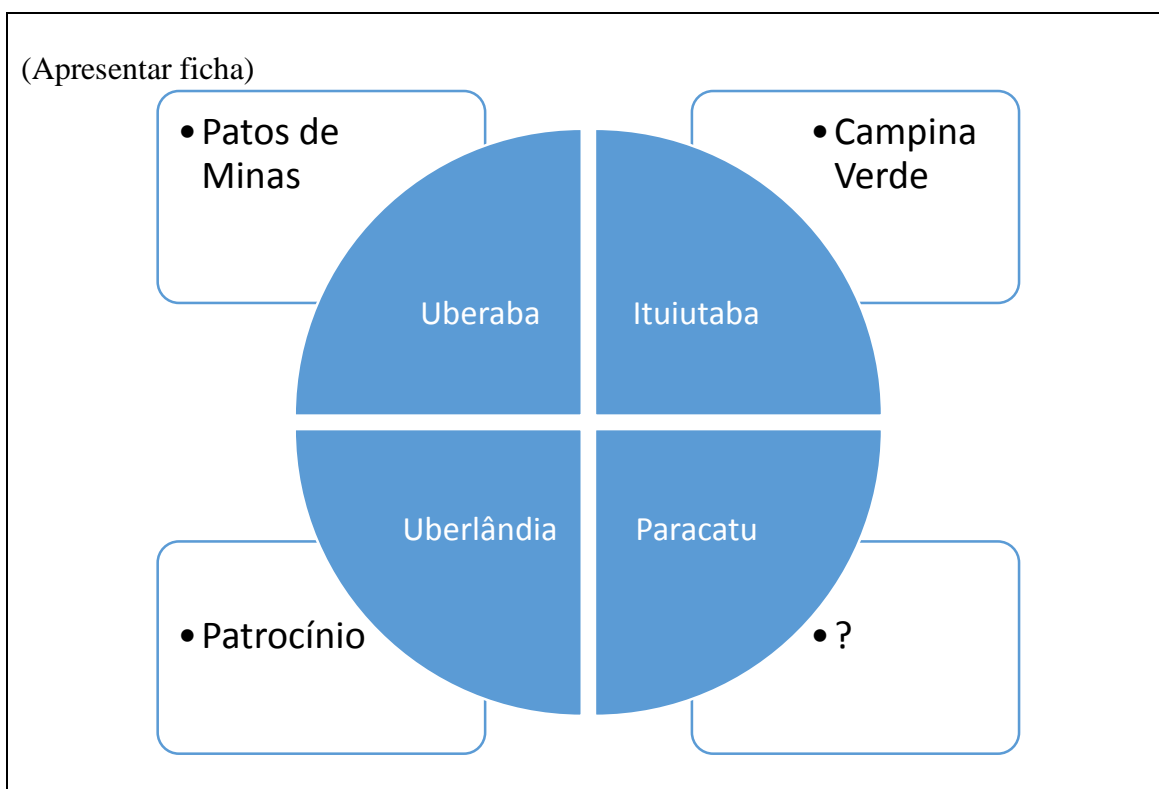
Quais os principais desafios/ problemas/ dificuldades identificados no processo de implantação do IFTM?

Pergunta 7

Quais são os principais acertos na implantação?

Pergunta 8

Como foi realizado o processo de interiorização?

**Pergunta 9**

Por que a escolha da cidade de Patos de Minas para possuir um *Campus* do Instituto Federal do Triângulo Mineiro? Quais os principais elementos para escolha?

Pergunta 10

Quais os principais avanços do IFTM nestes sete anos?

Pergunta 11

No seu ponto de vista, faria algo diferente referente ao processo criação/implantação do Instituto Federal do Triângulo Mineiro?

Pergunta 12

Quais as principais metas para o *Campus* Patos de Minas, dentro dos próximos quatro anos?

Pergunta 13

A rede Federal foi consultada para a formalização da política de criação/implantação dos Institutos Federais? Explique ?

Pergunta 14

Na sua avaliação, quais os principais ganhos que a criação dos Institutos Federais pode proporcionar para o país? E quais seriam os principais prejuízos?

Pergunta 15

O senhor possui alguma observação sobre o assunto que considera importante dizer?

Agradecemos a sua participação na pesquisa!

Observações gerais do entrevistador sobre a entrevista (se for o caso)

APÊNDICE C – Questionário aplicado à Direção Geral do *Campus* Patos de Minas**Projeto de Pesquisa:**

Expansão da Educação do Instituto Federal do Triângulo Mineiro: estratégias de implementação – *Campus* Patos de Minas

Roteiro de Entrevista Gravada-Direção Geral do *Campus***Entrevista:****Data:**/...../2015

Entrevistador:
Entrevistado:
Instituição do entrevistado:

Pergunta 1

Qual seu histórico profissional? (Formação, quando ingressou no serviço federal, local, cargo ocupado na época da expansão e cargo atual)

--

Pergunta 2

Por que a escolha da cidade de Patos de Minas para possuir um *Campus* do Instituto Federal do Triângulo Mineiro? Quais os principais elementos para escolha?

--

Pergunta 3

Qual a relação do Polo Patos de Minas com a criação do *Campus* Patos de Minas? Quais cursos existiam e quais desafios enfrentados?

Pergunta 4

Foi realizada uma proposta /documento sistematizado (Ex. Proposta de Ifetização) para criação do *Campus* Patos de Minas? Caso sim: foi formada uma comissão? Quais os membros? Quais os desafios enfrentados?

Pergunta 5

Como foi feita a seleção dos servidores para compor o *Campus* Patos de Minas? Quais critérios utilizados?

Pergunta 6

Quais critérios utilizados para escolha dos cursos?

Pergunta 7

Quais os principais acertos e desafios na concepção e elaboração da proposta de criação do *Campus* Patos de Minas?

Pergunta 8

A implantação do *Campus* ocorreu conforme o proposto?

Pergunta 9

Quais os principais **desafios/ problemas/ dificuldades** identificados no processo de implantação do Instituto?

Pergunta 10

Quais são os principais **acertos** na implantação?

Pergunta 11

Em seu ponto de vista, faria algo diferente referente ao processo criação/implantação do *Campus* Patos de Minas?

Pergunta 12

Quais os principais avanços do *Campus* Patos de Minas desde a criação?

Pergunta 13

Quais as principais metas para o *Campus* Patos de Minas, dentro dos próximos cinco anos?

Pergunta 14

O senhor possui alguma observação sobre o assunto que considera importante dizer?

Agradecemos a sua participação na pesquisa!

Observações gerais do entrevistador sobre a entrevista (se for o caso)

--

APÊNDICE D – Questionário aplicado à Coordenação Geral de Ensino Pesquisa e Extensão e à Coordenação Geral de Administração e Planejamento



Projeto de Pesquisa:

Expansão da Educação do Instituto Federal do Triângulo Mineiro: estratégias de implementação – *Campus* Patos de Minas

Roteiro de Entrevista Gravada-Coordenações Gerais

Entrevista:

Data:/...../2015

Entrevistador:
Entrevistado:
Instituição do entrevistado:

Pergunta 1

Qual seu histórico profissional? (Formação, quando ingressou no serviço federal, cargo ocupado na época da expansão e hoje)

--

Pergunta 2

Por que a escolha da cidade de Patos de Minas para possuir um *Campus* do Instituto Federal do Triângulo Mineiro? Quais os principais elementos para escolha?

--

Pergunta 3

Como foi feita a seleção dos servidores para compor o *Campus* Patos de Minas? Quais critérios utilizados?

Pergunta 4

Quais os principais **desafios/ problemas/ dificuldades** identificados no processo de implantação do Instituto?

Orçamentário:

Pessoal:

Licitações:

Equipamentos/Estruturas:

Outros:

Pergunta 5

Quais são os principais **acertos** na implantação?

Pergunta 6

Quais os principais avanços do *Campus* Patos de Minas desde a criação?

Pergunta 7

No seu ponto de vista, faria algo diferente referente ao processo criação/implantação do *Campus* Patos de Minas?

Pergunta 8

Quais as principais metas para o *Campus* Patos de Minas, dentro dos próximos cinco anos?

Pergunta 9

O senhor possui alguma observação sobre o assunto que considera importante dizer?

Agradecemos a sua participação na pesquisa!

Observações gerais do entrevistador sobre a entrevista (se for o caso)

--

